

ISSN 0101-7993

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

201

Preço
promocional
R\$5,00

EXCLUSIVO

Como foram encontrados
os restos de Che Guevara

AMAZÔNIA

Empresas da Ásia
devastam floresta

ECONOMIA

A outra face
do Plano Real

CIDADANIA

Betinho lega
ao país exemplo
de participação

África Ano 2000

Já à venda



Faça o seu pedido !

Editora Terceiro Mundo LTDA.

Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122 / sl. 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180

E-mail: caderno@ax.apc.org / Telefone: (021) 221-7511 / Fax: (021) 252-8455

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS **DO TERCEIRO MUNDO**

ISSN 0101-7993 Nº 201 Agosto 1997

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITO: ACE Pré-Impressão e Impressão
RESPONSÁVEL WEB: Macário Costa
GERENTE COMERCIAL: Euler Sather
PUBLICIDADE: Pedro Ivo Bezerra e Aline Matos
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia, Sidnei de Souza; Carlos Alberto de Souza e Hilário Brambilla (circulação)
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal, vale postal (Agência Lapa- Rio) e cartão de crédito
E-mail: caderno@ax.apc.org
FOTOS: Agence France Presse (AFP)
SUCURSAL EM LISBOA: Artur Baptista (diretor)
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar - Lisboa, 1200 - Tel.: 32-0650

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Misael Santana - (096) 242-5853 / **Bahia:** Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 / **Maranhão:** Via Publicidade - (098) 232-1325 / **Minas Gerais:** SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 / **Pará:** José Maria R. de Souza - (091) 244-3617 / **Rio Grande do Sul:** Com.e Repres. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/594-3633

DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
E-Mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://etm.netune.com.br>

Filiada à **ANER**

Associação Nacional dos Editores de Revistas

Ao leitor

Da África ao Plano Real, passando por Chê Guevara



O continente africano tem freqüentado a mídia nos últimos anos, mas quase sempre com a sua pior face: catástrofes naturais como a seca, dramas humanos incomensuráveis como a fome, ou exemplos do que há de pior na civilização, como o genocídio.

Essa não é, no entanto, a única cara da África contemporânea. Existe, também, um continente que luta bravamente para superar a herança do passado. Há uma nova geração que se prepara para governar uma das regiões mais ricas do Planeta com consciência social e convicções democráticas, e já existem exemplos do amadurecimento de correntes políticas que apostam no diálogo, como demonstrou o fim da ditadura de Mobutu, sem derramamento de sangue.

A nova realidade da África é o tema da capa da presente edição. Na seção internacional publicamos, ainda, uma entrevista exclusiva com o secretário-geral da Internacional Socialista, Luis Ayala, que avalia as repercussões da vitória da esquerda na França e na Grã-Bretanha e do avanço da social-democracia em outras regiões do mundo, e uma matéria escrita em La Higuera pela jornalista cubana que acompanhou todo o processo de busca dos restos do comandante Che Guevara, o legendário guerrilheiro cuja morte nas selvas da Bolívia completa trinta anos em outubro.

Na seção brasileira, destacamos as matérias sobre o custo social do Plano Real, a denúncia da devastação causada por madeireiras asiáticas na Amazônia e duas reportagens sobre os sem-terra, mostrando as suas lutas no Pará e no Rio de Janeiro.

Isso e muito mais, neste número 201 de **cadernos do terceiro mundo** com o qual renovamos os esforços para acertar a periodicidade da revista. Aproveitamos para agradecer as manifestações de carinho recebidas por ocasião do lançamento do número 200. Nossa gratidão aos leitores, que fizeram possível esse feito.

Os editores

sumário

AGOSTO 1997 - Nº 201 - Ano XXII

Economia

Planalto 6

A face oculta do Real

Desemprego, caos nos serviços sociais, desindustrialização, restrição ao crescimento e juros altos não são contabilizados na propaganda oficial 10

Política

Na contramão do pensamento único

Políticos e intelectuais analisam a realidade latino-americana e caribenha às portas do século XXI 14

Meio Ambiente

Madeireiras devastam o Planeta

Madeireiras asiáticas podem ter um impacto significativo na floresta amazônica, mudando para sempre a composição econômica, social e ecológica da região 18

Sociedade

Violência contra sem-terra, sem-ouro e sem-emprego

Na região de Carajás, no Pará, o drama dos que são jogados de exclusão em exclusão numa imensidão de terras 24

Panorama internacional 34

Entrevista

"Hoje, o cidadão quer mercado, mas quer governo"

Luis Ayala, secretário-geral da IS, considera que o ciclo neoliberal agoniza, diante da crescente consciência da sociedade de que o Estado tem um papel coletivo que o mercado desconhece 40



CARTAS

4

ESPAÇO DO LIVRO

Viagem no texto:

Excentricidades de um herege

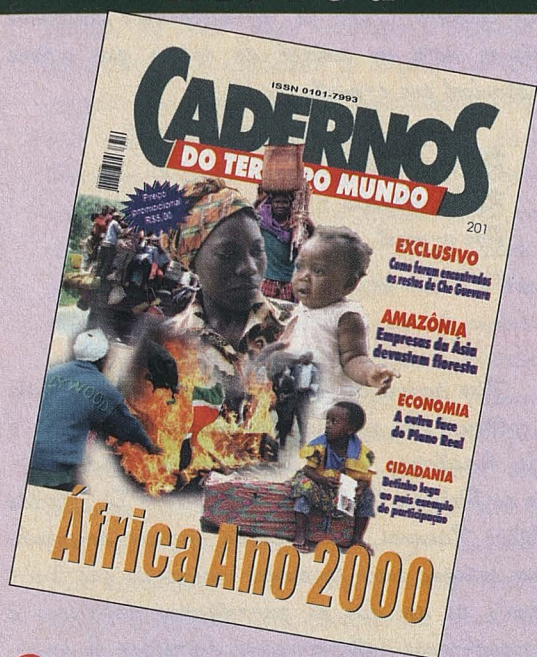
32

Com a palavra, o autor:

Discutindo o cinema brasileiro

33

Africa



Capa

África Ano 2000

Aceleradas mudanças políticas surgidas com o fim da Guerra Fria exigem um avanço semelhante no plano econômico, para que o processo possa ser irreversível

44

O continente em cifras

48

A nova mulher africana

50

Angola

58

América Latina

Bolívia: Recuperando a história

Métodos científicos permitiram localizar os restos do lendário guerrilheiro argentino-cubano e de seus companheiros

60

Argentina

Oposição unida incomoda o governo

Aliança para eleições legislativas pode ser o primeiro passo para a conquista da Casa Rosada em 1999

64

A estabilidade sobre o vulcão da dívida

Endividamento externo sustenta plano de Menem, que sacrifica os trabalhadores

66

Marketing militar

Pressionada pela diminuição dos orçamentos militares dos Estados Unidos, Rússia e Europa, a indústria bélica busca novos mercados na América Latina

68

Ásia

China: Depois de Hong Hong,

Formosa

China aguarda passos de Taipé para a reunificação e se dispõe a maiores concessões

70



Camboja: Sombras do passado tornam futuro incerto

Os cambojanos enfrentam novos impasses que podem representar até a retomada da guerra civil, a menos de um ano das eleições previstas pelo acordo mediado pelas Nações Unidas

74

Índia: Um intocável na presidência

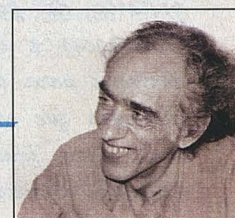
Narayanan foi eleito uma semana após massacre de 13 intocáveis em Bombaim

78

Página Aberta

Recordações de Betinho

80



Edição nº 200

Cadernos do terceiro mundo é uma publicação tão importante que deveria ser uma leitura obrigatória até o nível secundário.

Dá uma visão ampla dos grandes temas da realidade com enfoque bastante abrangente em assuntos internacionais e preenche uma lacuna no panorama da mídia brasileira e latino-americana. Até os meus filhos lêem a revista para fazer pesquisas para o colégio.



Reinaldo Gonçalves, professor titular da UFRJ e vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon)

Privatização

A ponte Rio-Niterói tem 13 quilômetros de extensão. Foi construída com o dinheiro público. Desde 1º de agosto, para atravessá-la, centenas de milhares de motoristas pagam para os felizardos administradores privados R\$ 1,30 - ou seja, R\$ 0,10 por quilômetro percorrido, gastando-se mais de pedágio do que de combustível consumido. Com isso, o pedágio no Brasil se torna o mais caro do Planeta. Aliás, já somos também recordistas mundiais de preço alto de TV a cabo (Net e Globosat). Adivinhem quem administra? Acorda, Brasil!

*Francisco Soriano de Souza Nunes
Diretor do Movimento de Defesa da Economia Nacional
Rio de Janeiro - RJ*

Liberdade Virtual

Sou leitor de cadernos há vários anos e gostaria de parabenizá-los pelas excelentes reportagens e análises. O nº 198 tem um destaque para a homenagem a Barbosa Lima Sobrinho que está fantástico. Parabéns, pois vocês foram fundo. Outro artigo bom é "Uma liberdade só virtual." Gostaríamos de distribuí-

los por e-mail a alguns colegas da Petrobras e por isso pergunto se posso fazê-lo e também se vocês podem enviá-lo por correio eletrônico para este endereço. Desde já, agradecemos e sugerimos colocar nota no rodapé do artigo que estiver disponível por e-mail.

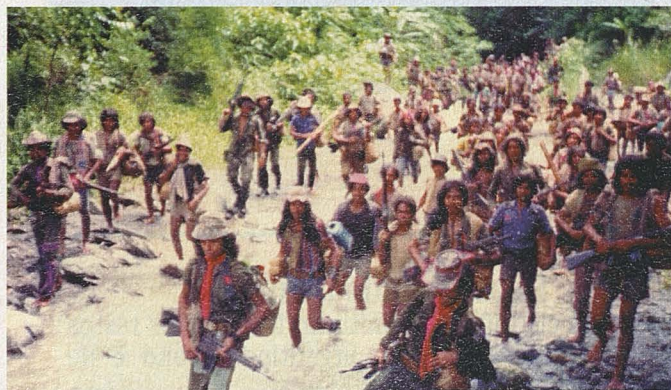
*Pedro Castilho
Rio de Janeiro - RJ
Por e-mail*

Timor Leste em debate

Fico pensando, dada a semelhança psíquica e cultural dos africanos de língua portuguesa e nós, brasileiros, com o povo timorense (basta sentir os Prêmios Nobel Ramos Horta e D. Carlos Filipe Ximenes Belo falando naquele português com sotaque mais timorense mesmo do que lusitano), se um dia os guerrilheiros angolanos e moçambicanos solidariamente aderissem à guerrilha timorense. E se brasileiros - não os que vão a Miami - convictos da necessidade de lutar contra o que a monstruosidade indonésia está fazendo com os timorenses fossem, ou melhor, fôssemos também.

A importância do Nobel aos dois timorenses não é suficiente. Timor Leste é uma causa de Camões. Ficaremos traumatizados - não os que vão a Miami - com a destruição da nação timorense.

*José Márcio Sócrates Gomes Pinto
Goiânia - Goiás*



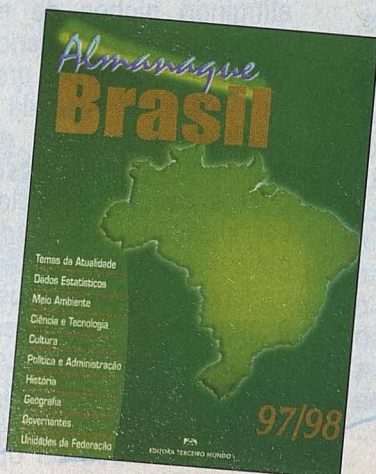
A resistência não esmorece em Timor

Alternativa

Leio a Revista do Mercosul desde 1992. Na época, o fiz para realizar um trabalho de faculdade sobre o tema. Já a cadernos do terceiro mundo, há mais tempo. Aprecio a segunda por mostrar-nos a realidade a despeito de todo o engodo, que nossos últimos governantes tentaram nos impingir, de que caminhamos para o Primeiro Mundo. Parabéns pela sua coragem de mostrar-nos a realidade e também a de nossos irmãos do Terceiro Mundo, Timor Leste, os vizinhos sul-americanos e tantos mais. Parabéns também por mostrar-nos um raio de esperança, um incentivo a vermos em nossos vizinhos - argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos, chilenos, enfim - a possibilidade de realizarmos parcerias proveitosas. De, quem sabe, trabalharmos juntos, pois mercado comum deve permitir isso. Parabéns, em suma, por dispor de uma publicação que mostra nossa realidade social, a despeito das mentiras da classe dominante, e outra que nos mostra uma alternativa, um caminho, uma esperança. Gostaria de saber se o Almanaque Brasil está sendo vendido em bancas de jornal ou livrarias.

João Xavier Mendes Santos
Jacaã - São Paulo - SP
Por e-mail

O Almanaque Brasil 97/98 acaba de sair. Será vendido nas principais livrarias do país e pode ser solicitado ao nosso Departamento de Circulação pelo telefone (021) 221-7511.



Psicanálise

Na cidade de Manaus, dentro e fora do espaço universitário, desenvolvemos um projeto de extensão denominado Psicanálise na Cultura. Trata-se, na verdade, de um movimento que só tem um compromisso: a verdade parcial. Não temos a menor pretensão à verdade absoluta. Temos encontros diários e semanais (para quem mora em Manaus e arredores) e mensais, com a presença de psicanalistas das mais variadas tendências. Nossos convidados têm produção científica e pautam suas existências pela ética do desejo. Apesar de abertos a outros movimentos, e a várias linhas de pensamento, não aceitamos analistas que passam ao ato ou estimulam seus pacientes a fazerem a passagem. Estamos falando de analistas perversos que não se guiam pela ética do desejo e sim do gozo.

(...) Tudo isto nos tem levado a supor que não há desejo de saber, esse mito no qual Freud acreditou por um tempo. Lacan só nos últimos anos é que vai descobrir que o inconsciente é o desejo de não saber. Este é o desejo que move as pessoas. No nosso século, a política de globalização é um convite ao desejo de nada querer saber da sexualidade e, portanto, apenas atuá-la.

Embora o movimento seja de caráter psicanalítico, não descuidamos dos estudos históricos, econômicos e políticos. O essencial, para nós, é a abertura. (...) Somos contrários à prática psicanalítica por perversos, aqueles que acham que sabem o que o outro necessita. Perigoso para a psicanálise é o psicanalista que sabe.

Quem estiver interessado em participar, entre em contato conosco.

Dr. Manoel Dias Galvão
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Clínica Médica
Rua Martins Santana, 1053
CEP 69.020-310
Manaus-Amazonas

Desentendimentos na base do governo são disputas pelo poder

O mais recente desentendimento entre o PSDB e o PFL, os dois principais partidos da base do governo, provocado, desta vez, por uma entrevista do ministro das Comunicações Sérgio Mota, é mais uma batalha na luta pelo poder travada, de um lado, pelos tucanos autênticos - aqueles que saíram do PMDB para criar um partido social-democrata - e, de outro, pelos pefelistas que há mais de três décadas controlam as votações no Congresso. O desentendimento não é episódico nem será o último. Ele começou bem antes de Fernando Henrique Cardoso ser eleito presidente da República, quando

o então candidato foi à Bahia buscar o apoio do cardeal maior do PFL, senador Antônio Carlos Magalhães. Foi o suficiente para o ex-governador baiano Waldir Pires, que na época era o maior nome social-democrata do Estado, perder a paciência, porque ACM é seu inimigo político.

Eleito presidente, FHC nunca conseguiu impor coesão a seus aliados. PSDB e PFL passaram a se hostilizar, porque cada um queria aumentar sua bancada e, para isso, usaram métodos de aliciamento e sedução para con-

quistarem mais e mais parlamentares. O PFL, que iniciou a atual legislatura com pouco mais de 90 deputados, já conta com 107, e o PSDB, que tomou posse na Câmara com menos de 90, já está com 95. A briga chegou ao auge em fevereiro passado, quando o então líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP), anunciou os entendimentos mantidos com o PTB para formar um bloco. Na

época, o hoje ex-crado ministro das Comunicações serviu de intermediário para aplacar o furor de crescimento de seu partido e a ira do líder pefelista Inocêncio Oliveira (PE). Os ânimos se acalmaram, mas Inocêncio e José Aníbal não mascararam o objetivo de tornar seus par-

tidos os maiores do país. Além disso, Sérgio Mota, amigo mais íntimo de Fernando Henrique, continua disposto a defender o PSDB e a se manifestar quando considerar que o PFL está ultrapassando sua cota de poder. Por essa razão, o deputado José Lourenço (PFL-BA) diz que não acredita no silêncio imposto a Sérgio Mota. "Vamos ver até quando dura esta paz", afirmou o deputado, logo depois que o presidente da República foi a público manifestar a confiança na unidade de sua base.

Poucos acreditam que o pedido presidencial de desculpas ao PFL venha a evitar novos confrontos

Privatização das teles é inconstitucional



Dep. Sérgio Miranda

O processo de privatização do setor de telecomunicações é inconstitucional, porque praticamente elimina o conceito de serviço público e é prejudicial ao usuário. Quem garante isso é o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), explicando que "a propalada competição só se dará atingindo nichos de mercado. Grande parte dos usuários deverá se submeter a um só provedor e, com isso, na Avenida Paulista sobrarão provedores, enquanto, nos lugares mais distantes e pobres, haverá falta deles. A universalização alardeada pelo governo, vai ser custeada pelo orçamento da União, dos estados e municípios, que já estão falidos". Logo, quem vai perder é a maioria", disse o deputado, que já pediu um estudo da assessoria jurídica do bloco de oposições,

para entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a privatização.

Esta ação terá como base o fato de o projeto ter criado o conceito de serviço prestado em regime público e serviço prestado em regime privado, que abocanhará 95% do mercado. Com isso, fere-se a Constituição que prevê o serviço público de comunicações.

Miranda aponta ainda o mais grave risco do processo de privatização: o projeto não foi discutido pela sociedade e "nem os con-

gressistas tiveram tempo de aprofundá-lo." O deputado mineiro diz que o Brasil escolheu o " pior modelo de privatização, copiando os americanos.

Poderia ter copiado modelos asiáticos e o inglês, que fizeram questão de manter uma empresa nacional, que funcionasse num centro industrial, com pesquisa própria."

Sem esta preocupação, alertou o deputado, "os fornecedores brasileiros estão ameaçados, porque o setor será alimentado por empresas estrangeiras."



Dep. Wilson Campos

Devassa no futebol

Quem quer uma devassa no futebol brasileiro é o deputado Wilson Campos (PSDB-PE). Com 385 assinaturas de seus colegas parlamentares, Campos espera instalar a CPI do Futebol ainda neste segundo semestre. A comissão de inquérito foi provocada pelas denúncias

contra árbitros, que estariam sendo obrigados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a favorecer determinados times, quanto engordavam suas contas bancárias. "O futebol brasileiro anda num descrédito muito grande, dada a presença de pessoas desqualificadas. Por isso, o caminho é a CPI", disse Wilson Campos, que quer chamar para depor o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, além de dirigentes de times e árbitros.

" Não se concebe o tratamento desprimoroso, e até comprometedor, dos times que estão na disputa do campeonato nacional. Como é que se entende que dois times que desceram, um para a segunda divisão (Fluminense) e outro que ficou desclassificado (Bragantino) estejam disputando o campeonato?", indaga Campos.

Os lobistas dos times já começaram a agir. Convenceram alguns deputados a retirar as assinaturas. Mas, o dep. Severino Cavalcanti (PPB-PB) persuadiu os parlamentares a subscreverem o pedido. Agora, basta o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), instalar os trabalhos.

Ameaça às universidades públicas

Os grandes desafios da Educação foram objeto de duas intervenções do deputado Neiva Moreira na Câmara Federal. Uma das suas intervenções foi sobre a crise na Universidade brasileira, comentando a política do governo sobre as mesmas.

"É uma situação de tal gravidade que pode resultar no desmantelamento da estrutura universitária, constituída no país com enormes sacrifícios. Essas medidas na prática resultam no estrangulamento financeiro e o consequente sucateamento dos *campi*, dos laboratórios, hospitais universitários, equipamentos e projetos de pesquisa que poderiam oferecer ao país alternativas importantes no quadro de dependência cultural e tecnológica que o atual governo está impondo ao país", disse Neiva.

Os recursos do custeio para o próximo ano

"A Universidade do Maranhão, por exemplo, teria uma previsão de apenas R\$ 5.902.000 para o ano, ou R\$ 491.000/mês, praticamente o mesmo previsto para 1997. Essa soma já se revelou absolutamente insuficiente para o funcionamento normal de suas inúmeras unidades, inviabilizando-se a base do trabalho científico e tecnológico do meu Estado que necessita ser estimulada e apoiada e não bloqueada."

O deputado Neiva Moreira concluiu assim: "Tudo indica que esse é um processo de pre-

paração de privatização forçada das universidades federais, parte do sonho do ministro Bresser Pereira que quer transformá-las em entidades públicas não-estatais, ou organizações sociais, artimanhas para livrar a União de suas responsabilidades com a Educação superior em nosso país.

Deixo, aqui, Senhor Presidente, uma palavra, mais que de protesto, de advertência em defesa de instituições que honram o país e são fundamentais para a preparação da nossa juventude e do nosso presente e futuro, que são as nossas universidades públicas."

Lobista sob ameaça de morte

O lobista Guilherme Duque Estrada, que trabalha para o governador do Acre, está ameaçado de morte. As ameaças começaram depois de sua ida à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, para relatar suas atividades. Entre elas, a de ser intermediário nas transações financeiras entre parlamentares da Amazônia e os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Acre, Orleir Cameli.

As ameaças levaram o presidente da Comissão de Fiscalização, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) a pedir garantias de vida para o lobista, junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do ministério da Justiça.



O deputado Paes de Andrade, presidente do PMDB, discursa em ato da oposição de esquerda, na Câmara Federal, e agradece os aplausos. Na foto, Neiva Moreira (PDT), José Dirceu e Lula (PT), e João Amazonas (PC do B)

O caminho da unidade

Nas últimas semanas em Brasília acentuaram-se as conversações entre os dirigentes da Oposição, aí incluídos representantes de partidos do centro político, em dissidência com o governo. O objetivo é superar as dificuldades para abrir um caminho comum em direção à sucessão presidencial.

As especulações sobre nomes são muitas. No PMDB, surgem sempre os dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco e o do senador Roberto Requião. No PT, Luís Inácio Lula da Silva, Tarso Genro e Cristovam

Buarque, governador de Brasília; no PDT, Leonel Brizola e no PSB, Célio de Castro, prefeito de Belo Horizonte.

Na aliança de esquerda, que deve nuclear a oposição a Fernando Henrique Cardoso, há problemas a resolver, sobretudo a nível dos Estados. A posição do PMDB depende muito da convenção do partido, ainda sem data. Espera-se que a maioria dos convencionais deve inclinar-se pela tese do candidato próprio, opondo-se ao setor pemedebista que defende o apoio à candidatura oficial.

Apoio a refugiados

O Brasil já tem sua lei para os refugiados. É considerada das mais modernas do mundo pelo embaixador Kristian-Koch, do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur). A religiosa Rosita Milesi disse que

a nova lei "é mais ampla que a de Genebra, pois aceita entre os refugiados pessoas que vivem em países com constante desrespeito aos direitos humanos."

Não se beneficiarão da lei autores de crimes contra a humanidade e hediondos, e narcotraficantes. No Brasil, vivem 2.600 refugiados.

**A Editora Terceiro Mundo
já tem mais um endereço:**

<http://etm.com.br>

E-mail: caderno@ax.apc.org



No *site* da Editora Terceiro Mundo os navegantes do ciber-espço encontram
a produção da nossa equipe e também os serviços prestados por nós

Visite-nos e faça-nos chegar as suas sugestões!



José Machado

ORDEM E PAZ



A face oculta do Real

Desemprego, caos nos serviços sociais, empecilhos ao crescimento e juros altos não são contabilizados na propaganda oficial

O governo, através do Banco Central, patrocinou mais uma campanha milionária de propaganda para festejar o terceiro aniversário do Plano Real.

Gastos exagerados com publicidade sempre ensejam questionamentos, ainda mais em situação como a atual, em que falta dinheiro para praticamente tudo na administração pública. Estamos vendo aí o caos na saúde, na segurança, enfim, nos

serviços públicos de forma geral. Mas, para a propaganda, o governo parece guardar sempre alguma reserva financeira. Esta campanha publicitária é particularmente questionável, por ser financiada pelo BC, sob o pretexto de que o objetivo é "defender a moeda". Ora, não é bem essa a "defesa da moeda" que a nação espera do BC.

A campanha tem um tom apologético e um viés nitidamente eleitoreiro. Por outro lado, não podemos esquecer que, no ano passado, no segundo aniversário do Real, a campanha publicitária, também custeada pelo Banco Central,



Mulheres de policiais, com panelas vazias, não acreditam que Real seja sucesso, como comemorou o presidente Fernando Henrique Cardoso

ECONOMIA Real

dade do desemprego, da desindustrialização, das restrições ao crescimento, dos juros altos, do crédito limitado, da pequena agricultura praticamente inviabilizada.

O presidente tentou minimizar o problema do desemprego. Diz que o desemprego não tem crescido tanto assim, que a culpa é dos avanços tecnológicos e da globalização, e que se concentra no eixo Rio-São Paulo.

Desemprego e crescimento econômico

Ora, nesta questão o presidente não é muito fiel à verdade. Embora concentrado em alguns setores, e nas duas maiores cidades do país, o desemprego tem crescido em quase todo o país. É hoje um dos maiores problemas na-

cionais - e olha que a concorrência é grande, porque os problemas nacionais são muitos, e muito graves.

Bem sabe o presidente que o avanço tecnológico não é o principal responsável pelo desemprego. Afinal, a desindustrialização e o aumento das importações integram a lógica básica do Plano Real. Produzir menos internamente e comprar mais produtos lá fora são elementos essenciais da política do governo para controlar a inflação. E não resta dúvida de que essa política é bastante prejudicial ao emprego.

Segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, entre julho de 94 e março de 97 foram eliminados mais de 700 mil empregos formais. Cresceu a informalidade. Mas a eliminação de empregos na indústria, nos bancos e na agricultura está longe de ter sido compensada, como diz o governo, pela geração de novos empregos no setor de serviços. Temos hoje menos emprego, empregos mais precários, do que havia no lançamento do Real.

O presidente apregoa sempre que a estabilidade vem sendo alcançada com cresci-

veiculou dados inteiramente equivocados a respeito do consumo de alimentos no país.

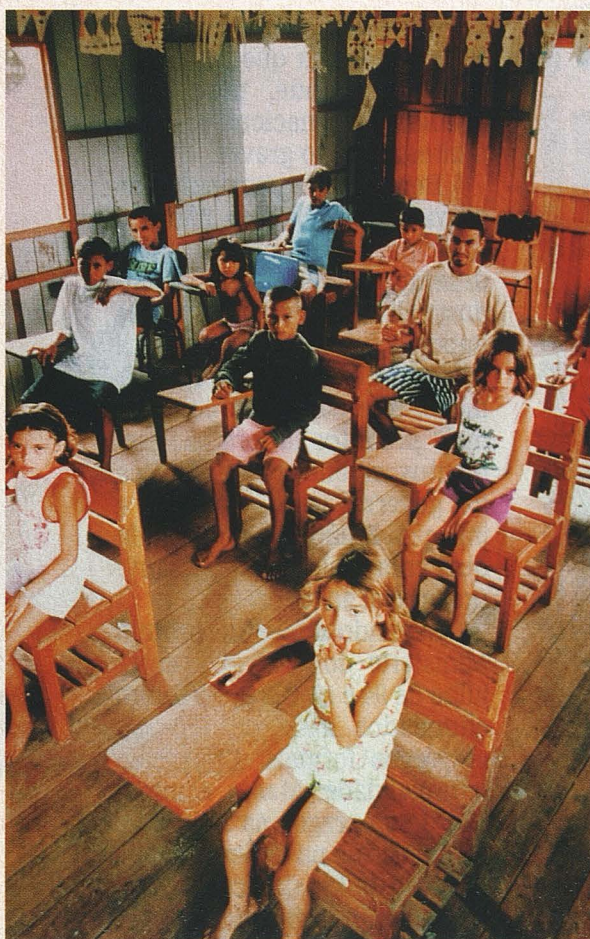
De todo modo, o novo aniversário do Plano Real é bom momento para aprofundar a reflexão a respeito da economia nacional. É boa hora para colocar na balança os prós e os contras, e tentar responder à seguinte pergunta: afinal, o Plano Real é bom para o país?

O presidente vai à televisão e a outros meios de comunicação dizer que a estabilidade econômica é fundamental para o país superar a desorganização e as pessoas poderem se planejar melhor. Tem razão o presidente neste particular. Todos reconhecemos que o controle da inflação está de acordo com o interesse popular.

Mas o Plano Real não é só controle da inflação, nem é só estabilidade. Tem sido também, acima de tudo, a instabili-

Produzir menos internamente e comprar mais produtos lá fora são elementos essenciais da política do governo para controlar a inflação





A falta de compromisso social é uma das marcas da atual gestão econômica, afetando o trabalho, a saúde, a educação, a aposentadoria

mento econômico e redução das desigualdades sociais. Aqui também o presidente não é lá muito fiel à verdade.

Nosso crescimento econômico tem sido pequeno, insuficiente. Caiu de 6% em 94, para 4,2% em 95, e para 2,9% em 96. Os investimentos econômicos, nesses três anos de Plano Real, estiveram em torno de 16% do PIB - percentual inferior até aos dos anos 80, que constituíram a chamada "década perdida".

A desigualdade social segue como a enorme vergonha nacional. O presidente da República derrapa claramente para a mistificação, quando tenta convencer a nação de que a redução da inflação, por si só, significa melhorar a distribuição de renda. Isso não é verdade.

Há outros fatores, inerentes ao Real, que atuam no sentido não da distribuição, mas da concentração de renda: a redução do nível de emprego, os juros altos, o abandono em que se encontra a pequena e média agricultura, a redução dos gastos sociais do governo.

Recente relatório das Nações Unidas mostra que a desigualdade social persiste no Brasil. Pelo relatório, de 96 para 97,

Brasil caiu do 58º para o 68º lugar na classificação mundial da qualidade de vida. Foram 175 países pesquisados, dos quais só 30, entre eles o Brasil, pioraram o índice, que caiu de 0,796 para 0,783.

Serviços caóticos

A redução dos gastos sociais do governo tem sido outro fator da piora das condições de vida no país. A saúde, para citar o exemplo mais forte, encontra-se em situação absolutamente caótica. Em 1996, os gastos totais da União com saúde e saneamento somaram apenas R\$ 14,7 bilhões - uma redução brutal de 51,86% sobre os mesmos gastos de 95. Enquanto isso, a União deu R\$ 14,9 bilhões - mais que os gastos totais com

saúde e saneamento - ao Proer, para salvar bancos falidos.

Com certeza, esse não é o comportamento de um governo voltado para a distribuição de renda.

Mistifica também o presidente, quando insiste na retórica de que a reforma da Previdência visa apenas a acabar com privilégios, e quem não é privilegiado nada tem a perder. Não é bem assim. O projeto do senador Beni Veras, que o presidente faz questão de apoiar, traz uma série de prejuízos para os trabalhadores que um dia vão se aposentar. A começar pela instituição do limite mínimo de idade para aposentadoria, de 65 anos para os homens e 60 para as mulheres. A proposta do governo é que ninguém mais se aposente antes de alcançar essa idade. Será que é privilegiado o operário de 55 anos, que trabalhou e contribuiu para a Previdência durante 35 anos, e que, pela proposta do governo, terá agora que esperar mais 10 anos pela aposentadoria?

Mas a maior mistificação do presidente é quando soma sua voz às de importantes lideranças empresariais, e diz que a economia só não cresce mais por culpa do Congresso, da não aprovação das reformas.

Ora, bem sabe o presidente que o fator fundamental que limita o crescimento econômico do país é o desajuste de nossas contas externas, é o gargalo do déficit em transações correntes.

A dura realidade é que o Plano Real, ao conceder absoluta prioridade ao controle da inflação, provoca resultados perigosos em outras importantes variáveis macroeconômicas, e causa grave comprometimento

O desemprego e as atividades informais penalizam crescentes parcelas dos trabalhadores e suas famílias, como consequência da linha neoliberal adotada pelo governo

no potencial de desenvolvimento da economia, e ameaçando mesmo o futuro do país.

O problema é que o Real não é só estabilidade monetária. A baixa da inflação é só um dos resultados, é, digamos assim, uma das "faces da moeda". É a face mais visível, é verdade, é a mais bonita também. A propaganda oficial, aliás, cuida sempre de ressaltá-la.

Mas há também a outra face, menos visível para muitos, mas nem por isso menos dramática para grande parte da população brasileira. É uma face sombria, onde se movem as vítimas do aprofundamento da exclusão social, da indiferença em relação aos direitos dos cidadãos menos favorecidos.

O desemprego, a redução da atividade industrial, os juros altos, a triplicação da dívida pública, o déficit em transações correntes, o pequeno crescimento da economia, a desproteção dos salários, a redução dos gastos sociais, a deterioração da saúde pública (apesar da CPMF), a ameaça aos direitos previdenciários dos milhões de trabalhadores que ainda não se aposentaram, a venda da Vale do Rio Doce, o desmantelamento do Estado e dos serviços públicos, a falta de solução para a questão agrícola e para a reforma agrária.

Todos estes problemas se desenvolveram, ou se agravaram, em função do Plano Real. Representam o custo do Plano Real, o outro lado da queda da inflação. É importante perceber que o Plano Real repousa sobre a areia movediça da sobrevalorização cambial. Isto é, a política do governo está voltada para

manter artificialmente alta a cotação da moeda nacional.

O real, na verdade, tem valor irreal. Nessa ironia se baseia o programa econômico que sustenta o projeto político de FHC.

A sobrevalorização cambial vem com ampla abertura comercial. Resultado um crescimento muito grande das importações, e, daí, do déficit comercial e em transações correntes. O déficit vem sendo financiado pelos recursos externos que entram, atraídos pelos juros mais altos do mundo. O Brasil vem elevando perigosamente a dívida e ficando em situação muito frágil, ante o mercado financeiro internacional.

O lado positivo dessa situação - produtos importados a preços de ocasião - é a ampliação do consumo interno e a queda da inflação. Para a popularidade do presidente é festa, mas para o povo grave demais o preço a pagar por isso.

As contas não fecham, fica enorme dívida a pagar. Esse é o lado negativo do Plano Real. Todos terão que pagar a conta.

O Real é gigante com pés de



barro. A base, a âncora cambial, não vai sustentá-lo indefinidamente.

Diz o economista Paulo Nogueira Batista que sobrevalorização cambial e uso de capitais externos para consumo são típicos do populismo latino-americano. O presidente procura forjar imagem de grande estadista, mas o Real tem esse forte componente populista, que pode render votos, pode até mesmo sustentar um projeto político de médio prazo. Mas, infelizmente, não conduz ao desenvolvimento sustentado do país e nos deixará mais endividados e mais vulneráveis. ■

**Professor universitário, deputado federal e líder do PT na Câmara dos Deputados*



Na contramão do pensamento único

Políticos e intelectuais analisam a realidade latino-americana e caribenha às portas do século XXI

*Elimar Pinheiro do Nascimento**

A Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos reuniu em Brasília, em julho, mais de cem políticos e intelectuais de toda a América Latina e Caribe. Reuniram-se sob o comando do diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, seis

ex-presidentes, ex e atuais ministros, deputados, intelectuais e altos funcionários de organismos internacionais.

Participaram do evento, o sexto e que encerrou a série do continente, políticos, como Miguel de La Madrid, Oswaldo Hurtado, Jaime Paz Zamora, Rodrigo Carazo e Patrício Alwin; e intelectuais, como Oswaldo Sunkel, Gustavo Gutiérrez, Carlos Franca e Manuel Garretón. O objetivo: contribuir para traçar as linhas de um

novo desenvolvimento para a América Latina e o Caribe.

O encontro culminou um processo que nasceu há mais de dois anos, em Contadora, no Panamá. Neste período, foram realizados cinco Laboratórios de Análise sobre os principais problemas latino-americanos: a identidade nacional, a pluralidade cultural, a diversidade étnica, a desigualdade social, a integração, a construção da democracia e a reforma do Estado. E todo esse esforço

nasceu da constatação de que o caminho percorrido pelo continente latino-americano, nos últimos anos, tem trazido mais miséria do que progresso.

É preciso cavalgar a globalização

Com raras exceções, os países latino-americanos experimentaram, recentemente, políticas de ajuste econômico. Os resultados dos planos econômicos foram o controle da inflação e a estabilidade monetária. Essenciais, aliás, para consolidar o processo democrático que emergiu no início dos anos 80. Mas os resultados sociais levantaram dúvidas sobre o caminho escolhido: crescimento da desigualdade social e do desemprego.

Foi inspirada nessa constatação, somada à perplexidade das mudanças no campo internacional, que a Unesco resolveu promover esta série de encontros.

A declaração final, intitulada "Governar a globalização: o Consenso de Brasília", apesar dos termos diplomáticos e elegantes, reflete bem o sentimento expresso em plenário por um dos participantes: "O neoliberalismo não é compatível com os princípios democráticos". Os aplausos causaram-me espanto. Afinal, não se estava em nenhuma reunião de esquerda propriamente dita. E uma boa parte dos presentes tinha estado à frente de seus países aplicando políticas neoliberais. O Consenso de Brasília inicia-se reconhecendo que o mundo se encontra em uma encruzilhada civilizatória. E



No encerramento da reunião, a mesa integrada por Jorge Wertheim (Unesco/Brasil); Anaisabel Flores (Unesco/Paris); pelo ex-presidente Rodrigo Carazo (Costa Rica); o governador Christovam Buarque (Brasília); Federico Mayor (diretor-geral da Unesco); o ex-presidente Patricio Aylwin (Chile); o ex-presidente Osvaldo Hurtado (Equador) e por Jorge Montesinos (Unesco/México e coordenador da Cúpula Regional)

O caminho do continente, nos últimos anos, tem trazido mais miséria do que progresso

programa em seguida que a América Latina tem plenas condições de adotar a opção pela democracia com justiça social, em vez de trilhar o caminho da adaptação social. Apesar da profunda desigualdade social e regional, social e regional que marca o continente, a maior do mundo. Para isso, no entanto, deverá fazer algumas opções prévias.

Em primeiro lugar, optar pela cultura da paz em vez da cultura da guerra. Esta é uma condição sine qua non para se construir a democracia. A paz, não apenas como ausência de guerra entre países, mas também como segurança para o cidadão e respeito pelos seus direitos, é indispensável, para que regras do exercício do poder sejam estabelecidas, re-

conhecidas e cumpridas. Regras, portanto, não apenas legais, mas também legítimas.

Construção democrática em risco

A segunda condição é complementar à primeira: a existência de leis justas. Leis que não somente evitem situações de injustiça, mas que também produzam justiça. A opção pela integração é a terceira premissa essencial para uma inserção favorável no novo contexto mundial, pois nenhum de nós é suficientemente grande para dispensar os demais, mesmo o Brasil. E, finalmente, um Estado renovado e fortalecido, pois as insuficiências (e perversidades) do mercado são mais que evidentes.

Essas condições básicas, caso sejam cumpridas, permitirão que o continente enfrente o seu real problema: a enorme e crescente desigualdade social. O aumento da desigualdade não apenas expulsa do mercado um contingente humano importante, comprometendo a força de trabalho futura, como ameaça a própria construção democrática, eliminando do



A predominância do pensamento neoliberal agrava o desamparo social

espaço da política uma parte dos membros da comunidade nacional.

Por isso mesmo, o documento reconhece que nos encontramos atualmente numa espécie de "pós-guerra". Com a diferença de que hoje os vencidos não são países ou sistemas, mas classes e grupos sociais: o gulag dos pobres que se encontram em todos os países. E que é necessário um novo plano, à semelhança do Plano Marshall, mas voltado para o social.

Enfim, o "Consenso de Brasília", título da declaração conclusiva do encontro, traz um novo fôlego para o campo da política, mesmo reafirmando temas e questões antigas, ainda que em uma linguagem diplomática. Pois sua linguagem encontra-se cravada em um salutar, embora ainda impreciso, pós-neoliberalismo.

Se, como diz Perry Anderson, 1995 marcou o primeiro ano do pós-neoliberalismo na Europa, é possível que 1997 seja o primeiro ano do pós-neoliberalismo na América Latina.

** Secretário de Meio Ambiente de Brasília*

ONU divulgará experiência

O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, quer revolucionar também as prioridades em toda a América Latina e Caribe, como fez assim que assumiu o governo em 1995. Ele propôs, na Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, a implantação em toda a região do Programa Bolsa-Escola que, no Distrito Federal, mantém na escola - com bom desempenho - quase 40 mil crianças, e dá às suas famílias uma remuneração mensal equivalente a um salário mínimo (R\$ 120), além de uma poupança em nome do aluno, a ser sacada ao final do curso.

Além de oferecer às famílias carentes uma suplementação de renda e melhoria da qualidade de vida, o Bolsa-Escola é considerado um dos melhores projetos sociais da atualidade, por ter o mérito de manter fora das ruas um enorme contingente de crianças em idade escolar. Em vários estados do Brasil e em países do Terceiro Mundo são desenvolvidos programas de renda mínima, mas, segundo atesta a Unesco, nenhum deles fez esta associação com políticas governamentais de ensino fundamental.

O projeto de Cristovam foi analisado, entre três desenvolvidos no Brasil, e considerado o melhor deles. Tanto que a Unesco e o Unicef vão levar a todos os países do Terceiro

Mundo, ainda este ano, detalhes do programa, segundo anunciou o diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, acrescentando que está sendo estudada a possibilidade de se financiar projetos-piloto de programas semelhantes.

A eficácia do programa foi atestada por quatro consultores das áreas de educação e sociologia, contratados pelos dois organismos internacionais, e em dois meses estará pronto um vídeo para ser exibido aos profissionais da educação em todo o mundo.

Em sua proposta, Cristovam Buarque afirmou que a Bolsa-Escola para a América Latina (Bela) é o primeiro compromisso ético com o futuro, para garantir escola para todas as crianças, independentemente do país onde elas estejam. A seu ver, adotando-se um plano simples, preciso e testado, como a Bela, pode-se eliminar o trabalho infantil, colocando todas as crianças do mundo nas escolas.

"Nós, beneficiários da modernidade, precisamos firmar o compromisso de criar a possibilidade de inclusão mínima para os quatro bilhões de seres humanos que formam o gulag social, independente do país onde vivam", disse o governador de Brasília aos participantes da Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, realizada em Brasília em julho.

O Consenso de Brasília: governar a globalização

Eis os principais tópicos do documento aprovado na reunião:

As vésperas de um novo século, a humanidade encontra-se na encruzilhada de uma mudança civilizatória. O progresso das inovações científicas e técnicas vem contribuindo para aumentar a capacidade de proteger e preservar a vida; a criatividade cultural e artística produziu a festa alegre da pluralidade e da diversidade e elevou a qualidade da experiência de viver. Mas a exclusão da maioria dos homens e mulheres da terra (...) incrementou a dor humana. Ao mesmo tempo, os efeitos perversos da cultura de massa empobrecem a qualidade de vida.

"Os avanços tecnológicos e científicos, que, subordinados a uma modernidade ética e a um humanismo moderno, poderiam propiciar a felicidade de homens e mulheres, muitas vezes servem para manter a injustiça, a falta de solidariedade e a banalidade da vida".

No século XX, a América Latina foi a região com maiores índices de crescimento. Mas nossos países apresentaram a maior desigualdade social do mundo.

"Esta encruzilhada é mais fortemente vivida na América Latina e no Caribe. Ao lado de reservas intelectuais e morais capazes de tornar realidade a promessa da vida latino-americana, coexistem a pobreza, o atraso e a marginalidade. Durante quase todo o século XX, a América Latina e o Caribe foram a região com maiores índices de crescimento econômico. No entanto, nossos países apresentam, também, a maior desigualdade social do mundo. (...) Ela não alcançou, no entanto, sua unidade política e econômica como região, na época dos blocos.

"Sem ignorar a globalização, mas sem submeter-se a ela, nossos povos têm diante de si a tarefa de governar a globalização", assinala a declaração.

"Governar a globalização é uma mudança de responsabilidade compartilhada. Compromete os países do Norte e do Sul, 35 governos e as organizações não-governamentais, as comunidades locais e as organizações internacionais. Se estamos diante de problemas globais, necessitamos de soluções globais", aponta, lembrando que já houve momentos em que a cooperação internacional evitou o colapso em amplas regiões do mundo.

"Ao término da Guerra Fria, é imprescindível um novo pacto global de governabilidade. Este deverá incluir um novo contato social pela paz, um novo arranjo que torne equitativos os fluxos e

conômicos internacionais, controle a especulação financeira e democratize as comunicações, construindo uma ordem de desenvolvimento que libere a humanidade das ruínas sociais da pobreza e da desigualdade.

(...) Aos esforços e avanços dos diversos organismos de integração regional, deve somar-se a vontade decidida de nossos governos para a criação de uma comunidade latino-americana de nações de uma agenda latino-americana comum (...) e de uma cidadania regional com plenos direitos. Esta é uma necessidade inadiável para tornar viáveis as próprias estratégias nacionais de cada um dos nossos países.

"A construção de sociedades sem exclusões é uma demanda econômica, social, política e ética.

"A reconstrução democrática do Estado deve ser fundada nos cidadãos e nas cidadanias. Estes são os verdadeiros protagonistas da democracia. (...) A vida democrática entre as nações e entre os indivíduos necessita de uma ética da responsabilidade.

"A Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos faz um apelo aos dirigentes de nossos países para colocar em prática estes oito compromissos para mudança de responsabilidade compartilhada.

"Governar a globalização requer líderes capazes de reflexão, vontade e compromisso ético. Reflexão para compreender uma situação de complexidade crescente e construir novos sentidos para a vida em comum. Vontade política, para assumir o risco e a responsabilidade moral da decisão para a mudança. Compromisso ético, para elevar a qualidade política, colocando-a a serviço da população." □

Madeireiras devastam o Planeta

Empresas asiáticas podem ter um impacto significativo na floresta amazônica, mudando para sempre a composição econômica, social e ecológica da região

Memélia Moreira

Responsáveis por significativa devastação, desembarcaram no Brasil as madeireiras da Malásia, ou asiáticas, que já atuam na Guiana, Camboja, Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão, Suriname, Camboja e Birmânia, China, Laos, Belize e Vanuatu.

Além da ameaça que pesa sobre a Amazônia, onde estas empresas já compraram terras, há poucas informações sobre suas atividades. Nem a imprensa, nem o Instituto Brasileiro



do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dispõem de dados sobre suas atividades, mas a história de degradação ambiental provocada por elas já preocupa ecologistas e a organização Greenpeace. Ao divulgar relatório sobre estas empresas, afirma: "As madeireiras asiáticas podem ter um impacto significativo na floresta amazônica, mudando para sempre a composição econômica, social e ecológica da região."

Diz mais o documento da Greenpeace, encaminhado à Comissão Externa da Câmara dos Deputados encarregada de investigar a atuação destas firmas: "Ao abrir o coração da Amazônia para o desmatamento em larga escala, o governo brasileiro arrisca acelerar taxas de desflorestamento e perder a sua já frágil capacidade política de assegurar controle adequado." Afirma ainda que se encontra em questão "o destino do maior ecossistema florestal tropical do mundo, e suas riquezas".

Além do Brasil, as madeireiras malaias vêm avançando sobre outros países e já se instalaram na Guiana e no Suriname. A atração exercida pelos países da região deve-se às sérias deficiências no controle ambiental e fiscal e aos incentivos legais e econômicos oferecidos aos investidores multinacionais. A ONG Tropical Timbers chama atenção para este fato, dizendo que "investimentos não controlados não representam ajuda aos países produtores de madeira tropical".

A cidade de Sibü, em



Ministro Gustavo Krause:
"O Brasil tem leis que devem ser respeitadas e não vão repetir aqui histórias sobejamente conhecidas"



Sarawak, na Malásia, é o reduto da grande maioria das empresas que vêm sendo denunciadas. Sarawak é o maior exportador mundial de madeiras tropicais, principalmente para os mercados do Japão, da Coreia e de Formosa, que consomem 43% da produção malaia. O controle destas firmas é de poucas famílias, quase todas "ligadas aos altos escalões do governo", de acordo com as informações da Greenpeace.

Treze irmãs

Outros governos asiáticos usam também as madeireiras "para expandir suas atividades para outras regiões, através de visitas de delegações comerciais de alto nível a países com recursos potenciais a serem explorados e oferecendo oportunidades de visitas recíprocas de importantes políticos desses países", denuncia a organização Forrest Monitor.

Um dos exemplos citados pela Forrest Monitor, refere-se à visita do ministro de Indústrias Primárias da Malásia, Lim Keng Yaik, à Melanésia, em maio de 1996. O ministro reforçou as pressões das madeireiras malaias sobre o governo local, para que impostos florestais e tarifas de exportação melanésias fossem reduzidos e rejeitadas restrições às exportações".

São 13 as principais madeireiras exportadoras malaias: Samling, Rimbunan Hijau, Berjava, WTK, Aokam Perdana, Idris, Kumpulan Emas Berhad-Parklane, Maving Brothers Benta/Mun Loon, Chew Piau/Eastern Era, Solid Timber SDN, BHD, Tenaga Kemas.

O grupo das companhias Samling e a sua subsidiária Samling Strategic Corporation controlam aproximadamente 1,5 milhão de hectares de florestas no estado de Sarawak. E



As florestas da América Central também estão na mira das madeireiras

ainda 1,69 milhões de hectares na Guiana e 800 mil hectares no Camboja. A principal acusação que pesa contra o grupo Samling vem da própria Malásia. Lá, ela foi denunciada pelas "operações de desmatamento e destruição do solo e das árvores frutíferas e de outros produtos florestais, bem como a poluição de rios".

A maior madeireira malaia é Rimbunan Hijau, incluída pela revista *Forbes* entre as maiores do mundo. Além de concessões na própria Malásia, ela domina todo o setor florestal da Papua-Nova Guiné e atua na Nova Zelândia e China. O ministro do Meio Ambiente e Turismo da Malásia, James Wong Kim Min, é um dos maiores acionistas da empresa. Além disso, a Rimbunan Hijau está comprando a Primegroup Holdings, uma companhia registrada nas ilhas Virgens Britânicas, com atividades florestais na Guiana, Papua-Nova Guiné. Ela atua ainda

nas áreas jornalística e bancária.

Outra madeireira citada nos relatórios das ONGs entre as responsáveis pela devastação nos países onde atua é a Berj-a Group. A holding inclui sete companhias de capital aberto e umas 200 empresas privadas envolvidas em atividades de jogo, têxteis, turismo, hotelaria.

Métodos agressivos

Após obter concessão para explorar 600 mil hectares nas Ilhas Salomão, comprou 60% da canadense Taiga Forest e expandiu-se para os Estados Unidos.

Incidentes mostram como opera esta empresa. Em 1994, o diretor do grupo Bejaya, Tony Yeong, foi expulso das Ilhas Salomão por tentar subornar o ministro do Trabalho e Comércio daquele país.

Na Guiana, o grupo requisi-
tou concessão de 700 mil

hectares na área do New-River, com proposta de investimento de US\$ 112 milhões. Foi rejeitada, mas entrou secretamente, como sócia majoritária das guianenses Unamco e CaseTimbers, segundo o Greenpeace.

É bem na nossa fronteira norte que as empresas asiáticas mais atuam. A Guiana é a nação preferida. Além do Bejaya, a Samling, que também se apresenta como Barama Cia. Ltda., obteve contrato para cortar em 1.690.000 hectares no nordeste do país, já nas proximidades da Venezuela. A área corresponde a 8% do território guianense.

A Samling tem uma licença para desmatar por 25 anos - automaticamente renovável por mais 25. Além disso, em condições excepcionais, o governo da Guiana concedeu-lhe isenção fiscal para exportar toras brutas, madeira serrada, madeira compensada e madeira compensada processada, por

Brasil ainda sem proteção

um período de cinco anos. A isenção pode ser renovada, automaticamente, por mais cinco anos. O prazo deste privilégio se esgota em 2001.

A isenção concedida é elástica. Permite o não-pagamento de impostos de renda, sobre empresas, retidos, sobre consumo e sobre propriedades. Em contrapartida, a Samling se compromete a extrair madeira usando práticas sustentáveis. Em 1993, dois anos após a instalação desta madeireira em território guianense, o Edinburgh Centre for Tropical Forest (ECTF) elaborou um documento sobre os impactos sociais e ambientais provocados pelo desflorestamento, e concluiu que estes impactos eram negativos.

Um dos exemplos citados pelo ECTF é o dos moradores de Port Kaituma, que foram protestar junto ao governo contra a poluição das águas, rio abaixo do lago Onairoque, que estava causando doenças à população. Por esta e outras questões, a Associação dos Povos Ameríndios convocou a comunidade internacional a boicotar a madeira da Guiana.

Estes são alguns exemplos das operações efetuadas pelas madeireiras asiáticas. A maior preocupação de parlamentares e ecologistas brasileiros, com a chegada destas empresas ao país, decorre exatamente da forma como atuam nos demais países e, principalmente, com as facilidades obtidas junto aos governos, além das extensas áreas que conquistam, quer pela compra, quer por concessões.

No avanço sobre os países com florestas exploráveis, as madeireiras asiáticas já se estabeleceram no Brasil usando seus métodos conhecidos. De acordo com o Ibama, a WTK, que atua em Papua-Nova Guiné, Camboja e Birmânia, comprou 1,2 milhão de hectares às margens do rio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas, e mais 210 mil hectares no rio Uatumã. Além da WTK, outra empresa, a Samling, que atua na Guiana e no Camboja, começa a se implantar na região de Itacoatiara, próxima a Manaus.

Nem os organismos federais sabem exatamente qual a extensão de terra comprada pela Samling, acusada de graves destruições na Guiana. Embora desconheça o tamanho da área adquirida, o Ibama alerta para um fato: "A produção da madeira no estado do Amazonas terá de aumentar cinco vezes, para atender à demanda das empresas asiáticas e de cerca de 100 madeireiras que se deslocaram para o Pará, após o quase esgotamento dos estoques em seus países. Além da preocupação com desastres ambientais, parlamentares brasileiros apontam perigo maior, contra a soberania nacional.

"Elas querem ocupar uma área de mais de dez milhões de hectares na Amazônia, pelo prazo de 15 anos. Ora, isso deixa de ser uma

empreitada. Passa a ser anexação territorial", denuncia a deputada Socorro Gomes (PC do B/PA).

Defensora da preservação da floresta, Socorro Gomes diz ainda que a devastação leva a outros prejuízos, um deles a destruição de biogemas que acompanham cada árvore. "O governo só impõe uma condição a estas empresas: a de que replantem. Significa que não há nenhuma preocupação em preservar. Apenas a de manter a área economicamente rentável", diz a deputada.

Autor da proposta de criação de comissão parlamentar para investigar as madeireiras asiáticas, o dep. Gilney Viana (PT/MT) justificou sua proposta: "A alta produtividade e intensidade de exploração praticada no Sudeste Asiático e na Guiana, se aplicada na Amazônia, poderá causar impactos ambientais sem precedentes, além de esgotar espécies valiosas, como o mogno. O Brasil é o mais novo alvo."

Gilney aconselha que o Brasil olhe os erros da Malásia e da Indonésia e os evite, para fugir à degradação de florestas altamente produtivas. Em meio a estas polêmicas, o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, garantiu: "As madeireiras devem entender que o Brasil tem leis que devem ser respeitadas e não vão repetir aqui histórias sobejamente conhecidas".



Defesa malaia

Táticas de intimidação e desinformação. Foi esta a resposta do governo da Malásia às denúncias contra suas madeireiras. A defesa foi feita pelo embaixador daquele país, Dato Zain, diante da Comissão Externa de Investigação de Madeireiras, da Câmara dos Deputados. Em nome de seu governo, Zain afirmou que "informações tendenciosas e unilaterais, sobre supostas atividades de desmatamentos realizados por madeireiras malaias, tem sido prática utilizada por ambientalistas, no intuito de, maliciosamente, descredenciar políticas de manejo florestal implementadas pela Malásia".

Dato Zain desmentiu que seu país desmate 800 mil hectares de florestas por ano. Disse que 71% do território do país encontram-se cobertos por florestas, garantindo que a Malásia assumiu "a responsabilidade de assegurar pelo menos 50% do território sob cobertura florestal".

Ele negou a informação divulgada pelo Ibama de que a empresa WTK já teria adquirido 1,4 milhão de hectares no Amazonas. Disse que a empresa comprou "300 mil hectares na Amazônia, mas a exploração ainda aguarda aprovação do plano de manejo florestal, submetido ao Ibama". As atividades da WTK, acentuou Dato Zain, "se limitaram à compra da indústria de compensados Amaplac e à aquisição de madeira de fornecedores licenciados com planos de manejo aprovados para a indústria de compensados".

Quanto à Samling, o diplomata deu a palavra de que, até o momento, a madeireira - a mais criticada de todas as empresas malaias - "nunca teve qualquer interesse ou negociação na compra da Amacol". En-

fático, sublinhou que a Samling jamais comprou terras em Itacoatiara.

Sobre a Hijau, considerada das maiores do mundo, admitiu interesse desta empresa em investir no Brasil, mas, afirmou, nunca buscou uma concessão.

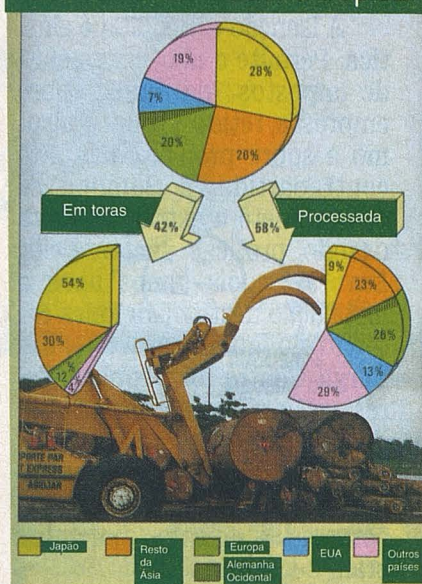
O embaixador criticou os ambientalistas por não se preocuparem com as madeireiras ocidentais. Ao citar nominalmente a World Wildlife Fund (WWF), Zain acusou-a de "atenuar a ação de inúmeras madeireiras européias na África, divulgando que suas atividades de exploração se concentram em pequeno número de espécies comerciais".

O embaixador chegou a dizer que esta organização não-governamental é "cúmplice" das empresas do Ocidente. Ao se referir à questão social - as madeireiras asiáticas são acusadas também de promoverem desemprego dos nativos dos locais onde se instalam - Zain informou que a WTK, ao comprar a Amaplac, "empregou todos os seus 300 funcionários", dizendo ainda que a folha de pagamento da empresa é de US\$ 150 mil, "injetados mensalmente na economia local".

Por fim, o embaixador comparou o desmatamento da Malásia com os demais países, informando que 99% da floresta nativa da Europa Ocidental já foi destruída e que, no Canadá e na Rússia, o desflorestamento atinge 90%. Dato Zain encerrou sua defesa, apontando uma campanha dos países desenvolvidos do Ocidente, "que consideram a região amazônica como seu quintal e se sentem ameaçados pela eficiência e avançada tecnologia de manejo demonstrada pelas madeireiras malaias".

Amazônica

Consumo da madeira tropical



A fome mundial por madeira é insaciável. Cabe ao Japão o título de glutão número um nesse perigoso banquete das matas mundiais, como demonstra o quadro acima

A Ásia e a África já lamentam irreversíveis perdas da cobertura florestal, mas o negócio da madeira, extremamente próspero, não esmorece. Afinal, calcula-se em US\$ 400 bilhões o movimento anual desse comércio. Aí reside o perigo para a região amazônica, última grande reserva tropical. Assim, o comércio do próximo século será dos paus amazônicos, que tornarão Brasil, Guianas, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela os principais exportadores do mundo, o Brasil disparado à frente.

abastecerá mercado mundial

Comércio de US\$ 400 bilhões anuais não pode parar

A entrada das serrarias malaias prepara esse futuro que foi planejado desde o anos 70.

A previsão traça destinos inversos para a Amazônia, de um lado, e Ásia e África, de outro, num espaço de 40 anos: em 1980, a Ásia exportava 83 milhões de metros cúbicos de madeiras; a África, 15,8 milhões, e a Amazônia, só 2,4 milhões. Para o ano 2000, a exportação asiática cairá para 27,1 milhões, a africana atingirá o auge de 90 milhões, mas a amazônica já será a líder com 150,2 milhões de metros cúbicos, que subirão para 168,5 milhões em 2005.

Em 2020, a devastação reduzirá o negócio a 51,3 milhões de metros cúbicos. Mesmo perto do último suspiro, a Amazônia ainda responderá por 49% desse comércio.

Previsões macabras nem sempre acontecem. Mas servem de alerta, especialmente quando exemplos fresquinhos podem ser visualizados na Ásia, na África e, já agora, aqui mesmo. ■

(Procópio Mineiro)

Os dados acima citados foram extraídos da Protecting the Tropical Forests - a high-priority international task (Bonn, 1990), volumoso e detalhado estudo da comissão de inquérito do Parlamento alemão, presidida pelo deputado Berndt Schmidbauer e encarregada de produzir um estudo global sobre medidas destinadas a proteger a atmosfera terrestre. O levantamento sobre as florestas tropicais (968 páginas) foi um dos capítulos daquele estudo

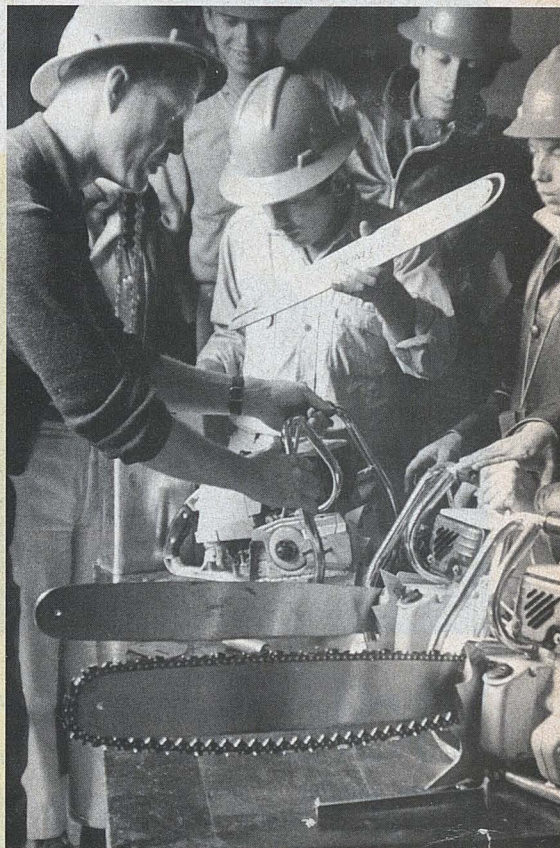
Concessões confiam no bom senso da serra elétrica

O Brasil está inaugurando o que se pretende que seja o modelo auto-sustentado de exploração florestal. São as concessões das Florestas Nacionais. Estão sendo licitadas as primeiras cinco unidades, começando pela Floresta Nacional do Tapajós, uma área de 5.000 hectares, algo como um quadrado de sete quilômetros de lado.

A idéia é que a madeireira vencedora observe estritamente as regras do Ibama: só cortar árvores com diâmetro acima de 45 centímetros, não causar os costumeiros estragos nas adjacências da árvore visada, só cortar a madeira apropriada e já marcada, e replantar.

Com estas regras, o Ibama acredita que uma floresta volte a ser comercialmente produtiva vinte anos após a primeira exploração, e assim sucessivamente.

O pensamento do Ibama é o de que é preferível estabelecer esse modelo, que permite fiscalização e compromisso das serrarias, do que o atual esquema, sem controle, e que



permite que o contrabando de madeiras seja dominante, chegando a 80% da produção total. O Ibama, segundo seu presidente, Eduardo Martins, começou a melhorar sua fiscalização.

Para garantir o reflorestamento e maior lucro regional, especialistas recomendam a industrialização do produto no local. Muitos importadores preferem comprar a toras, para beneficiá-las em seus países. O procedimento dominante dos malaios foi o de exportar a madeira bruta de suas florestas, num estilo imediatista e imprevidente: ganharam menos e destruíram mais. Agora, estão aqui. Agirão diferente?

Fotos: João M. Palheira



Curva do S, na PA-150, onde se deu o massacre de Eldorado

Violência contra sem-terra, sem-ouro e sem-emprego

Na região de Carajás, no Pará, o drama dos que são jogados de exclusão em exclusão numa imensidão de terras

Adaise Lopes, Heloisa Fonseca,
Maria Célia N. Coelho
e Roberta Figueiredo*

A palavra violência origina-se do verbo violar, que significa infringir ou transgredir um padrão ou regra social. De acordo com o senso comum, violência é vista mais como um fato isolado do que como um processo. É também percebida como uma manifestação de poder, um instrumento para esmagar rebeldias. É frequentemente utilizada

como um recurso de caráter disciplinador e corretivo, tanto para vítimas, quanto para toda a população que se quer dócil. Neste sentido, nem sempre se apela para a morte, ato de extrema violência.

Desde tempos remotos, a violência vem se alastrando no meio rural brasileiro, intensificando-se, contemporaneamente, com o aumento das ocupações de terra por parte dos que dela vêm sendo historicamente excluídos. Estes casos de ocupações classificam-se como violência à propriedade privada. A violência associada à questão

agrária está intimamente relacionada à monopolização da propriedade da terra por empresários e fazendeiros individuais. O conflito resultante é o choque entre diferentes interesses.

Os acirrados confrontos no campo brasileiro, em particular na Amazônia, fazem aumentar os casos de mortes que, entretanto, não são as únicas formas de violência. Outras maneiras se manifestam na impunidade dos criminosos, nas decisões de juristas a serviço dos grandes proprietários de terra e/ou dos "grileiros" (portadores de títulos falsos), no trabalho escravo, nas torturas, nas ameaças de morte.

Assim, outras práticas de violência são difundidas e adotadas com requintes espantosos. É importante ressaltar que as mortes, em si, revelam pouco sobre os processos geradores dos conflitos no meio rural, sendo apenas indicativos do grau de violência que caracteriza as disputas pelo acesso à terra. Na Amazônia, a violência resulta, historicamente, não só da monopolização crescente do acesso à terra, mas também das relações de trabalho espoliativas aí dominantes.

No estado do Pará, a violência no rechaçamento das lutas dos trabalhadores rurais e o uso da força policial têm já uma longa tradição. Podemos mesmo afirmar que a violência no Pará tornou-se banal, a ponto de ser encarada como algo natural ou inevitável. No caso do sudeste do estado, o agravamento da violência indica mudanças drásticas nas relações sociais, em consonância com o processo de



Vista parcial do Acampamento Macaxeira, em Curionópolis (1996)

desestruturação e reestruturação sócio-espacial, que vem caracterizando a região, desde a década de 70, com a construção da Transamazônica, e, particularmente, a partir de 1980, com a implantação do Projeto Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e dos demais projetos a ele associados.

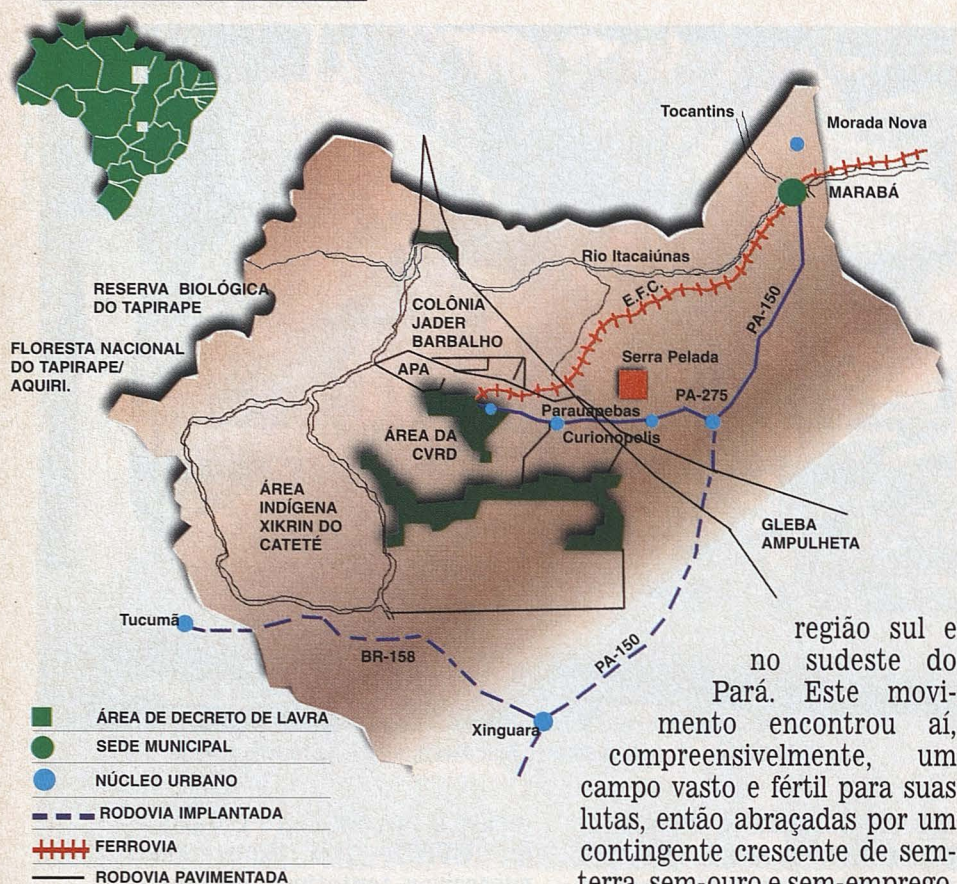
O MST e sua trajetória na região de Carajás

Apesar de decorrido já um ano do massacre de Eldorado de Carajás, verificado no dia 17 de abril de 1996, ainda se sabe muito pouco sobre o MST e sua trajetória no sudeste do Pará. Ignora-se, por exemplo, que este movimento já tem uma história e uma estratégia de luta na região. Pouco se estudou sobre suas relações com o garimpo de Serra Pelada, com a CVRD e sobre o perfil do sem-terra na região. Desde 1985, quando entrou em funciona-

mento o Projeto Ferro Carajás, da CVRD, vêm ocorrendo sucessivas tentativas de ocupação da área de concessão da CVRD e de seu entorno, isto é, das áreas de sua pretensão (na região correspondente à Gleba Ampulheta) ou de sua proteção (as unidades de preservação ambiental) na região de Carajás, naquela ocasião por posseiros e garimpeiros, sempre rechaçadas pela segurança da Companhia.

Tratava-se de trabalhadores atraídos pelo ouro ou pelas terras de mata. Em 1989, com a inundação da cava, o garimpo foi fechado. Milhares de trabalhadores braçais do garimpo viram-se sem ouro e sem alternativas locais.

Naquele mesmo ano (1989), o MST, nascido no Rio Grande do Sul no início da década de 80, alcançou a região, participando de forma ativa de uma nova etapa na história de organização da luta pela terra, na



No dia 11 de abril de 1996, os sem-terra deram início a uma caminhada para Belém. No dia 17 de abril, ocorreu, então, o "Massacre de Eldorado", com um saldo de 19 mortes. Depois do massacre, as invasões continuaram e o número de integrantes do MST cresceu ainda mais

região sul e no sudeste do Pará. Este movimento encontrou aí, compreensivelmente, um campo vasto e fértil para suas lutas, então abraçadas por um contingente crescente de sem-terra, sem-ouro e sem-emprego. Tal contingente tem origem nas grandes levas de migrantes, que para lá tinham sido atraídos, inicialmente pela abertura de estradas e, posteriormente, pelo acesso a empregos então criados pela construção da usina de Tucuruí, da Estrada de Ferro Carajás (parte do Projeto Ferro da CVRD) e pelo garimpo de Serra Pelada (descoberto em 1979), que atingiu seu auge em 1982.

A partir de então, tornaram-se ainda mais frequentes as tentativas de penetração de trabalhadores na área da CVRD, em Carajás. Os sem-terra, os sem-ouro e os sem-emprego, marginalizados nas periferias das cidades de Parauapebas e Curionópolis, são recrutados pelos militantes do MST para a luta de acesso à terra. Para o MST, a entrada na área da CVRD, em Carajás, passou a ser vista como uma forma

estratégica de pressionar a companhia a exigir do Incra, do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e das prefeituras locais que negociassem em direção à aquisição de áreas alternativas de assentamento de trabalhadores rurais.

Assim, as ocupações das áreas da CVRD funcionam como uma das estratégias (as outras são caminhadas, acampamentos e resistências) que vêm marcando, recorrentemente, os movimentos pela desapropriação de áreas improdutivas, isto é, de uso social restrito, no período de 1991 a 1996.

Em maio de 1991, após uma tentativa de permanecerem na área conhecida como Cinturão Verde da CVRD, os sem-terra ocuparam a fazenda Rio Branco, propriedade dos descendentes do italiano Lunardelli (o "rei do café" do norte do Paraná na década de 50). Em abril de 1992, foi garantida a desapropriação de uma área de 12.000 ha da fazenda Rio Branco. Em 1993, foi feita a demarcação da área correspondente hoje ao assentamento Rio Branco I, segundo denominação do Incra.

Em julho de 1994, após uma tentativa de entrada no Cinturão Verde e uma violenta expulsão pela CVRD, os sem-terra acamparam, durante seis meses, em frente à sede do Incra em Marabá. Após retornarem a Parauapebas, no dia 22 de novembro de 1994, os sem-terra realizaram uma caminhada e um ato público na portaria da CVRD. Dia 15 de maio de 1995, ocuparam uma nova parcela da fazenda Rio Branco.

Dia 8 de outubro de 1995, um grupo de sem-terra realizou

uma caminhada ao longo da rodovia PA-275. O resultado foi a desapropriação da fazenda Rio Branco, correspondente ao assentamento Palmares, reafirmada por Graziano Neto, na ocasião presidente do Incra, em 05/11/95.

Em outubro de 1995, um grupo de sem-terra, reivindicando a desapropriação do Complexo Macaxeira, acampou inicialmente nas proximidades da prefeitura de Curionópolis. No dia 7 de maio de 1996, os sem-terra ocuparam parte do Complexo da Macaxeira, antiga reserva de castanhais cedida aos familiares de Plínio Pinheiro, hoje dividida em várias fazendas, tendo sido algumas delas vendidas a fazendeiros de fora.

Em 8 de março de 1996, o MST aceitou o prazo de 30 dias, solicitado pelo Incra, para realização da desapropriação solicitada. O prazo é finalizado, sem que o MST obtenha qualquer resposta. No dia 11 de abril de 1996, os sem-terra deram início a uma caminhada para Belém. No dia 17 de abril, ocorreu, então, o "Massacre de Eldorado", com um saldo de 19 mortes.

Depois do massacre, as invasões continuaram e o número de integrantes do MST cresceu ainda mais.

Quem são os sem-terra de Carajás?

A pesquisa realizada com um total de 260 sem-terra da área de Carajás (acampamentos Macaxeira e Palmares), em julho de 1996, revelou que os sem-terra são predominantemente nordestinos (72,3%) ou, mais



Assentamento
Palmares,
em Parauapebas
(Foto: Heloisa
Fonseca)

especificamente, maranhenses (46% do total de nordestinos). Uma parcela expressiva dos sem-terra é composta de ex-empregados da construção da usina de Tucuruí; outra é formada por ex-empregados das empreiteiras subcontratadas pela CVRD para a construção da Estrada de Ferro Carajás e demais infra-estruturas ligadas ao Projeto Ferro Carajás, no início da década de 80. Porém, uma grande parcela, ou seja, 48% do total, possui uma história de passagem por Serra Pelada. Pode-se, no entanto, afirmar que a grande maioria é composta de ex-trabalhadores ou filhos de ex-trabalhadores braçais dos garimpos.

O massacre de Eldorado não foi um caso isolado naquela região. Foi apenas uma tragédia a mais, numa relativamente longa história de violência na luta pelo acesso à terra, no sul/sudeste do Pará. A elevada dimensão local adquirida pelo MST traduz-se em mais uma evidência da falta de alternativas de trabalhadores-migrantes atraídos por projetos como o da CVRD e os beneficiados pelo ex-Programa Grande Carajás

(lançado em 1980 e extinto em 1991), que falharam em trazer para o local maior número de atividades geradoras de emprego e renda.

Não muito distante da província mineral da Companhia Vale do Rio Doce, nos arredores de Serra Pelada, começou e lá terminou, para as vítimas de uma violência extremada, o sonho do ouro, da terra e do trabalho. Não obstante, para os milhares de sem-terra, sem-ouro e sem-emprego, sobreviventes da região de Carajás, a luta ainda não terminou. E, certamente, não findará sem o assentamento em bases sustentáveis, que lhes permitam ir além de uma simples e curta sobrevivência.

**Adaise Lopes é estudante do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA); Heloisa Fonseca, também estudante do mesmo departamento, é bolsista de Iniciação Científica do CNPq; Maria Célia N. Coelho, doutora, é professora-adjunta do Numa-Naia/UFPA e pesquisadora do CNPq; Roberta Figueiredo é geógrafa, formada pela UFPA*

Pobres buscam a terra prometida

No interior fluminense, os sem-terra ocupam latifúndio, onde a reforma agrária já deveria ter sido realizada



Silvia Ferrari

*A*s quatro da madrugada de um sábado de junho, 350 lavradores sem-terra e suas famílias entraram na fazenda que Benedito Pessanha formou com terras usurpadas ao governo.

A lua cheia iluminava os passos daquelas centenas de pobres. Os agricultores, mobilizados para a operação pelo Movimento dos Sem Terra (MST) do Rio de Janeiro, não estavam sozinhos. Ao lado deles, a solidariedade de advogados, médicos, jornalistas estrangeiros e nacionais, sindicalistas, dirigentes de partidos políticos de esquerda e simpatizantes.

A ocupação de terras férteis no município de Casimiro de Abreu, na Região dos Lagos Fluminenses, foi preparada

cuidadosamente durante dois meses. Graças a um esquema formidável - que lembra uma operação de guerra, mantida sob o maior sigilo - a invasão da fazenda de Pessanha não provocou qualquer incidente.

"Vamos prá festa" era a senha do MST nas horas que antecederam a ação pacífica. Esta foi realizada logo depois que o governo de Fernando Henrique Cardoso, pretendendo dar uma estocada no coração do movimento pela reforma agrária, baixara medida provisória, determinando que fazendas invadidas não seriam mais desapropriadas. Pretendia, com isso, suprimir a política do MST, de ocupar propriedades improdutivas para obrigar o Ministério da Reforma Agrária a efetuar a desapropriação e assentar as famílias de lavradores sem-terra.

Fotos: Aristóteles Brito



Latifúndio ilegal e improdutivo

Em contrapartida, o MST decidiu penetrar em terras já antes desapropriadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mesmo quando particulares argumentam que fazem parte de suas propriedades. Esta é uma modalidade de sua política que será mantida, com o objetivo de agilizar a reforma agrária pela qual esperam 4,8 milhões de famílias em todo o país.

Este é o caso dos 2,7 mil hectares ocupados em Casimiro de Abreu, remanescentes dos 9,5 mil hectares desapropriados, em 1975, para a reforma agrária e para criar a reserva biológica de Poço das Antas. Na verdade, até agora nem uma só família camponesa desfrutou daquela desapropriação de 22 anos atrás, quando a líder da atual ocupação, Marina dos Santos, era bebê de ano e meio.

Mas, em compensação, três latifundiários - Dilvo Peres, Benedito Pessanha e Aluísio Siqueira -, com a força do dinheiro e a eventual compra do juiz Wanderley Monteiro, tomaram posse da gleba, na qual soltaram gado e passaram a plantar. Tornaram-se donos sem escritura.

Marina dos Santos, 24 anos, de compleição forte, os longos cabelos contidos por uma boina vermelha, é um dos personagens principais da ação organizada pelo MST na Região dos Lagos. Sua conversa demonstra a origem rural. Fala de maneira simples, sem escolher as palavras, mas com conhecimen-



Segundo censo do MST, no Rio 90 mil famílias querem um pedaço de terra para trabalhar

to pleno do que diz. É uma das cinco mulheres e 21 homens que ocupam o cargo de coordenadores nacionais do MST.

O encontro de Marina com um grupo de correspondentes estrangeiros - do Japão, Rússia, Uruguai, Argentina, Cuba, Portugal - e de jornalistas brasileiros, na véspera da invasão, foi num posto de gasolina de São Pedro da Aldeia.

Segundo censo do MST, 90 mil famílias querem um pedaço de terra para trabalhar, no Rio de Janeiro, muitas delas vivendo na cidade, para a qual migraram por falta de emprego no campo. Desde a chegada de Marina, já há 6 mil famílias assentadas e outras 1.250 aguardando, em acampamentos.

Marina contou que, para esta nova "festa", o MST promoveu reuniões em comunidades pobres por dois meses. "Conversamos, disse, sobre a realidade das pessoas, suas condições de vida e sobre os

motivos pelos quais foram expulsos do campo. O interesse da maioria é voltar à terra", explicou.

Uma figura miúda de mulher, vestida de preto, dava voltas pela casa, na qual se realizava a entrevista. Seu nome é Inês Polidoro, 28 anos, e é ex-freira da Congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus. Largou o hábito religioso "porque já não podia ajudar os pobres da forma como desejava". Inês representou, neste episódio, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um braço da Igreja Católica que trabalha com o MST e colabora, explicando às pessoas quais os seus direitos "nesta terra prometida pelo evangelho", afirmou.

Inês, que continua católica, entrou para o convento aos 13 anos e saiu há dois, quando tinha 26 anos e o coração transbordante da ilusão de poder, sem o hábito, cumprir as promessas de solidariedade e fraternidade com os pobres.

Nos anos de convento, a irmã Inês aprendeu muito, sobretudo no Nordeste, mas também em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vendo de perto a fome e a morte.

Paranaense de família de cinco irmãos, filha de pequeno agricultor, sempre ligada à terra, Inês não suportou as limitações que lhe impunha a condição de freira. Seus superiores lhe diziam que, como religiosa, não poderia expor-se. Assim, decidiu deixar o convento e voltar ao ar livre da roça. Foi das primeiras a chegar às terras ocupadas. Participara antes das

reuniões com as famílias, que agora se encontram em Casimiro de Abreu, como única representante da CPT no interior fluminense.

"Eles vêm para cá e ninguém sabe o que lhes pode ocorrer. Meu dever é estar ao lado dos pobres", diz Inês.

Trabalho, produção, sobrevivência

Um dos aspectos mais impressionantes da ocupação foi a organização interna do MST. No trajeto de S. Pedro da Aldeia a Casimiro de Abreu, atravessando cinco fazendas - roteiro mais longo, porém bem mais seguro para evitar confrontos armados - os homens do MST vigiavam o caminho, abriam e fechavam as porteiras, para dar passagem à caravana dos 10 ônibus, que transportavam os sem-terra, e dos 30 carros dos acompanhantes.

Um código secreto, ignorado pelos visitantes, permitia a sincronia perfeita das ações. Telefones celulares serviram de ponte nos diferentes locais de reunião. Quando chegamos ao ponto da concentração, a lua era um prato iluminado sobre nossas cabeças e as crianças, as mulheres e os homens estavam acomodados de qualquer jeito. Uns dormiam no chão, outros aguardavam, cigarros nas mãos, enquanto os mais jovens cantavam - todos em busca da terra prometida.

Na cabine de um caminhão, cinco crianças, de um a 11 anos, dormiam sob o olhar atento da mãe, Rosângela Pereira, de 25 anos, bonita, pálida e muito magra, em suas roupas surradas.

Mesmo sob a permanente ameaça de violência, os sem-terra não renunciam à esperança de conseguir um teto e um pedaço de terra para plantar



As crianças estavam envoltas em trapos.

Rosângela e o marido, Sidney da Silva, são lavradores. Tinham sido expulsos de um pedacinho de terra e migraram para a cidade, onde viraram camelôs. Conseguiram 100 reais por mês e pagavam 80 de aluguel. Familiares ajudavam na alimentação.

"A impotência é o pior dos sentimentos. Nada posso fazer para acabar com a fome dos meus filhos, embora seja nova e tenha saúde. Cada dia, eu os exponho à morte. Tive o primeiro filho aos 14 anos. Até hoje, nada mudou. Então, seja o que Deus quiser. Nossa única esperança é conseguir um teto e um pedaço de terra para plantar", contou Rosângela.

Histórias com esta são comuns entre os ocupantes da fazenda de Casimiro de Abreu, onde um rio corre e montanhas formam uma proteção natural. Lá estavam João da Silva, um negro já entrado em anos, que passou a noite debaixo de um

guarda-chuva e que fora expulso do sítio onde plantava milho; Gilberto Fonseca Barreiro, de quem um latifundiário roubou as terras que herdara do pai, já assentado; Maria Inácia Silveira, sem outras roupas além das que vestia, e João Caetano da Silva, que perdeu os filhos por falta de assistência médica.

O sol já ia alto sobre aquelas figuras friorentas e famintas, quando começou a primeira assembleia de organização do novo assentamento do MST. Com suas enxadas e foices, as bandeiras e os risos - o brasileiro nunca perde o bom humor - começava uma nova vida.

Ao meio-dia, 19 horas depois dos primeiros movimentos para a ação, já erguidas as barracas de náilon preto - símbolo dos acampamentos - as crianças correndo, as mulheres preparando o feijão e o arroz para todo o grupo, era possível sentir a firmeza, o arrojo e o afã por sobreviver daquela gente que, na realidade, só tinha a ganhar, por não ter mais nada a perder.



CURSOS DE LÍNGUAS ORAIS



**INGLÊS - FRANCÊS - ITALIANO -
ESPANHOL - HEBRAICO**

A PUC-SP, via COGEAE, promove todo semestre cursos de línguas orais. Agende-se, as novas turmas estão começando em agosto!

Horários: manhã, tarde e noite

Níveis: básico, intermediário e avançado

10 sessões no laboratório de línguas (exceto Hebraico)

Os alunos com conhecimento básico da língua, devem fazer um teste de colocação no nível adequado.

Informe-se na COGEAE.

Informações e Inscrições

COGEAE

Tel: (011) 873-3155

**2ª à 6ª das 9 às 21h e aos sábados
das 8 às 13h**

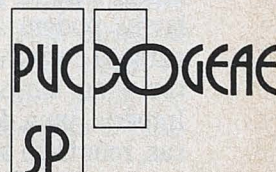
Rua Ministro Godói, 967 - Perdizes

Internet: <http://cogae.pucsp.br>

Realização:



**Pontifícia
Universidade
Católica
de São Paulo**



VAGAS LIMITADAS

Realização sujeita ao número mínimo de inscrições.

Excentricidades de um herege

Inquisição leva visionário do século XVIII à forca por questionar o seu tempo, seu país e os valores da Igreja

Valdenir Peixoto

Filho de mãe católica e pai protestante, Pedro de Rates Henequim, homem que afirmava que até Deus teve um início, vem ao mundo sob o estigma da ambigüidade. Fruto do amor de pai flamengo e mãe portuguesa, Henequim se vê desde a infância entre aqueles dois valores clericais, além de todo o mistério que envolvia esse universo.

Chegando à fase adulta, começa a questionar sobre a viabilidade de continuar em Portugal, terra de sua mãe, ou partir para um outro país. A opção é feita pela América, mais precisamente pelo Brasil, onde entra em contato com a cultura e os mitos indígenas. Assim que volta a Lisboa, envolve-se com a cabala judaica.

Em 1741, é acusado pela Igreja romana de heresia ao tratar de temas como a sexualidade dos anjos e da Virgem Maria, o poder político que as palavras podem assumir num discurso, a corporalidade dos espíritos e ao afirmar que o Quinto Império, uma das profecias bíblicas, referia-se ao Brasil.

No entanto, o que, talvez, tenha incomodado verdadeiramente os inquisidores daquela época foi sua insistência sobre a localização do paraíso. Na verdade, o protagonista de *Um herege vai ao paraíso*, de Plínio Freire Gomes, defendia a tese de que o Éden ficava bem aqui, em solo brasileiro.

Mas seu interesse pela verdade não pára. A partir da *Bíblia* traça especulações a respeito do Cristianismo e dos feitos humanos, como a epopéia vivida pelo povo português. O período em que fica na América contribui para solidificar algumas de suas idéias excêntricas.

Sua passagem por Pernambuco, por exemplo, em 1702, o leva a trabalhar por anos a fio como minerador, desbravando selvas, caçando tesouros.

As idéias e concepções de mundo de Henequim acabam por chamar a atenção do Santo Ofício, que o leva à Corte Inquisidora a fim de ele poder explicar seus conceitos heréticos.

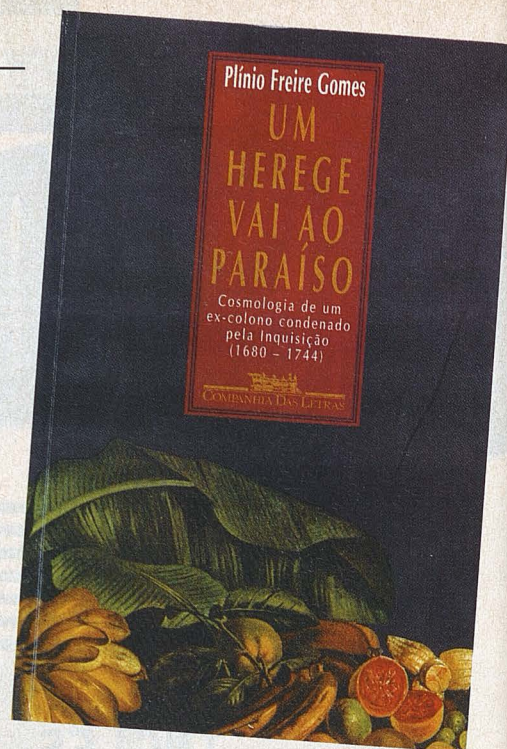
No palco da Inquisição, ante tantas controvérsias, Henequim

acaba tombando, quando é condenado e levado ao estrangulamento no garrote, tendo seu corpo queimado para que, tal qual Tiradentes, ninguém pudesse vir a se lembrar de sua existência e, fundamentalmente, de suas idéias.

Provavelmente, o livro de Plínio Freire Gomes tenta nos fazer entender a sociedade portuguesa da época, isto é, uma comunidade complexa e dividida, vamos dizer assim, por um reino que tentava se espalhar por todo o Planeta.

O autor mostra um universo perverso e nos faz conhecer o tribunal inquisidor, uma forma de julgamento tão abobinável como os métodos utilizados pelo Regime de Exceção vivido pelo Brasil na década de 70.

De verdade, podemos sintetizar a história desse herege fabuloso citando as palavras do próprio autor quando, numa paráfrase, diz que "assim como existem países bons para morar, outros são bons para pensar". E este lugar, por incrível que pareça, é o Brasil.

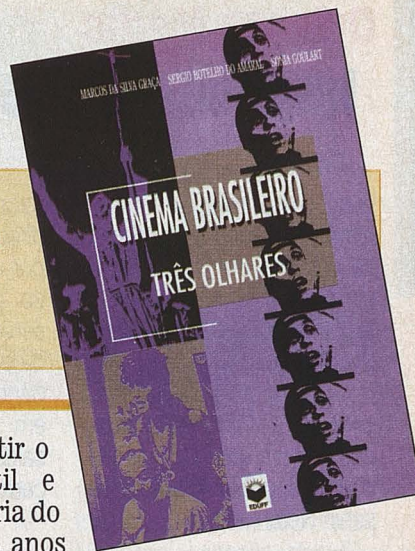


Discutindo o cinema brasileiro

Livro reúne textos sobre o Cinema Novo e os anos 70

Lançado pela editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff), o livro *Cinema brasileiro: três olhares* reúne textos de três ex-estudantes do curso de Cinema da instituição. O que aproxima os trabalhos de Marcos Graça, Sérgio Botelho e Sonia Goulart é a preocupação

em abordar e discutir o período mais fértil e importante da história do cinema nacional, os anos 60 e início dos 70. Para melhor explicar a proposta da obra, **cadernos** conversou com Marcos Graça.



▣ Como surgiu o projeto da realização do livro?

Partiu da iniciativa do professor de cinema da UFF, Tunico Amancio, que quis divulgar alguns dos melhores projetos de conclusão de curso dos alunos da faculdade. Ele procurou a Eduff e montou o livro junto com os autores. Antes do início do projeto, nenhuma publicação veiculava essas monografias.

▣ Os trabalhos falam de que assunto?

O meu projeto, *Herança Maldita do Cinema Novo*, discute princípios estéticos e ideológicos presentes neste movimento cinematográfico e qual influência teve nos filmes posteriores, no início da década de 70. O do Sérgio, *Guerra Conjugal: uma Batalha de Joaquim Pedro de Andrade*, torna visível os mecanismos de construção e significação do filme a partir na simbologia de imagens representativas da direita brasileira e da repressão política. O de Sonia, *Cinema e Artes Plásticas: os Caminhos do Experi-*

mental nos Anos 70, destaca a relação entre as artes plásticas e a cinematográfica no Rio de Janeiro, baseada principalmente em obras feitas em super-8 que buscam abandonar os formatos tradicionais até então utilizados.

▣ Qual foi a maior preocupação em seu trabalho sobre o Cinema Novo?

Destacar quais elementos da estética e suas implicações ideológicas que surgiram nos filmes posteriores ao movimento, como o do Cinema Marginal, buscando perceber as contradições e paradoxos que atingiram os diretores cinemanovistas. Para isso analisei os principais filmes do movimento e das vertentes surgidas no início dos anos 70. É impressionante como uma escola de cinema, que foi um "divisor de águas", passou a ser vista como uma herança "maldita".

▣ Ela continua maldita até hoje?

Sim, continua. Mesmo na UFF, no período em que estudei lá, era curioso ver como a maioria

dos alunos não tinha interesse e até recusava ver e discutir o Cinema Novo. O império da qualidade técnica que tem movido, em grande parte, o cinema brasileiro nos anos 80 e 90, acabou esvaziando as preocupações estéticas que foram o grande legado dos anos 60. O que poderia até ser discutido são as opções ideológicas, mas as estéticas possuem um valor indiscutível. Autores aclamados em todo o mundo como Glauber Rocha passaram a ser perseguidos e chamados no mínimo de chatos.

▣ Você tem algum outro projeto na área?

Pretendo escrever um livro mais amplo sobre o Cinema Novo, de forma menos acadêmica e mais jornalística, área em que também sou formado e que trabalho hoje em dia. Tentarei tornar inteligível ao público leigo a importância deste movimento cinematográfico. Falta apenas uma forma de incentivo, como uma bolsa ou patrocínio, para que possa me dedicar mais à pesquisa e montagem do texto.

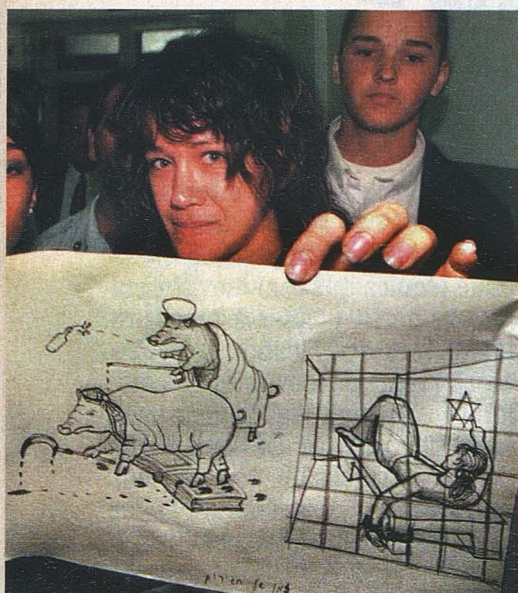
Oriente Médio

Impasse põe em risco acordos de paz na Palestina

A deterioração do clima político no relacionamento entre palestinos e israelenses ameaça conflagrar outra vez a região e jogar por terra todos os esforços e avanços já conseguidos.

Os acordos de paz têm sofrido a incompreensão dos setores radicais que dominam o gabinete de Benjamin Netaniahu.

Os seguros passos dados pelos trabalhistas em direção à paz parecem estar por um fio, desde que subiu ao poder o governo conservador. A retórica extrema-dada e políticas, como a de expandir a presença judaica em Jerusalém, forçando a saída de palestinos, ameaçam com o retrocesso.



O clima de confronto, que o governo conservador de Benjamin Netaniahu vem criando, contaminou jovens radicais, como Tatiana Susskind, que exibe o cartaz em que chama os palestinos de porcos, depois de ter provocado furor entre os muçulmanos com outros cartazes em que ofendia o profeta Maomé e a religião islâmica



Grupo presta socorro a uma mulher, ferida na explosão de duas bombas no mercado judeu em Jerusalém, no dia 30 de julho, duas semanas depois dos cartazes de Tatiana. No atentado, morreram 18 pessoas e 20 ficaram feridas. O governo de Netaniahu ameaçou invadir os territórios palestinos, ação que as forças de segurança da Autoridade Palestina considerariam um ato de guerra

Turquia preocupa árabes

A crescente colaboração militar entre a Turquia e Israel preocupa o Egito e a todo o mundo árabe, no momento em que o governo de Benjamin Netaniahu parece esforçar-se para abalar os acordos de paz com os palestinos.

País muçulmano, a Turquia conta, porém, com militares ocidentalizados, foi uma das fronteiras pró-norte-americanas nos tempos da Guerra Fria e entrou na Otan. É uma barreira também contra o fundamentalismo islâmico. Nos últimos meses, os militares turcos - interessados na entrada do país na Comunidade Européia - desempenharam um papel na desestabilização do governo de tendências fundamentalistas do primeiro-ministro Necmetin Erbakan, do islâmico Partido da Prosperidade, já substituído por Mesut Yilmaz, do Partido da Mãe Pátria, no final de junho.

Erbakan, com maioria no parlamento, renunciara na tentativa de reduzir as pressões militares, mas pretendia que sua coalizão mantivesse o governo, com a indicação da aliada Tansu Ciller, ex-primeira-ministra e chefe do laico Partido do Caminho Verdadeiro. Mais à frente, pretendia eleições antecipadas, certo de nova e maior vitória islâmica, o que conteria os generais.

O presidente Suleiman Demirel, contudo, ignorou a maioria parlamentar de Erbakan e nomeou Mesut Yilmaz, o que Erbakan considerou "um golpe de Estado".

A Turquia nunca se envolveu com a questão árabe-israelense, observando posição neutra de agrado dos EUA. A recente colaboração com os israelenses desperta, assim, preocupações dos árabes. Embora de políticas conflitantes, eles consideram vitais os acordos de paz para a Palestina, que estão em risco pela política seguida por Netaniahu.

Emirados

Mulheres varrem o analfabetismo



A taxa de analfabetismo feminino reduziu-se de 77,6% a 11,3% em apenas 15 anos nos Emirados Árabes Unidos, segundo estudo divulgado em Abu Dhabi pela Federação de Mulheres local, dirigida por Fátima Bint Mubarak al Nahyn, também presidente da Associação e da Federação de Mulheres dos Emirados. A alfabetização feminina é um dos principais programas sociais e a meta é reduzir a taxa a zero, dentro de três anos.

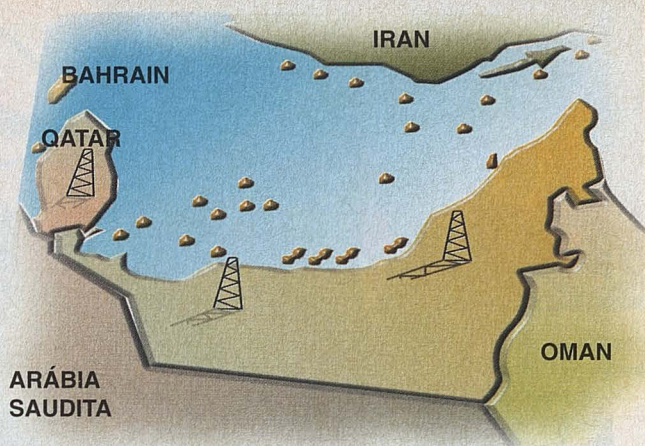
Nos 20 anos de existência da Universidade dos Emirados e nos nove das Escolas Tecnológicas Superiores, a presença feminina aumentou gradualmente, até se tornar maioria. Em 1981, as mulheres ocupavam 50% das vagas universitárias; hoje, ocupam 70%.

No ano passado, graduaram-se 1.500 alunos na Universidade dos Emirados: 324 homens e nada menos que 1.023 mulheres. Nas escolas tecnológicas, formaram-se 57 homens e 96 mulheres.

Golfo Pérsico

Narcotráfico conquista mercado

A pena de morte não consegue impedir a expansão do consumo de drogas no Golfo Pérsico, que, além de rota de haxixe e ópio para o Ocidente, virou lucrativo mercado consumidor. Al Mhuairy, diretor da Divisão Antidrogas de Abu Dhabi, revelou que o tráfico de entorpecentes, nos Emirados, envolve sobretudo pessoas entre 21 e 35 anos de idade. De 1986 a 1996, houve 687 casos de apreensão de drogas, com a prisão de 1.369 pessoas. Em meados de abril, uma única operação apreendeu uma



carga de 300 quilos de haxixe, no porto de Ras Al Khaimá, no estreito de Ormuz. A carga procedia do Irã, por onde passa a droga produzida no Paquistão e Afeganistão.

No Kuwait, uma segunda prisão por comércio de entorpecentes resulta em pena de morte.

No Irã, centenas de traficantes já foram enforcados. Só no ano passado, os irani-

anos apreenderam 160 toneladas de entorpecentes. No caso especial dos Emirados, as enormes rendas originadas pela exportação de petróleo, nas últimas duas décadas, propiciaram a elevação do padrão de vida da população, fazendo surgir também uma camada com dinheiro para consumir drogas. Estes consumidores são, em sua maioria, jovens de famílias de alta renda.

Coréia

Deng previu unificação

Sem reformas políticas e econômicas, a Coréia do Norte se desintegrará antes do ano 2000. Segundo o pesquisador Ren Huiwen, do Instituto Chinês de Relações Internacionais e que acaba de lançar um livro sobre o assunto, Deng Xiaoping aconselhou o então líder Kim Il-Sung, em 1992 e 1994, a fazer reformas, sob pena de ver o país destruído e absorvido pela Coréia do Sul. Kim decidiu ignorar o conselho, irritado depois que a China normalizou relações com Seul.

A Coréia do Norte era mais rica que a Coréia do Sul na década de 60. Nos 25

anos seguintes, porém, as posições se inverteram, devido aos planos de desenvolvimento econômico sul-coreanos apoiados pelos interesses ocidentais e pelo clima da Guerra Fria. O filho e herdeiro político de Kim, Jong-Il, manteve a atitude paterna.

Após a morte de Deng, em fevereiro, suas previsões parecem confirmar-se: a Coréia do Norte vive situação desesperadora, está sendo obrigada a aceitar ajuda sul-coreana e a deterioração política começa a ficar em evidência, com fugas de dirigentes que passaram a divergir do regime e a pedir reformas.

Jong-Il





A Otan penetrou pelo Leste europeu, incorporando como novos sócios a Polónia, a República Tcheca e a Hungria. Numa etapa posterior poderão entrar na organização militar ocidental outros países do antigo bloco soviético, a pesar dos protestos do governo russo e das dúvidas surgidas a respeito em alguns países

européus. Na foto, tirada na reunião em Madri, em julho, em segundo plano: Jean Chrétien (Canadá), Poul Nyrup Rasmussen (Dinamarca), Helmut Kohl (Alemanha), Costas Simitis (Grécia), David Oddsson (Islândia), Romano Prodi (Itália), Jean-Claude Juncker (Luxemburgo), Wim Kok (Holanda), Thorbjørn

Jagland (Noruega). À frente: José Cutileiro (União Europeia), Jean L. Dehaene (Bélgica), Souleyman Demirel (Turquia), Bill Clinton (EUA), Javier Solana (Otan), José María Aznar (Espanha), Jacques Chirac (França), Tony Blair (Grã-Bretanha) e António Guterres (Portugal)

África do Sul Europeus prejudicam pecuária com subsídio

Importações de carne bovina europeia subsidiada estão causando graves prejuízos aos pecuaristas sul-africanos. Em 10 anos, a União Europeia aumentou em 20 vezes a quantidade de carne vendida à África do Sul: foram 2.370 toneladas em 1986 e 47.000 toneladas em 1996.

A UE classifica a África do Sul como importador líquido de seu produto. Assim, seus exportadores recebem financiamentos especiais e os produtores, por sua vez, gozam do subsídio de US\$ 1,30 por quilo. São regras da Política Agrícola da UE, toleradas pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Têm sido freqüentes as críticas, devido à incompatibilidade com os princípios da OMC e seus efeitos negativos para as economias dos países em desenvolvimento.

"Isto afeta a produção regional e nacional. A África do Sul importa carne de Botsuana e Namíbia, mas estes produtores não gozam de incentivos para a exportação e enfrentam grandes dificuldades de colocar seus produtos", relatou Hans van der Merwe, da União Agrícola Sul-Africana.

A carne importada já ocupa 38% do mercado sul-africano. A União Europeia domina 40% desse total, prejudicando diretamente outros fornecedores, como a Namíbia, que tem acordo aduaneiro com o país.

De forma paradoxal, a UE financia vários programas de desenvolvimento da indústria frigorífica namibiana, que depende das compras sul-africanas. Sem este mercado, o orçamento da Namíbia sofre um prejuízo de 15%.

O grosso da carne

europeia procede da Irlanda, Alemanha e Grã-Bretanha, que tiraram proveito da adesão de Pretória à suspensão mundial das restrições às importações de carne, desde 1993. O governo de Pretória tem tentado atuar, para que o financiamento das exportações seja reduzido, argumentando que a prática europeia desarticula a produção do país.

"Não contamos com acesso privilegiado ao mercado da UE e parece que este assunto não interessa a eles debater conosco", queixa-se Van der Merwe. A África do Sul negocia um acordo de livre comércio com a União Europeia, seu principal sócio comercial. As conversas começaram em 1994, já na transição do apartheid para a democracia, mas seguem em ritmo extremamente lento.

Ricos agem contra Onudi

Acusada de intervir no livre mercado, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi) está sob o fogo dos países desenvolvidos. Eles exigem a redução das funções da agência, que se destina a ajudar a industrialização dos países pobres.

Os Estados Unidos já a abandonaram e se recusam a pagar 60 milhões de dólares que devem. A Grã-Bretanha planeja retirar-se no próximo ano. A Alemanha exige mais um corte de 40 por cento, caso contrário também a abandonará. O Japão exige redução de gastos de 30%. A entidade já reduziu o pessoal técnico em quase 40%. A extinção do apoio à industrialização dos países em desenvolvimento é o desejo de alguns governos ricos.

Panamá

Endara denuncia EUA

Quando os Estados Unidos invadiram o Panamá, em dezembro de 1989, e seqüestraram o presidente Manuel Noriega (hoje ainda preso na Flórida), já traziam no bolso do colete o nome do homem que lhes interessava ter no poder. Era Guillermo Endara. Mas, um ano depois, este já não era um nome de consenso e foi arquitetado novo golpe, para substituí-lo pelo coronel Eduardo Herrera, chefe da polícia.

Os coronéis Richard Steele e Prior, da Brigada de Inteligência 470, do exército dos EUA na zona do Canal, organizaram o golpe, marcado para 5 de dezembro de 1990. Naquele dia, o coronel Herrera e centenas de oficiais e agentes da polícia amotinaram-se.

Ante a resistência de Endara, Steele e Prior foram direto ao palácio presidencial, "onde me advertiram para chegar a um acordo com Herrera", revelou o ex-presidente, segundo o qual os dois agiam por instruções do Pentágono ou da CIA. O golpe, porém, acabou abortado. Steele e Prior voltaram para os EUA e Endara demitiu seis ministros do PDC e dezenas de altos funcionários que colaboravam com a espionagem norte-americana.



Protestos ganharam as ruas de Lima, quando veio à tona o chamado "escândalo dos telefones". Segundo denúncias, o presidente Fujimori estaria fazendo espionagem telefônica, atingindo diversos setores da sociedade, numa manobra ditatorial.

O assunto foi divulgado pela TV Frecuencia Latina, de Lima, estação pertencente ao israelense Baruch Ivcher Bronstein, cujo processo de cidadania foi imediatamente suspenso por Fujimori

Colômbia

A violência aterroriza a sociedade

A Colômbia enfrenta delicada situação em matéria de direitos humanos, devido à impunidade dos grupos paramilitares de direita e do narcotráfico e à crescente atividade da guerrilha. Em 1996, houve 30 mil assassinatos, num país de 36 milhões de habitantes, um dos índices mais altos do mundo. Os dados são da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Paramilitares de direita cometeram metade dos crimes políticos no país, segundo o estudo, que identifica a existência de um "manto de impunidade protegendo esses grupos, apoiados ainda por mem-

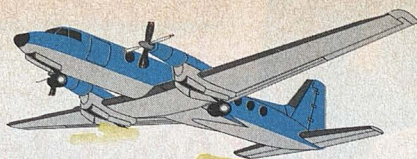
bro das Forças Armadas". A denúncia coincide com relatórios de Anistia Internacional e Human Rights Watch/Americas, que pediram ao governo norte-americano a suspensão da ajuda militar à Colômbia, devido ao apoio de membros do exército às "redes de assassinos" paramilitares. Os documentos reconhecem que o governo do presidente Samper tem mostrado intenção de combater essas milícias e até oferece recompensas a quem os denunciar, mas com poucos resultados.

A CIDH também acusou a guerrilha de atos de violência, que incluem seqüestros com objetivos econômicos, uso indiscriminado de minas

terrestres, execuções e abusos contra a população civil. Embora a CIDH não tenha competência sobre casos fora da responsabilidade do Estado, condenou os abusos cometidos pelos grupos insurgentes.

A comissão destacou, ainda, o fenômeno do deslocamento forçado de 181 mil vítimas, mais que o dobro registrado no ano anterior. Os responsáveis por esses casos foram os grupos paramilitares (33%), a guerrilha (26%) e as forças militares (14%).

O relatório da CIDH cita números da conselheira presidencial para Direitos Humanos da Colômbia, que aponta 650 mil pessoas obrigadas a mudar de residência devido à violência.



Cuba

Agressão biológica

O governo cubano denunciou os EUA pelo alastramento de uma devastadora praga agrícola na ilha. O inseto *Thrips Palmi Karny* foi descoberto em Matanzas, em dezembro, um mês depois que um avião S2R, operado pelo Departamento de Estado norte-americano, sobrevoou o país. O avião, usado para lançar agentes

químicos contra plantações de coca na Colômbia e Peru, sobrevoou a ilha em 21 de outubro passado, lançando um líquido desconhecido, de cor amarelada, sobre áreas agrícolas. As plantações da região ocidental da ilha foram as primeiras a sofrer com a praga.

Cuba já enviou documentos e está solicitando uma reunião especial da

Comissão das Nações Unidas sobre Armas Bacteriológicas.

O inseto é asiático, ataca todo tipo de plantação e apresenta grande resistência aos inseticidas, "sendo assim um agente de guerra econômica bacteriológica ideal", segundo a denúncia apresentada por Cuba ante as Nações Unidas.



Cuba realizou no final de julho o XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. A foto mostra a recepção de Fidel Castro às delegações, em Havana. Milhares de jovens, oriundos de todos os continentes, participaram das atividades do festival

Esquerda nas Américas traça novos rumos

Representantes de 20 países americanos estiveram reunidos na última semana de julho no 7º Foro de São Paulo. O encontro traçou linhas de ação contra o neoliberalismo. Os 158 delegados dos 58 partidos latino-americanos deixaram o encontro convencidos da necessidade de incorporar os movimentos sociais, como os Sem-Terra no Brasil e os rebeldes zapatistas no México.

As principais medidas anunciadas foram a formação de uma frente de países devedores para a busca de uma solução comum para a

questão da dívida externa, a luta por um marco ético, legal e político diante da associação de políticos à corrupção e ao narcotráfico, e a união de forças para aumentar a participação popular no controle e fiscalização de ações governamentais.

A presença mais celebrada foi a do prefeito eleito da Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas. A virada da esquerda na Inglaterra e França, também foi saudada pelos 500 participantes do foro, que homenageou Che Guevara no 30º ano de seu falecimento.

Honduras

Indústria do seqüestro

O crime organizado, constituído quase exclusivamente por ex-militares, desafia as instituições hondurenhas. O assunto tornou-se explosivo, quando foi seqüestrado e morto Ricardo Maduro, de 25 anos, filho do

principal empresário do país, e ex-presidente do Banco Central. Dona de muitas firmas, a família Maduro também opera em El Salvador, onde faz parte da reduzida elite econômica local.

A onda de seqüestros em

Honduras é promovida por grupos paramilitares, associando gente treinada pelas forças armadas, policiais, ex-policiais e criminosos comuns.

Os 25 empresários mais ricos já pressionaram o presidente Carlos Reina, exigindo agilidade contra a delinquência. No rico norte do país, descobriu-se que um ex-

chefe de polícia praticava seqüestros e extorsões, utilizando, como fachada legal, sua firma de segurança particular, na qual empregava um exército de 15 mil homens. Nos últimos meses, alguns empresários só evitaram o seqüestro quando concordaram em pagar de 50 mil a 100 mil dólares.

Vietnã



A nova geração assume o posto

Com seu inquieto vizinho cambojano em polvorosa (veja matéria na pág. 74), o Vietnã dá um passo à frente, o que deixa ainda mais distante o passado de guerras. As eleições de 20 de julho, para a escolha dos 450 novos integrantes da Assembléia Nacional (ampliada para a inclusão de nomes não-ligados ao PC), marcaram o início de um novo período de renovação na cúpula vietnamita. Mas, não se aguardam mudanças de políticas. Segundo o presidente da junta eleitoral, Vu Mao, o Vietnã manterá a política do "doi moi", a reforma econômica dentro do socialismo.

Como indício de que uma nova geração assumirá as rédeas do país, provavelmente em setembro, quando se instala a nova Assembléia, a atual cúpula governante não se candidatou para renovar os mandatos legislativos, como exige a constituição do país. O presidente Le Duc Anh, o chefe do Partido Comunista, Do Muoi, e o primeiro-ministro Vo Van Kiet decidiram deixar o espaço para novos nomes.

Considera-se que o atual chefe do departamento político das Forças Armadas, Le Kha Phieu, substituirá Do

Muoi na direção do Partido Comunista. O novo primeiro-ministro deverá ser o atual vice-primeiro-ministro, Phan Van Khai, enquanto a presidência conta com dois candidatos: o chanceler Nguyen Manh Cam e o presidente da Assembléia que está sendo renovada, Nong Duc Manh.

Mesmo quando se afastarem das funções, o presidente Duc Anh, o líder do PC Do Muoi e primeiro-ministro Van Kiet continuarão como nomes influentes na condução do país. O trio, considerado muito entrosado, definiu as linhas de modernização dentro dos objetivos socialistas do regime.

O Vietnã vive em paz somente há poucos anos. A guerra foi o ambiente em que nasceram e se criaram todos os vietnamitas com até 60 anos de idade: primeiro, a guerra contra os invasores japoneses; depois, contra a recolonização pretendida pela França, a que logo se seguiu a guerra de unificação nacional contra os Estados Unidos, e, de 1979 a inícios dos anos 90, o conflito e a intervenção no Camboja contra o expansionismo e as provocações do Khmer Vermelho.



O presidente do México, Ernesto Zedillo (esq.) recebe no palácio de governo o líder opositor Cuauhtemoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática (PRD), eleito prefeito da Cidade do México. Foi a primeira eleição direta para esse cargo na história do país e a vitória de Cárdenas foi interpretada como uma verdadeira revolução política, pois marca o fim de 70 anos de controle absoluto do poder por parte do Partido Revolucionário Institucional (PRI)

A ex-presidenta da Nicarágua, Violeta Chamorro, autografou, em 23 de julho, exemplares de sua autobiografia, "Sueños del Corazón". O livro foi publicado em espanhol e inglês



“Hoje, o cidadão quer mercado, mas quer governo”

Luis Ayala, secretário-geral da IS, considera que o ciclo neoliberal agoniza, diante da crescente consciência da sociedade de que o Estado tem um papel coletivo que o mercado desconhece



“A visão conservadora já está sendo superada. Os resultados eleitorais em diversos pontos do globo, sobretudo na Europa, contestam as políticas que só enxergaram as necessidades do mercado e desmereceram o papel do Estado. Rejeitam a visão que só apela ao individualismo, atropelando a concepção de responsabilidade social. Essa é a mensagem da presença dominante, hoje, do socialismo democrático na Europa.” A opinião é do chileno Luis Ayala, secretário-geral da Internacional Socialista (IS) desde 1989, reeleito já por duas vezes. Ayala foi presidente da União Internacional dos Jovens Socialistas, depois secretário da Internacional Socialista para a América Latina e o Caribe e, a partir

de 1985, secretário-geral-adjunto. Com a responsabilidade de quem responde por uma organização que reúne 140 grandes partidos de todas as partes do mundo, ele afirma que as políticas neoliberais já estão sendo repudiadas.

“Os social-democratas representamos a idéia de eficiência econômica com responsabilidade social, que é, em definitivo, a visão política do homem comum e na qual ele está votando. É uma visão que resgata a responsabilidade do Estado. Um Estado moderno, capaz de responder a novas realidades de um mundo em transformação, mas que não renuncia a sua ação de governo. Hoje, o cidadão quer mercado, mas quer governo. Sabe que o mercado sozinho é incapaz de dar as respostas que a sociedade civil exige. As vitórias dos social-democratas são uma

resposta a nossa defesa do emprego, à dimensão social de nossa política. A tarefa de hoje é a inclusão do cidadão”.

Em visita ao Brasil, onde participou de um seminário de Prefeitos da IS em Niterói (RJ), Luis Ayala visitou a redação de **cadernos do terceiro mundo** e nos concedeu esta entrevista.

□ Qual o papel e a importância da Internacional Socialista?

A Internacional Socialista é hoje a maior organização política do mundo, integrada por 140 partidos e organizações. Simplesmente dobramos o número de filiados, desde o início desta década, quando, por ocasião do 18º Congresso, eram 70 as agremiações filiadas. Este crescimento reflete bem uma das primeiras características do socialismo

democrático de hoje, que é o seu caráter universal. Uma segunda característica atesta a saúde do socialismo democrático. Neste fim de século, não apenas temos experiências, uma grande história e idéias, mas também somos um movimento coroado de sucesso e com visão de futuro. Temos hoje 60 governos no mundo.

□ ***Como se dá essa presença socialista nos diversos continentes?***

Na Europa Ocidental há hoje 12 governos socialistas entre os 15 que integram a Comunidade Europeia. Com as recentes vitórias de Tony Blair, do Partido Trabalhista, na Grã-Bretanha, e de Lionel Jospin, do Partido Socialista, na França, dois terços da população da Europa Ocidental vivem hoje sob governos socialistas democráticos.

O balanço é igualmente positivo na Europa Central e do Leste. Não foi fácil restabelecer o socialismo democrático naquelas regiões que já o tinham experimentado, mas ainda antes de Segunda Guerra Mundial. Os três países que integravam o antigo bloco soviético e que acabam de entrar na Otan têm hoje governos social-democratas: a Hungria, a Polônia e a República Tcheca.

A situação é a mesma nos países bálticos, igualmente ex-comunistas, e na Noruega, que não faz parte da Comunidade Europeia, e na Suíça. Hoje, a maioria no parlamento suíço é de socialistas.

Em Malta, a vitória socialista ocorreu há poucos meses. Na Iugoslávia, estamos no governo da Macedônia.

□ ***Nos países africanos, as mudanças em curso também envolvem a presença do socialismo democrático?***

Uma das grandes bandeiras do socialismo democrático tem sido a de promover a conciliação e a reafirmação democráticas. É o que tem ocorrido na Ásia e na África. No início desta década, eram poucos os partidos filiados à Internacional Socialista na África. Hoje, somam mais de 40. A realidade africana é difícil sob os aspectos econômicos e sociais, mas, sob o aspecto político, vivem-se importantes processos de abertura democrática. Por uma parte, a velha realidade dos países de partido único modificase com o multipartidarismo, com eleições abertas, com a transfor-

“É uma visão que resgata a responsabilidade do Estado, a única forma de responder às novas realidades mundiais”

mação de movimentos de libertação em partidos políticos social-democratas. São partidos de sucesso, que venceram importantes pleitos. Penso, por exemplo, na Frelimo, de Moçambique, que, mesmo no governo, estimulou a democracia multipartidária. Em Cabo Verde e Angola também, embora em Angola exista uma realidade difícil, como consequência da situação de guerra.

□ ***A efervescência social na África estimula o processo político?***

Conferências nacionais e processos de aglutinação da opo-

sição democrática, levantamento de opções e alternativas e projetos comuns caracterizam a situação em muitos países africanos que se abrem à democracia. Penso, especialmente em Mali, Burquina Faso, Malaui. Nestes diversos processos, surgiram líderes, cidadãos, pessoas comprometidas com o processo social e que se identificaram com o socialismo democrático. Muitos partidos de cunho social-democrata surgiram e pediram ingresso na IS.

□ ***E nos países ainda sob regimes autoritários?***

O autoritarismo, de fato, resiste em várias partes da África. Nelas, porém, tanto correntes social-democratas, como outras que não o são empenham-se pela democratização. É o que está ocorrendo no Togo e na Guiné Equatorial, por exemplo.

□ ***Na África do Sul, como tem sido a transformação que entregou ao CNA a responsabilidade de construir a democracia?***

A luta do Congresso Nacional Africano (CNA) contra o regime do *apartheid* foi um dado de definição do movimento social-democrata. Por décadas, a social-democracia deu seu apoio à luta do CNA, com o qual desenvolveu uma ação conjunta, muito intensa e íntima. Desde a subida do presidente Nelson Mandela, a IS vem colaborando estreitamente com seus líderes e com os órgãos intermediários e de base, movimentos de mulheres, de jovens, etc. A IS, inclusive, realizou algumas de suas mais importantes atividades na África do Sul. Uma delas foi a reunião do Conselho da IS, na Cidade do Cabo, com a presença de Mandela. Nessa ocasião a IS reafirmou seus compromissos com o projeto futuro

do CNA. Este é quase um movimento de libertação, uma frente com distintos elementos e hoje vive um processo de definições em direção à construção de um partido político.

□ ***A situação na Ásia se assemelha à da África?***

No contexto asiático, a IS também registra importantes vitórias. Lá convivem duas realidades. Uma é a do crescimento econômico acelerado em países com déficit de democracia, fruto de uma visão que privilegiava o econômico e até considerava a democracia como obstáculo ao avanço econômico. Vários destes Tigres Asiáticos vivem hoje uma dinâmica social nova, a qual reclama transparência eleitoral e do governo e condena a corrupção.

O socialismo democrático está presente nestas lutas, ao lado de outras forças políticas. Vislumbramos, para a frente, a presença de setores social-democratas mais estruturados e ainda mais fortes. A outra realidade é a dos países autoritários que já se abriram à democracia. Cito, por exemplo, o Nepal, onde o Congresso Nepalês, ligado à IS, chegou a estar no governo.

□ ***E com relação à Índia, uma democracia com desafios sociais imensos?***

É extremamente significativo que, na Índia, nosso filiado, o partido Janata Dal, seja o líder do bloco de governo. É a primeira vez que o país tem um primeiro-ministro da Internacional Socialista, Gujral. A Índia é o segundo maior país do mundo em população, com 968 milhões de pessoas e o partido Janata Dal foi o mais votado.

Esta situação é para se comemorar, mas há outras em que as preocupações continuam:

na vizinha Birmânia, mantém-se a ditadura. A Liga Nacional Democrática continua com suas atividades limitadas, a repressão existe, mantém-se a violência, embora sob a fachada da democracia. No Japão, está um curso um processo de mudanças, a situação é fluida, com estruturação de novos partidos. Com nossa líder Takako Doi, do Partido Socialista Democrático, continuamos a integrar a coalizão de governo do primeiro-ministro Ryutaro Hashimoto.

Como se ve, a reafirmação democrática no mundo representa um balanço positivo para a social-democracia.

“A vitória social-democrata no mundo mostra a necessidade de o mercado estar a serviço das pessoas, e não o contrário”

□ ***Hoje, a questão democrática se depara com o neoliberalismo, que põe em segundo plano os interesses sociais em proveito da idéia do mercado. Como vê esse desafio?***

Esta visão conservadora, que dominou a gestão econômica dos anos 80 e do princípio da década atual, já está sendo superada. Os resultados eleitorais em diversos pontos do globo e sobretudo na Europa, contestam aquelas políticas que só enxergaram as necessidades do mercado e desmereceram o papel do Estado.

Era uma visão que só apelava ao individualismo, atropelando nossa concepção de responsabilidade social. Há uma grande mensagem nesta presença dominante, hoje, do socialismo democrático na Europa. Creio que, em primeiro lugar, mostra que nossa visão política, que combina o mercado com a responsabilidade social, é a visão mais próxima do cidadão.

Representamos a idéia de eficiência econômica com responsabilidade social, que é, em definitivo, a visão política do homem comum e na qual ele está votando. Essa visão resgata a responsabilidade do Estado, um Estado moderno, capaz de responder a novas realidades de um mundo em transformação, mas que não renuncia a sua ação de governo. Hoje, o cidadão quer mercado, mas quer governo. Quer governo, porque sabe que o mercado sozinho é incapaz de dar as respostas que a sociedade civil exige. É preciso saber combinar os objetivos. Isto é o que representam as vitórias de Tony Blair, de Lionel Jospin e a vitória generalizada dos social-democratas pelo mundo: a necessidade de que o mercado esteja a serviço das pessoas, e não as pessoas a serviço do mercado. As vitórias dos social-democratas são uma resposta a nossa defesa do emprego, à dimensão social de nossa política.

□ ***Na América Latina, contudo, os principais governos estão vivendo ainda em plena era do neoliberalismo...***

Na América Latina fomos capazes de conquistar a democracia política, mas ela não é democracia para todos. Não se trata da falta de participação política, mas de participação

econômica. A visão que só privilegiou o mercado criou 20 milhões de desempregados na Europa. Nos países em desenvolvimento, assistimos ao aprofundamento das desigualdades, queda dos níveis de renda, a concentração da riqueza para poucos. As privatizações foram levadas além do recomendável. Mesmo no caso da Inglaterra, os planos de Margaret Thatcher previam levar as privatizações a um nível que assustou os próprios conservadores, pois constataram que se processava uma concentração indesejável.

No caso da América Latina, a IS entende que há três desafios a enfrentar. O primeiro é o de fazer com que a democracia, que conquistamos contra os regimes autoritários se torne uma democracia para todos. O segundo desafio dos social-democratas latino-americanos é estender os benefícios do combate à pobreza, reduzindo as desigualdades e criando oportunidades. O terceiro é o de modernizar nossas sociedades, entrando no processo de transformações que se dá em todo o mundo, mas assegurando a solidariedade e a justiça social.

□ *Como analisar a vitória e o programa de Tony Blair, em quem os conservadores daqui pretendem ver uma Margaret Thatcher amenizada?*

Dois aspectos me parecem importantes. Primeiro, é preciso entender que cada país tem suas realidades específicas. No caso da Grã-Bretanha, o trabalhismo retoma o governo depois de um período de 17 anos de governos conservadores. Nesta realidade é que Tony Blair e os trabalhistas tiveram que operar. Em segundo lugar, há um processo de geração de idéias novas. O trabalhismo

inglês tem uma grande história, mas deve ser julgado hoje por suas propostas para o futuro. O Partido Trabalhista esteve muitos anos amadurecendo uma proposta para o conjunto da sociedade britânica.

□ *E quais são hoje em dia as prioridades dos trabalhistas?*

O programa legislativo do primeiro período estabelece a incorporação inglesa à parte social do Tratado de Maastricht. Depois, nas propostas internas, Blair está trabalhando para o estabelecimento de um salário mínimo, que não existe no país. Esta é uma proposta fortemente trabalhista.

“A América Latina enfrenta o desafio de transformar a democracia conquistada contra o autoritarismo em uma democracia para todos”

Nada tem a ver com o neoliberalismo. Tony Blair está propondo, ainda, um imposto especial a ser pago pelas empresas que foram privatizadas pelo thatcherismo e que, por terem sido estatais no passado, não pagavam impostos. Ou seja, ele está buscando a transparência e a responsabilidade dos gestores econômicos daqueles bens. Percebemos, assim, na mensagem trabalhista, um apelo à participação do cidadão, e aí vemos um elemento chave da construção de uma sociedade mais solidária. Na mensagem de Blair há um chamado à participação da comu-

nidade nas grandes tarefas nacionais. Portanto, estamos diante de elementos centrais de um projeto social-democrata.

□ *E no caso da França?*

No caso francês, Jacques Chirac convocou eleições, certo da vitória. Mas a direita, desde a vitória de Chirac, vinha adotando um programa em que o mercado era o ponto prioritário. Com isso, vinha ignorando o nível de responsabilidade social das instituições, um elemento que os franceses levam muito em conta em seu estilo de vida. Quer dizer, a direita desconheceu os benefícios sociais que a social-democracia europeia construiu durante todo o pós-guerra: a grande ênfase na educação, na saúde, na previdência social - conquistas que o cidadão comum considera parte do acervo nacional. Daí, a vitória socialista.

□ *Este fenômeno ocorreu também em outros países onde a social-democracia venceu?*

Hoje em dia está em curso o projeto da União Europeia. É um conjunto de medidas. Para nós, socialistas, essa Europa não é apenas uma área de negócios, como pensam muitas pessoas. É a Europa dos cidadãos. Quer dizer, trata-se de uma união nos aspectos econômico, social e, para nós socialistas, também no aspecto político. As vitórias socialistas nos deram, assim, muita responsabilidade.

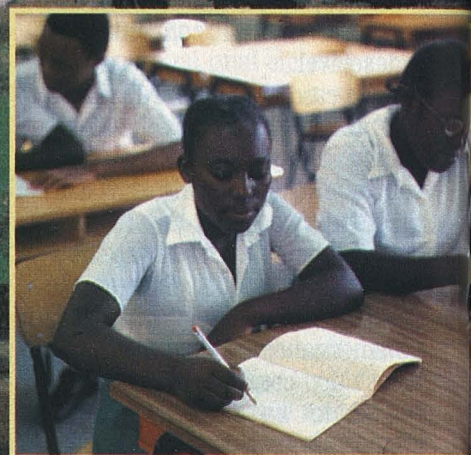
Os socialistas estão atualmente equilibrando orçamentos, criando maiores equilíbrios macroeconômicos, privilegiando a criação de empregos, para, depois, passar para uma etapa de maior aprofundamento do processo de unificação da Europa. (B.Bissio.) □

CAPA

ÁFRICA ANO 2000

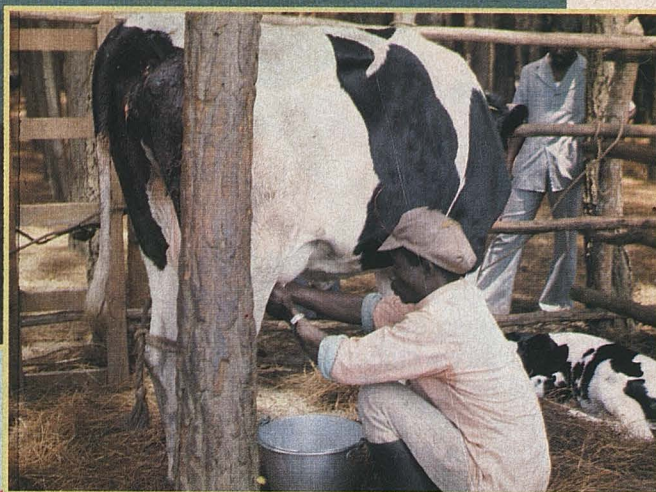
Beatriz Bissio

Aceleradas mudanças políticas surgidas com o fim da Guerra Fria exigem um avanço semelhante no plano econômico, para que o processo possa ser irreversível



Frantz Fanon, o intelectual e lutador caribenho que é considerado um dos ideólogos da luta anticolonial moderna, disse que a África tem forma de revólver e que o seu gatilho é o Congo (ex-Zaire). A metáfora cobra novo significado à luz das recentes mudanças nesse país, que pusseram fim a mais de três décadas de ditadura de Mobutu Sese Seko. Ele era o último remanescente dos líderes que dominaram o continente no contexto da Guerra Fria.

Apoiado incondicionalmente pelo Ocidente, Mobutu pagou com esmero essa confiança,



abafando, com violência poucas vezes vista, qualquer rebelião interna e servindo de alavanca a outros regimes ditatoriais, como os atuais do Sudão, Nigéria e Quênia.

A queda do Muro de Berlim, o nascimento de uma nova Europa e o início de uma era de cooperação leste-oeste, estão tendo, como não poderia deixar de ser, repercussões no conti-

nente africano. O fim da era Mobutu é uma delas. "Os Mobutus da África seguem o seu destino. Agora que a Guerra Fria terminou, é tempo de eles irem embora", afirmou Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia e figura lendária da África, em recente palestra na Escola de Economia, em Londres.

"A maioria dos ditadores africanos do estilo Mobutu" - completou Nyerere - "cometeu inúmeros abusos e colocou no próprio bolso os recursos de seus países sob os olhares cúmplices das superpotências então imperantes, os Estados Unidos e a ex-União Soviética".

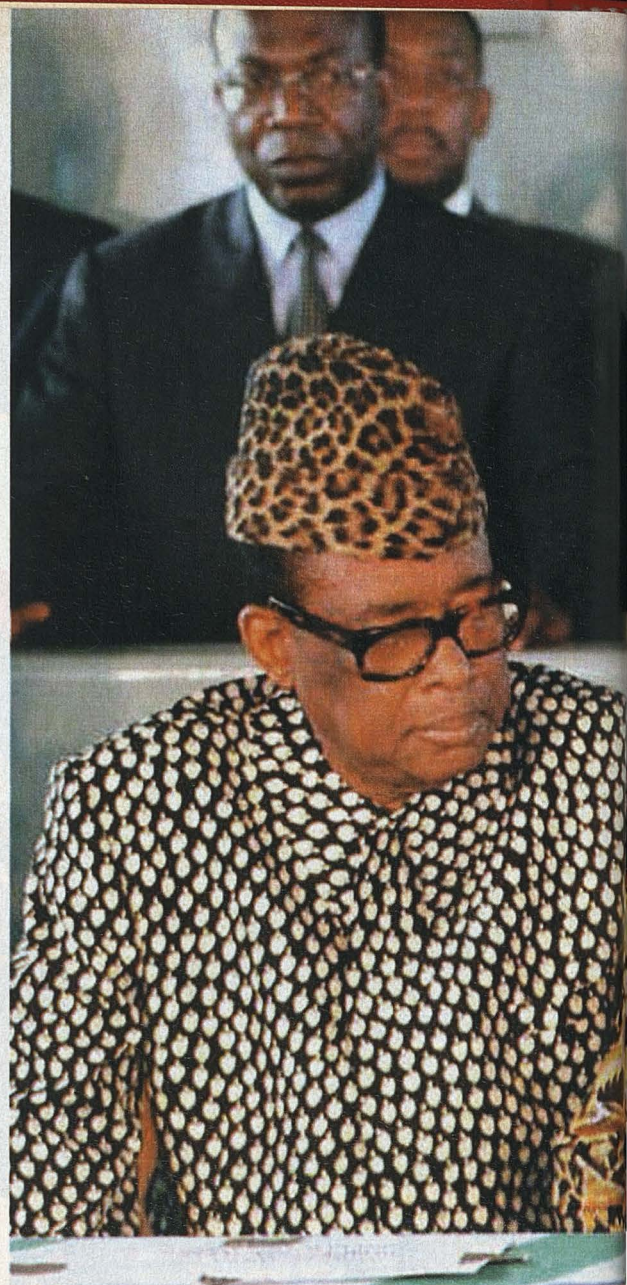
Mas, hoje, a mesma África que fora dividida como um bolo pelas potências coloniais européias, na Conferência de Berlim (1884/85), e que mais tarde serviria de cenário a alguns dos mais graves enfrentamentos da Guerra Fria - os sangrentos combates entre o governo do MPLA e a Unita, em Angola, são um bom exemplo - começa a sacudir esse lastro de corrupção e guerras internas incentivadas desde o exterior, que lhe paralisou o desenvolvimento. E, pela primeira vez na história pós-colonial, tem condições para construir o seu próprio destino.

A análise do desfecho, sem derramamento de sangue, da ditadura zairense permite conhecer alguns protagonistas chaves da nova África que está emergindo.

Nova geração de líderes

Por um lado, está a figura do líder da rebelião anti-Mobutu: Laurent-Désiré Kabila. Depois de ter lutado no movimento independentista junto a Patrice Lumumba (assassinado pelas tropas de Mobutu), no fim dos anos 50, Kabila recebeu apoio de Che Guevara em 1965, na resistência à ditadura, movimento imaginado como detonador de um processo revolucionário na África.

Anotações que constam no diário de Che, obtido nos arquivos cubanos pelo professor Piero Gleijeses, da Universidade John Hopkins, indicariam que o guerrilheiro argentino-cubano considerou Kabila um grande líder, porém com problemas pessoais, como a queda pelo chopinho e pelas mulheres. Na opinião de



A mediação de Mandela nas negociações que puseram fim à di

Che, a indisciplina inerente a esses gostos lhe tiraria a possibilidade de sucesso.

Mas, isso foi há mais de 30 anos. Ao que se sabe, durante todo esse tempo, Kabila manteve-se na vida clandestina e militante, combatendo em vários países, entre eles Moçambique, ao lado de movimentos nacionalistas e revolucionários. Nessas experiências, Kabila estreitou a amizade com Ioverly Museveni¹, hoje presidente de Uganda, e com Paul Kagame, vice-presidente e homem forte de Ruanda. Junto a alguns outros dirigentes, como Isaias Afwerki, presidente da Eritreia, e Meles Zenawi, presi-



de Mobutu (esq.) foi um símbolo da África que está emergindo, na qual há uma nova geração de líderes, entre eles Kabila (dir.)

Hoje, a mesma África que fora dividida como um bolo na Conferência de Berlim, e que mais tarde serviria de cenário a alguns dos mais graves enfrentamentos da Guerra Fria, começa a sacudir esse lastro de corrupção e guerras internas

dente de Etiópia, eles formam uma nova geração de líderes africanos.

De origem marxista, chegaram hoje ao poder com uma visão nacional (e não tribal) da política e uma interpretação moderna, como exigem os novos tempos, da economia. Isso significa que dão valor ao mercado, porém não desconhecem os compromissos sociais da ação estatal.

"Uma nova aliança existe no continente africano, que vai da Eritreia, no Mar Vermelho, a Angola, no Oceano Atlântico", resume Keith Hart, do Centro de Estudos Africanos da universidade britânica de Cambridge.

O continente em cifras



- A África tem 53 países e 740 milhões de habitantes. A África subsaariana tem 48 países e 650 milhões de habitantes.

- Com pouco mais de 10% da população mundial, quase metade dos refugiados do mundo são africanos.

- O índice de aumento da urbanização africana é hoje o mais elevado do mundo, com 5% de média anual. Se o ritmo continuar, em 2010 as cidades africanas terão 500 milhões de habitantes, contra 36 milhões em 1960.

- Os pobres no continente aumentarão em 85 milhões até o ano 2000, enquanto em outras partes do mundo devem cair em 385 milhões. Há 22 milhões de desempregados e 95 milhões de subempregados.

- A participação da África na economia mundial é inferior a 2% (1985). O comércio caiu 40% desde 1980.

- O nível de consumo privado per capita caiu um quinto desde 1980, de patamares já considerados baixos em relação a outras regiões do Terceiro Mundo.

- A dívida externa subiu para US\$ 315 bilhões: mais do triplo do total da receita anual com exportações.

- A África tem o menor número de médicos per capita e a menor expectativa de vida do Planeta: 51,8 anos (contra 64,5 na Ásia, 68,5 na América Latina e 79,5 no Japão). É de 39 anos em Serra Leoa e de 22,6 anos em Ruanda em 1995 (depois do genocídio de um milhão de pessoas entre abril e junho de 1994).



- A superfície do continente africano equivale a três Chinas. Mas só tem 12% da população do mundo, enquanto a China tem 20%. A África possui a quarta parte dos quilômetros de rodovias dos EUA, apesar de ser três vezes maior.

- O continente tem 14 milhões de pessoas com AIDS: 63% do total mundial.

- Os investimentos estrangeiros diretos na África somaram US\$ 5 bilhões em 1995, equivalentes a 4,7% do total captado pelo Terceiro Mundo. Em 1996, caíram para US\$ 4,5 bilhões.

- A renda per capita caiu 20% desde 1980 na África subsaariana: passou de US\$ 752 em 1980 para US\$ 641 (em dólares constantes) em 1987.

Um novo contexto regional

Outro elemento a analisar na crise do ex-Zaire - hoje novamente República Democrática do Congo, o nome do país após a independência - é o papel desempenhado pela África do Sul.

O governo encabeçado por Nelson Mandela levou o navio quebra-gelos Outenique ao porto de Ponte Noire, da República do Congo (ou Congo-Brazzaville) e usou todo o seu prestígio e autoridade, para que nele tivessem lugar os encontros entre Mobutu e Kabila ou seus representantes. A meta era negociar uma saída digna para o ditador zairense e que evitasse um banho de sangue. "Os direitos humanos serão a bússola da nossa política externa", tinha afirmado Mandela, ao assumir como primeiro presidente negro de seu país. Na crise no Zaire, agiu ao pé da letra.

Ao mesmo tempo que exercia o papel de mediador no navio Outenique (ou de facilitador do diálogo, segundo a expressão preferida pelos sul-africanos), Mandela rejeitava a sugestão do ex-secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, de organizar uma força militar encabeçada pela África do Sul e financiada pelos Estados Unidos para intervir no Zaire. O conflito foi resolvido inteiramente pelos africanos, sem nenhuma interferência externa, fato impensável, num contexto de tanta gravidade, até poucos anos atrás.

Na prática, a crise zairense levou a África do Sul a exercer, pela primeira vez, o papel de líder regional em favor da democracia. Bem diferente da África do Sul dos tempos do apartheid, quando a sua ação internacional era sinônimo de desestabilização dos regimes democráticos e progressistas.

Aliás, tinha havido uma avant-première desse novo papel do governo de unidade nacional sul-africano, em agosto de 1994, quando Nelson Mandela ainda estreava como presidente. Um golpe de Estado derrotou o governo democrático do Lesoto e, testando a nova postura do país vizinho, os líderes depostos solicitaram uma intervenção do exército sul-africano. Em resposta ao pedido, nos meses de setembro e outubro, a África do Sul, em cujo território está encravado o reino do Lesoto, convocou o seu



Yoweri Kaguta Museveni, presidente de Uganda

exército a realizar manobras perto da fronteira e ameaçou com um embargo econômico. Mandela e os líderes de Botsuana e Zimbábue assumiram a mediação na disputa. Em poucos dias, os golpistas recuaram e a legalidade democrática foi restaurada.

No mesmo ano, aviões sul-africanos ajudaram o governo de Moçambique e as Nações Unidas a distribuir urnas e quatro mil funcionários da justiça eleitoral em áreas rurais, facilitando a organização das primeiras eleições multipartidárias nesse país.

Quase recém-empossado, Mandela começava a cumprir a sua promessa de compensar o dano causado à região pelo regime do apartheid, empenhando-se no desenvolvimento dos países vizinhos. De fato, foi muito alto o preço que pagou toda a África Austral pelo seu apoio aos combatentes contra o apartheid.

Angola foi parcialmente ocupada pela África do Sul entre 1975 - ano da sua independência - e 1989. A guerra contra a Unita e, por trás dela, contra a África do Sul, a CIA e as potências ocidentais, custou aos angolanos meio milhão de mortos, 40 mil refugiados e US\$ 12 bilhões em infra-estrutura destruída (sem contar as perdas da indústria do petróleo pelas sabotagens, nem os custos de defesa).

Quanto a Moçambique, não foi melhor a sua sorte. Perdeu primeiro o seu grande líder, Samora Machel, vários membros de seu gabinete e quadros partidários, na suspeita queda do avião presidencial após se chocar com uma montanha em território sul-africano, totalmente fora da sua rota. E na guerra desencadeada pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), organização contra-revolucionária financiada pelos sul-africanos e pela direita portuguesa, só as perdas humanas contam 900 mil mortos!

A Namíbia, hoje independente e governada pelo seu líder histórico, Sam Nujoma, ficou sob ocupação sul-africana entre 1966 e 1989, e a guerra de libertação lhe custou 10 mil mortos (1% de sua população³), além de 100 mil refugiados que foram obrigados a fugir do país, 72 mil deles para Angola.

Sem dúvida, a África do Sul foi responsável em grande medida pela frustração dos anseios dos povos de Angola e Moçambique, entre outros, que em 1975, no marco das suas independências, acreditavam estar virando uma página da história.

Estivemos presentes às independências de ambos os países. A de Moçambique, naquela inesquecível festa popular na meia noite de 23 para 24 de junho, banhada pela garoa insistente que caía no estádio de Machava. A de Angola, na tensa alegria daquele já distante 11 de novembro, no Largo Primeiro de Maio, com a cidade sitiada pelos sul-africanos e os zairenses. Ouvimos do povo que esperava por novas dificuldades, preparando-se para continuar, por algum tempo, sem ver os frutos da liberdade. Tinha plena consciência do elevado ônus de cinco séculos do colonialismo que chegava ao fim. Mas, nem mesmo os mais realistas chegaram a imaginar que, em ambos os países, a guerra ainda iria se prolongar por mais duas décadas, agora contra as guerrilhas a serviço de interesses neocoloniais.

Lembrar essa trágica herança regional do apartheid permite compreender melhor a mudança que significa, para todo o continente e em particular para a África Austral, ter em Pretória um governo encabeçado por Nelson Mandela e orientado pelos ideais de democracia e justiça social.

A nova

Uma conferência panafricana de mulheres determinadas a pôr fim às guerras fratricidas no continente? Impensável alguns anos atrás, quando a mulher estava em um longínquo segundo plano no cenário político, a iniciativa foi concretizada no mês de março passado, em Kigali, Ruanda. A Conferência sobre Paz, Igualdade de Gênero e Desenvolvimento debateu o papel de homens e mulheres, sociedade civil e governos, iniciativa privada e comunidade internacional na solução não-violenta de conflitos na África.

O encontro foi organizado por uma federação de movimentos e associações de mulheres, o Pro-Femmes, e pelo Ministério da Família e de Promoção da Mulher de Ruanda, com patrocínio da Organização de Unidade Africana (OUA), do Fundo das Nações Unidas para a Mulher e outras agências da ONU. Nas palavras da presidenta do Pro-Femmes, Beatrice Umubyeyi, "as mulheres estão cada vez mais mobilizadas para impedir os conflitos, dos quais são as principais vítimas".

Entre as delegadas, havia mulheres de países devastados pela guerra, como a Somália, Libéria, Moçambique e Eritreia, e participaram também a vice-presidenta de Uganda, Speciosa Wandira Kazibwe, e outras altas dirigentes do continente.

Outro fato marcante da conquista femi-



mulher africana

nina africana por espaços políticos foi a presença de uma mulher no cargo de chefe de Estado na 33ª Reunião de Cúpula da OUA, em Harare, no começo de junho. Tratava-se da liberiana Ruth Perry, a primeira mulher a ocupar aquele posto na África, mesmo que de forma interina.

"Demandou-me muito esforço chegar onde estou hoje. À primeira coisa que fiz, quando fui designada para encabeçar o Conselho Interno, que coordena a transição para a democracia na Libéria, foi rezar", disse Ruth Perry, com humildade, perante seus colegas presidentes e primeiros-ministros. A receita para a liderança é, na sua opinião, "ser firme, flexível, amorosa e paciente".

Salim Ahmed Salim, secretário-geral reeleito da OUA, deve dedicar os próximos

quatro anos de seu mandato, entre outras tarefas, a aumentar a quantidade de mulheres em altos cargos da organização e a alentar os debates sobre a questão de gênero, no seio da OUA. Assim o assinala Joyce

Mendes Cole, assessora regional de gênero do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os cinco subsecretários gerais da organização são homens. E entre os cinco diretores só há uma mulher, a diretora da Unidade da Mulher, Yetunde Teriba.

Em decorrência do sucesso do evento de Kigali em março, a reunião de

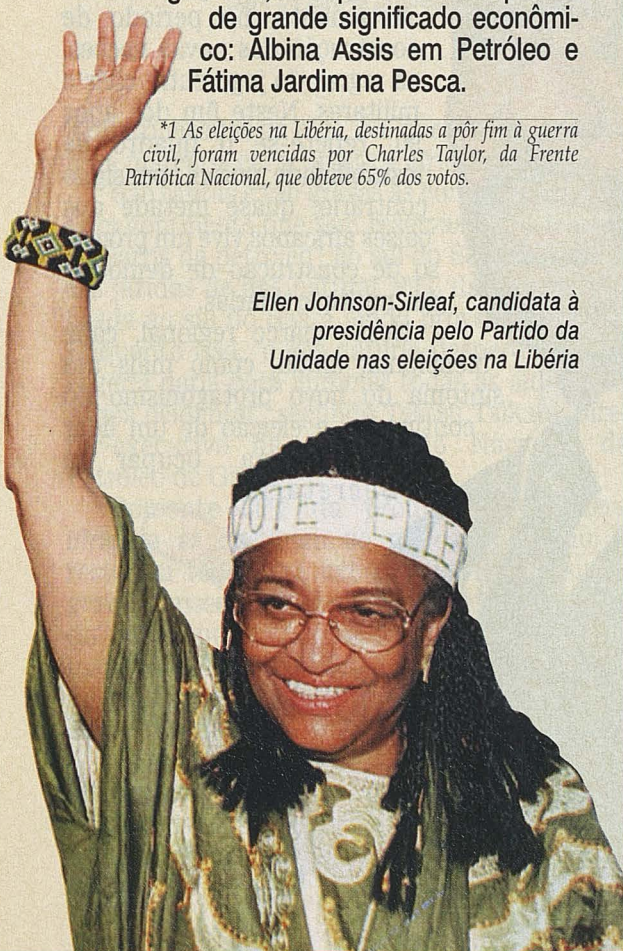
Harare resolveu criar uma Comissão para a Mulher e a Paz, que será composta de 16 mulheres de todas as regiões do continente e atuará diretamente subordinada à direção central da OUA.

Entre as protagonistas dessa nova etapa da atuação feminina na política africana estão Ellen Johnson-Sirleaf, candidata à presidência da República pelo Partido da Unidade nas eleições de 20 de julho na Libéria, que obteve 15% dos votos¹, e a religiosa Angele Bandou, a única mulher entre os candidatos à eleição presidencial - momentaneamente suspensa - do Congo-Brazzaville.

A presença de mulheres tem aumentado, também, no Parlamento e no Poder Executivo dos países africanos que estão consolidando as suas democracias. Em Angola, por exemplo, há cinco ministras no gabinete, das quais duas em pastas de grande significado econômico: Albina Assis em Petróleo e Fátima Jardim na Pesca.

*1 As eleições na Libéria, destinadas a pôr fim à guerra civil, foram vencidas por Charles Taylor, da Frente Patriótica Nacional, que obteve 65% dos votos.

Ellen Johnson-Sirleaf, candidata à presidência pelo Partido da Unidade nas eleições na Libéria



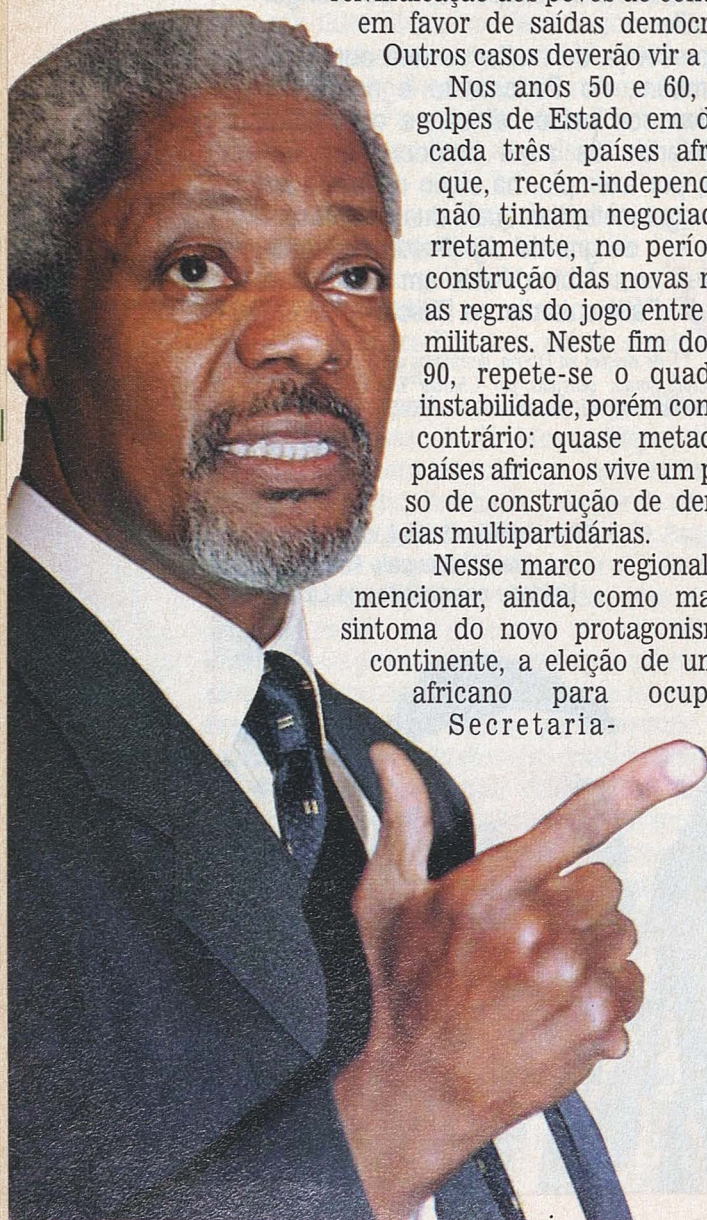
Novos desdobramentos

Três anos depois da guinada sul-africana, chega o fim de Mobutu no Zaire, coração do continente. Esses dois fatos já sugerem uma espécie de efeito dominó que vai acabando com regimes ditatoriais, que, em certo momento, foram maioria na África. As atuais crises no Congo-Brazzaville e em Serra Leoa podem ser interpretadas como efeitos colaterais da virada dos dois gigantes, África do Sul e Zaire, e da crescente reivindicação dos povos do continente em favor de saídas democráticas.

Outros casos deverão vir a seguir.

Nos anos 50 e 60, houve golpes de Estado em dois de cada três países africanos que, recém-independentes, não tinham negociado corretamente, no período de construção das novas nações, as regras do jogo entre civis e militares. Neste fim dos anos 90, repete-se o quadro de instabilidade, porém com signo contrário: quase metade dos países africanos vive um processo de construção de democracias multipartidárias.

Nesse marco regional, cabe mencionar, ainda, como mais um sintoma do novo protagonismo do continente, a eleição de um líder africano para ocupar a Secretaria-



Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). No final de 1996, Kofi Annan, de Gana, se converteu no primeiro cidadão da África subsaariana a alcançar o mais alto cargo da diplomacia mundial. Até então subsecretário-geral para as Operações de Paz e diretor-executivo do Alto Comissariado para os Refugiados (Acnur), Annan, de 59 anos, é economista formado em Genebra e faz parte, também, da nova elite intelectual e política da África.

Os cientistas sociais que estudam a realidade africana já detectam a emergência de novos temas e atores. A democracia é um dos assuntos em debate, que incluem também a questão de gênero - é assombroso o avanço das mulheres africanas nas estruturas políticas, nos últimos anos (ver quadro), a emergência do setor informal da economia, a problemática ambiental, as migrações. Em fevereiro passado, realizou-se em Gaborone, capital de Botsuana, uma conferência de cúpula dos 16 países africanos da Comunidade Britânica de Nações³ para debater a questão da democracia. Com a participação de chefes de Estado e de governo, a reunião colocou, em escala de um a dez, todos os países africanos que passaram por processos eleitorais e de democratização interna. Enquanto o caso da África do Sul, com as eleições de 1994, ficou numa ponta da escala - a dos exemplos mais bem-sucedidos -, nações como Zâmbia, Suazilândia, Camarões e Quênia ficaram do lado oposto.

No caso de Zâmbia, foi duramente criticada a legislação eleitoral do ano passado, que proibiu a primeira e segunda gerações de cidadãos de postularem a presidência. Tudo não passou de armação, para evitar que o ex-presidente, Kenneth Kaunda, cujos pais nasceram no vizinho Malawi, pudesse ser candidato. Na Suazilândia, os sindicatos e a oposição lutam há muito tempo para conseguir total liberdade de atuação partidária e eleições livres. Camarões e Quênia enfrentam críticas da oposição local e da comunidade internacionais pela falta de transparência nos pleitos eleitorais.

Uma das principais recomendações do simpósio foi a de que todos os partidos políticos e as campanhas eleitorais passassem a ser financiados pelo Estado, "em bases a serem acertadas",

para assegurar a lisura e transparência da vida política.

O fato é que, com os Estados em transformação, fala-se muito hoje, na África, do novo protagonismo da sociedade civil. No panorama africano pós-independência, com estruturas políticas de partido único na maioria dos países, por contingência das próprias lutas de libertação, não havia espaço para uma atuação fora do partido e do Estado. Mas, assim como tem acontecido em outras regiões do Terceiro Mundo, também na África foi sendo construído um cenário para esses novos atores da sociedade do fim de milênio.

Avanços políticos, desafios econômicos

Se a democratização e o conseqüente surgimento de novos protagonistas estão fazendo com que a África avance a passos largos no terreno político, o mesmo não se pode dizer, ainda, da sua economia.

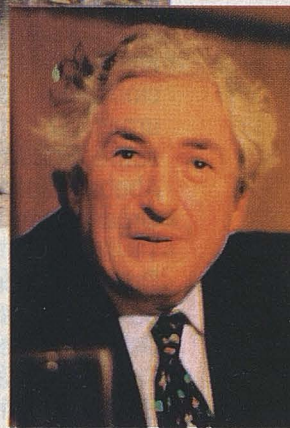
Os indicadores econômicos e sociais africanos são dramáticos. Nos anos 80, que também para a África foram considerados uma década perdida, a aplicação de políticas de ajuste e do receituário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional cobraram um alto preço. Nas palavras do jornalista Timothy Shaw, do *Africa Today*, constituíram um grande obstáculo para o desenvolvimento do continente. O próprio James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, admite que a trágica experiência africana levou a instituição a repensar toda a sua estratégia para os países pobres.

O fato é que a estagnação econômica está transformando a África em um símbolo do estresse social e ambiental que, neste mundo globalizado, pode inviabilizar, inclusive, toda a civilização humana. Há casos como o da Somália, Libéria e Sudão, cujos indicadores são tão críticos que começam a ser chamados de países de Quinto Mundo.

Não existe sequer uma nação do continente que possa ser designada de tigre como as recém-



James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial (dir.): a trágica experiência africana levou a instituição a repensar toda a sua estratégia para os países pobres



industrializadas da Ásia, ou, quem sabe, de leão, para marcar a característica africana.

São tantas e tão graves as contradições que, num continente que tem reservas de 66 bilhões de barris de petróleo⁴ ao sul do Sahara e imensas jazidas de gás natural, 90% da energia utilizada ao sul do Saara ainda provém da lenha. Enquanto isso, "o gás natural desperdiçado na Nigéria daria para iluminar todas as aldeias da África ocidental", segundo Tsatsu Tsikata, diretor-executivo da Corporação Nacional de Petróleo de Gana.

Somente 30% da produção petrolífera africana se destinam ao mercado interno: o resto vai todo para exportação. Entre outras graves conseqüências, essa realidade está fazendo com que a quantidade do consumo da madeira florestal ultrapasse sua possibilidade de regeneração. Assim, a cada ano é maior o avanço do processo de desertificação.

Qual a saída para esse drama, que pode inviabilizar todos os avanços que estão se registrando no terreno político? Há saídas a serem enfocadas a partir de dois ângulos: o interno e o externo.

Em busca da governabilidade

A força da temática vinculada à democracia é tão significativa nos países africanos que já justifica a iniciativa de se realizar todos os anos um simpósio continental dedicado à análise dos problemas inerentes ao funcionamento de governos legitimados pelas urnas. O Primeiro Fórum Africano Anual sobre Governabilidade se reuniu em Addis Abeba, capital da Etiópia e cidade sede da Organização de Unidade Africana (OUA) de 11 a 12 de julho, sob os auspícios da Comissão Econômica para a África (CEA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O secretário-geral da OUA, Saliam A. Salim, na cerimônia de abertura, fez referência às diferentes experiências históricas das nações africanas e à importância das tradições e da cultura para a consolidação da democracia. O debate no marco do fórum tinha sido antecedido de consultas em nível nacional em todo o continente, de forma que as intervenções foram muito ricas em experiências e avaliações.

Houve um consenso a respeito das condições necessárias para assegurar a governabilidade: entre elas, a existência de uma política de incentivo ao surgimento de lideranças, a transparência e efetividade na ação governamental, o fortalecimento da sociedade civil, independência dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - uma política sistemática de promoção da mulher, paz e estabilidade, o império da lei e das garantias constitucionais, liberdade de imprensa e para a mídia em geral.

Quatorze governos africanos participaram com delegações de nível ministerial e outros quatorze em caráter de observadores, além de numerosas ONGs que atuam em diferentes terrenos. Assistiram, ainda, oito instituições doadoras de recursos para o desenvolvimento, representações do Banco Mundial e do FMI.

Prejuízos no comércio internacional

É bom lembrar que, com 750 milhões de habitantes (12% da população mundial), a África possui um território equivalente a três Chinas, que tem 20% da população mundial e é praticamente auto-suficiente em alimentos. Terras para a agricultura não são problema para a África. Mesmo com a ênfase que tem sido dada nas últimas décadas ao plantio de grãos para exportação, o continente tem condições de ser seu próprio celeiro e ainda continuar a exportar grãos.

Mas, ultimamente, a agricultura de subsistência, majoritariamente nas mãos das mulheres, está sendo esmagada. A África transformou-se de exportador em importador de alimentos, nos anos 80, e possui hoje o menor setor agrícola do Planeta. (Os países ao sul do Saara são os que apresentam o menor índice de ingestão de calorias per capita do mundo.)

Por outra parte, dados recentes mostram que a África é uma região que sofre perdas claras com a implementação do acordo, que surgiu no fim da Rodada Uruguai do Gatt e que deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC)⁵.

O poder de compra das exportações africanas caiu 24% desde 1985. Seus 25 principais produtos de exportação perdem preços de forma sistemática no mercado mundial. O fenômeno, aliás, não é exclusivo da África, mas em um continente já pauperizado, essa realidade repercute com maior dureza. "Não podemos continuar dependendo de banana, café, carvão e ouro. Precisamos diversificar a produção do setor de serviços e do setor secundário", afirmou o ministro de Planejamento de Uganda, Richard Kaijuka.

Como exemplo da falta de agressividade africana no comércio mundial, é lembrado o caso das sementes de palmas, matéria-prima do azeite de dendê, do qual a África já foi o maior exportador mundial. Nos anos 60, os malaio chegaram à Nigéria e levaram sementes. Agora, a Malásia deixou a África para trás e se converteu no maior exportador mundial do produto.

A África tem potencial para dar uma guina-

da, tem recursos para planificar a sua industrialização, mas está dividida em 53 Estados, a metade com menos de 5 milhões de habitantes. Há uma espécie de consenso implícito de que só um planejamento, coordenado em nível continental, poderia impulsionar as mudanças. A integração econômica é vista como a única saída.

Desde 1968, a Organização de Unidade Africana (OUA) vem insistindo nessa idéia. Experiências de integração regionais de sucesso, ao estilo Mercosul, também existem na África. O exemplo mais significativo é o da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community, SADC), criada em 1992. Ela sucedeu a antiga Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), cujas principais metas, a independência da Namíbia e a democratização da África do Sul, já foram atingidas.

Agora, a SADC tem por objetivo prioritário a integração regional, que inclui compromissos políticos, como a luta pelo fortalecimento da democracia e a solução pacífica de conflitos.

A caminho de uma comunidade econômica continental

A tendência no futuro é a SADC vir a se fundir com outras organizações regionais para formar uma Comunidade Econômica Africana (CEA), nos moldes da experiência europeia. Um grande mercado comum africano, nesta época de globalização e blocos regionais, seria o instrumento adequado para, por um lado, racionalizar e planejar o desenvolvimento e, por outro, para habilitar o continente a negociar com maior força junto aos países industrializados.

A estratégia para a criação da CEA foi desenhada pela OUA em Abuja, a nova capital da Nigéria, através de um tratado assinado por todos os países do continente, em junho de 1991.

Em Harare, em junho deste ano, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na trigésima terceira Conferência de Cúpula da Organização de Unidade Africana, ratificaram a decisão de criar a CEA. Foi decidida a fusão gradual das comunidades econômicas regionais do conti-



A bela sede da OUA, em Addis Abeba, Etiópia

nente com vistas ao estabelecimento da CEA, na certeza de que essa medida permitirá evitar a marginalização da África. Robert Mugabe, presidente do Zimbábue e presidente em exercício da OUA, disse ter a esperança de que a CEA venha a por fim à proliferação de instituições (regionais) com mandatos por vezes controversos e dotados de responsabilidades que se superpõem.

A experiência de outras áreas do mundo indica que é mesmo na integração econômica que está o segredo do sucesso. No entanto, no caso da África, a força dos outros blocos e a elevada dívida externa, aliadas à falta de uma moeda comum, trabalham contra a integração.

Um sintoma alentador é o fato de as grandes empresas do continente, principalmente corporações multinacionais da Nigéria e África do Sul, estarem investindo em outros Estados africanos, segundo relatório divulgado em maio pela Comissão Econômica para a África. Em 1994, os investimentos das companhias do continente em nações africanas chegaram a US\$ 25 bilhões. Desde o fim do apartheid, empresas sul-africanas de venda a varejo e dos setores de turismo e da televisão por satélite estão se expandindo a países vizinhos, como Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Tanzânia, Moçambique e Zâmbia. A experiência de outras áreas do mundo



Na África o futuro da economia passa pela integração

parece indicar que é mesmo na integração econômica que está o segredo do sucesso. No entanto, a força dos outros blocos e a elevada dívida externa africana, aliadas à falta de uma moeda comum, trabalham contra a integração. Um sintoma alentador é o fato de as grandes empresas do continente, principalmente corporações multinacionais da Nigéria e África do Sul, estarem investindo em outros Estados africanos, segundo relatório divulgado em maio pela Comissão Econômica para a África. Em 1994, os investimentos das companhias do continente em nações africanas chegaram a US\$ 25 bilhões. Desde o fim do apartheid, empresas sul-africanas de venda a varejo e dos setores de turismo, da indústria cervejeira e da televisão por satélite estão se expandindo a países vizinhos, como Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Tanzânia, Moçambique e Zâmbia.

Essa tendência se registra, também, no norte da África, facilitada por acordos econômicos assinados em 1989 entre os países do Maghreb: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. E viu-se complementada por um aumento do investimento dos países do sudeste asiático, em especial a Malásia.

O papel da comunidade internacional

No mundo globalizado de fim de milênio, a repercussão mundial de fatos, que acontecem mesmo em regiões distantes, faz com que o futuro da África não seja mais uma questão só dos africanos. Hoje sofrendo os efeitos de sua secular intervenção no continente, o capitalismo mundial deverá assumir um papel ativo diante de alguns dos desafios africanos.

A Europa, mais do que qualquer outra região do mundo desenvolvido, já percebeu o preço que acaba pagando pela instabilidade política e a estagnação econômica da África (e de outras regiões do Terceiro Mundo): levadas de milhares e milhares de refugiados chegam de forma permanente. A fortaleza européia, que está sendo construída com a legislação aprovada pelo Tratado de Maastricht, não assegura que as tensões decorrentes do fenômeno sejam contidas.⁶

Por outro lado, estão as ameaças menos visíveis, porém tanto ou mais desafiadoras. Quando há uns poucos anos atrás surgiu o surto

do vírus Ebola na África ocidental, os especialistas alertaram para a impossibilidade de se conter uma epidemia como aquela nas fronteiras de um país ou continente. Com as comunicações desenvolvidas do mundo atual, é fácil um paciente contaminado - e talvez nem ainda ciente disso - pegar um avião e estar em poucas horas em outro continente. Está criado o cenário da catástrofe. O vírus da AIDS, ao que tudo indica, surgido nas florestas africanas, hoje faz estragos em todo o mundo. O acelerado avanço da urbanização na África e o conseqüente deslocamento de populações rurais fez com que os seres humanos estejam hoje sendo vítimas de doenças antes desconhecidas. Suspeita-se que os vírus e microorganismos que as provocam tenham vivido por milhares de anos nas florestas, sem entrar nunca em contato com a raça humana. A devastação dessas selvas para a exploração da madeira ou para a abertura de novas áreas agrícolas - para atender a exigência cada vez maior de grãos de exportação para compor as balanças comerciais - foi fazendo avançar as fronteiras do progresso a regiões antes inacessíveis. Quase sem saneamento básico, carente de hospitais e médicos, o continente africano não está preparado para solucionar o problema.

Poderíamos citar outras razões, pelas quais o resto do mundo não está imune às conseqüências das tragédias africanas. O fato é que a globalização também age como faca de dois gumes. Ajudar a África a superar a situação social dramática em que se encontra - e da qual também são responsáveis as antigas potências coloniais - é um encargo da comunidade mundial.

Há sinais de que o Norte industrializado está atento ao problema. Por exemplo; em 1996, na reunião do Grupo dos Sete (G-7)⁷ em Lyon, foi aprovado um programa a ser aplicado pelo FMI e o Banco Mundial para reduzir os estoques da dívida dos países mais pobres da África. Uganda (que não é dos piores) foi o primeiro favorecido.

Por outro lado, em junho deste ano, o presi-



O futuro da África está atrelado, em grande medida, ao desenvolvimento de novas regras de jogo no comércio mundial



dente norte-americano, Bill Clinton, lançou a Iniciativa para a África, um conjunto de propostas e investimentos privados norte-americanos tendentes a incentivar o comércio entre esse país e o continente. Pelo menos 1.800 produtos africanos passariam a ter maior acesso aos Estados Unidos, cuja indústria disputa com os europeus o mercado africano. Entre os setores de interesse norte-americano estão telecomunicações, infra-estrutura e hidrelétricas.

Instituições como o Overseas Development Institute (ODI), que estudam as relações comerciais, estimam que uma redução de 50% nas barreiras comerciais dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, que reúne os países mais desenvolvidos do mundo), permitiria quase que duplicar as exportações africanas.

Por fim, há de se considerar que a África é um dos últimos mercados não-desenvolvidos e já são muitos os empresários norte-americanos que acreditam ser responsabilidade dos Estados Unidos fortalecer esse mercado, em seu próprio benefício. "Imaginem o que significaria para o nosso país se Uganda passasse de uma renda anual per capita de U\$ 200 para U\$ 2.000?", pergunta Michael Southwick, embaixador norte-americano em Kampala, prevendo um hipotético aumento de consumo de produtos industriais norte-americanos.

Os 30 milhões de negros norte-americanos podem ajudar nessa mudança de mentalidade

do establishment. Pelo menos é o que pensam grupos como o Constituency for Africa, com base em Washington, que tem por objetivo fazer lobby no Congresso em favor desse continente. É uma espécie de consórcio de várias entidades negras, auspiciado pelo Africacare, entidade sem fins lucrativos formada por afro-americanos que trabalham em projetos de desenvolvimento para aquele continente.

No momento atual, o caminho para a África não é apostar na ajuda externa. A

ajuda dos Estados Unidos para o continente foi cortada em U\$ 135 milhões nos últimos dois anos. Está agora em torno de U\$ 665 milhões.

A questão é incentivar os negócios. Mas, para isso, os dirigentes africanos estão cientes de que é necessário que sejam revistas as práticas protecionistas dos países ricos, que receitam ao Terceiro Mundo o livre comércio, mas, na prática, fazem tudo ao contrário. Essa batalha há de ser uma das mais árduas e decisivas, não só para a África, como para outras regiões do Terceiro Mundo, nos próximos anos. ■

¹ Museveni estudou na Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, nos anos 70, quando Julius Nyerere era presidente. Na altura, numerosos líderes africanos radicais estavam asilados nesse país.

² A Namíbia tinha um milhão de habitantes; atualmente tem 1,6 milhões (dados de 1996)

³ A Nigéria, expulsa da Comunidade Britânica de Nações desde fins de 1995, após o golpe de Estado e o assassinato de dissidentes, não foi convidada.

⁴ As reservas de petróleo do Primeiro Mundo totalizam 46,5 bilhões de barris; as do antigo bloco soviético, 58, 8 bilhões de barris e as do Terceiro Mundo, incluindo naturalmente as gigantescas jazidas do Oriente Médio, 893,8 bilhões de barris. O Terceiro Mundo tem 89,5% das reservas mundiais de petróleo.

⁵ A participação do continente africano no comércio mundial caiu de 3,7% em 1961 para 1,2% em 1988.

⁶ A recente vitória dos socialistas na França e a guinada do continente europeu para governos socialistas e sociais democratas criaram expectativas na África de um novo tipo de relacionamento, mesmo sem ignorar outras experiências no passado, em que os interesses de Estado falaram mais alto que os ideais socialistas. A França disputa atualmente com os EUA a influência no continente africano.

⁷ O Grupo dos Sete (G-7) foi fundado em 1975 e reúne os sete países mais industrializados: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão. Em 1997, foi aceita a Rússia e na mídia há quem chame o grupo de G-8, mesmo que os russos não tenham exatamente as mesmas qualificações que os demais parceiros.

Unita não dá trégua



Quando se esperava a total pacificação, grupo de Jonas Savimbi viola outra vez o acordo de paz

O fim dos 32 anos de ditadura de Mobutu Sese Seko no ex-Zaire, agora República Democrática do Congo, em maio, foi comemorado, igualmente, como uma mudança capaz de levar a paz também à vizinha Angola. Afinal, a guerrilha direitista de Jonas Savimbi, apoiada pelos

Estados Unidos, já tinha perdido o apoio sul-africano, desde que o regime racista do apartheid sucumbiu, anos atrás, e agora deixava de contar com sua última retaguarda política e militar, que era o Zaire de Mobutu. Desde a independência, em 1975, o regime socialista de Angola vive sob a

pressão da guerra, tanto da Unita, quanto da invasão militar sul-africana, esta enquanto durou o governo do apartheid em Pretória.

No início de junho, enquanto seu apoio zairense desaparecia, a Unita de Jonas Savimbi reiterava, uma vez mais, a sempre quebrada palavra de que passaria a respeitar o Acordo de Lusaka, patrocinado pelas Nações Unidas e que estabelece a pacificação, incluindo o desarmamento e a participação do grupo no governo nacional.

Em julho, porém, Savimbi passou a mobilizar forças no nordeste, no leste e no sul angolanos, contrariando o cumprimento de etapas do acordo e até mesmo impedindo a livre circulação do pessoal das Nações Unidas encarregado de supervisionar a pacificação. Uma atitude surpreendente para os observadores internacionais e para a diplomacia envolvida na questão. Há indicações de que forças do derrotado exército zairense estariam hoje a serviço de Savimbi. Este estaria, ainda, recebendo armamentos e outros suprimentos de países não identificados, cujos aviões pousam nas zonas controladas pela Unita, contrariando a proibição da ONU.

Advertência da ONU

No final de julho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas divulgou uma declaração formal, condenando as atitudes da Unita que põem em risco o acordo de paz.

"O Conselho de Segurança expressa profunda preocupação com as recentes ações de deses-

Ganhar tempo e surpreender

O estilo de Jonas Savimbi ficou mais uma vez claro no final de maio. Na última semana daquele mês, voltou a Luanda o representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, o mediador do processo de paz. Beye, que é do Mali, passara um mês fora da capital angolana, oficialmente de férias. Mas, aproveitou o tempo para ir a Andulo, na província de Bié, onde conversou pessoalmente com Jonas Savimbi, no quartel-general da Unita.

A sorte de Mobutu, no Zaire, já fora selada pela arremetida incontrolável dos rebeldes de Laurent Kabila e este ponto foi destacado pelo representante da ONU como

um fato auspicioso para a paz em Angola. Falando aos jornalistas, após desembarcar em Luanda, Alioune Blondin Beye disse que, findo o regime de Mobutu no Zaire, "devo afirmar que regresso muito tranquilizado pelas garantias que me foram dadas em relação à continuação do engajamento da Unita na execução das disposições do Protocolo de Lusaka." Disse ainda que recebeu "da direção da Unita garantias bastante satisfatórias para que a implementação do Protocolo de Lusaka prossiga de uma forma harmoniosa. Esperem para ver".

A espera foi pequena: um mês depois, tropas da Unita já estavam outra vez em ação.

tabilização em Angola, em particular a falta de vontade da Unita para cumprir a resolução 1.118/97, de 30 de junho de 1997, e os esforços reiterados de restabelecer seu poderio militar. O Conselho considera incompleta e inverídica a informação dada pela Unita à Comissão Conjunta (que supervisiona o cumprimento do acordo de paz) no dia 21 de julho, sobre o total de suas tropas, a extensão do administração do governo central (a zonas controladas pelo movimento) e sobre as atividades da rádio Vorgan", diz, sem meias palavras, o comunicado.

"O Conselho de Segurança condena o mau tratamento dispensado ao pessoal da ONU e de organizações humanitárias nas áreas sob controle da Unita, bem como os incômodos impostos ao pessoal da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (Monua) no exercí-

cio de suas funções. Tais atos da Unita são inaceitáveis e violam o Acordo de Lusaka e as resoluções das Nações Unidas."

A declaração continua, afirmando que "o Conselho de Segurança nota, com preocupação, que a crescente tensão na região norte do país está rapidamente aumentando em províncias do centro e do sul, com perigosas implicações para o cumprimento dos objetivos restantes do processo de paz", alerta o colegiado na ONU.

"O Conselho de Segurança reafirma sua disposição de aplicar medidas, entre outras especificamente mencionadas no parágrafo 26 da resolução 864 (1993), caso a Unita não adote imediatas e concretas medidas para satisfazer suas obrigações referentes ao Acordo de Lusaka. Tais obrigações incluem desmilitarização de todas as forças, transformação da rádio Vorgan em

ÁFRICA Angola

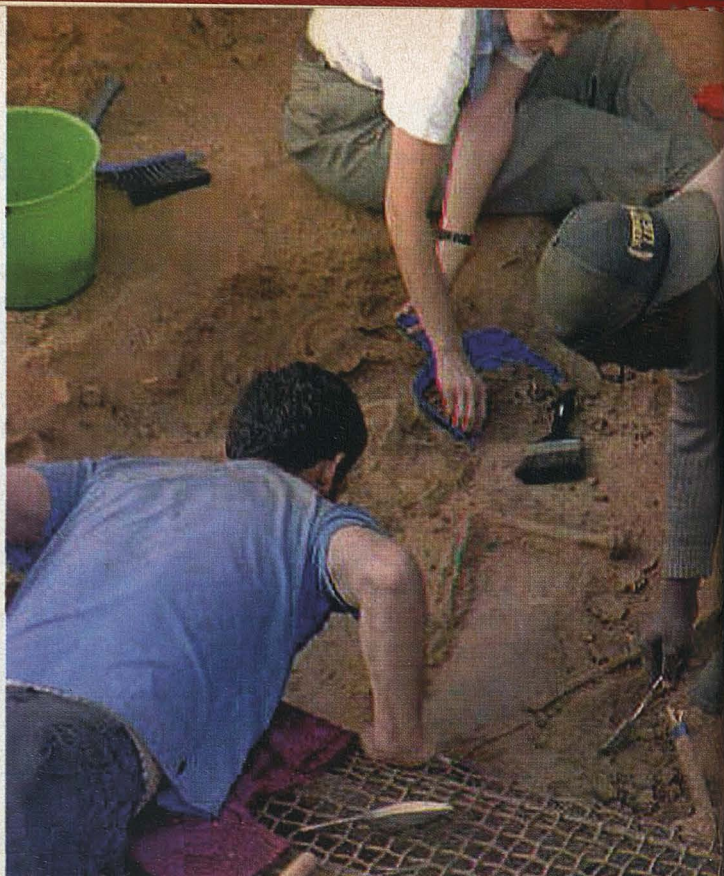
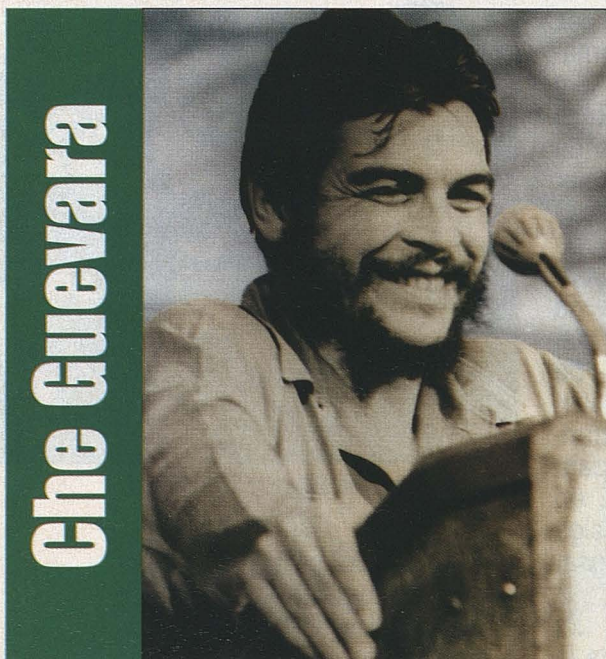


O presidente José Eduardo dos Santos

emissora não-partidária e cooperação absoluta no processo de normalização da presença do Estado por todo o território de Angola", determina, fixando para 15 de agosto a apreciação de relatório de emergência a ser providenciado pelo Secretário-Geral Koffi Anan.

Atuando nas regiões onde se situam as minas de diamante, uma das destacadas riquezas de Angola, o recrudescimento das ações do grupo de Savimbi é inesperado, um fator num quadro que parecia tornar-se previsível, desde o fim de seu aliado Mobutu. Mas, quem recordar o eterno conflito entre o que Savimbi diz e faz, ao longo das inúmeras negociações, verá agora apenas a coerência de um comportamento que parece voltado exclusivamente para a sustentação da guerra. Negociando em fases de dificuldades militares, retornando ao ataque quando se sente forte, Savimbi parece guardar um novo segredo: sem mais a retaguarda da África do Sul e do Zaire - e pretensamente fora da prioridade norteamericana - Savimbi estaria respaldado por quem? □

Che Guevara



Recuperando a história

Métodos científicos permitiram localizar os restos do lendário guerrilheiro argentino-cubano e de seus companheiros

O paciente e cuidadoso trabalho reuniu especialistas de diversas áreas e obteve sucesso em Vallegrande

*Leisa Sánchez**

A ciência poderia ser a protagonista anônima de ano e meio de esperanças e esforços em um recôndito lugar da Bolívia, onde se desfez um mistério de três décadas e renasceu, com sua clara transparência, um homem especial: Ernesto Che Guevara. Quando as notícias dão sua volta ao mundo, poucas vezes se fala dos fatos secundários e das pessoas que possibilitam, agindo nos bastidores e sem



exposição pública, os acontecimentos que fazem história.

O achado, em 28 de junho, da fossa em que permaneceram unidos - como nos velhos tempos - seis dos combatentes que acompanharam o lendário revolucionário em sua gesta guerrilheira nas terras bolivianas, consolidou o esforço de ano e meio de investigações que envolveram a esperança e o esforço de muitos.

Origem das pesquisas

O jornalista e escritor norte-americano John Lee Anderson publicou, em 21 de novembro de 1995, uma notícia que provocou alvoroço internacional: o general aposentado Mário Vargas Salinas afirmou que o cadáver de Che estava enterrado na pista do aeroporto de Vallegrande, povoado a 240 quilômetros de Santa Cruz de La Sierra. O impacto de tais revelações não se fez esperar, embora uma declaração similar

tivesse sido publicada uma semana antes, em 16 de novembro, pelo jornalista boliviano Ted Córdova Claure, que entrevistara em primeiro lugar aquele ex-chefe militar.

Uma avalanche de jornalistas surgiu em Vallegrande e o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada assinou decreto, em 24 de novembro, autorizando a busca. As lendas e versões sobre o trágico destino do comandante argentino-cubano ocuparam de novo os espaços da mídia. A ansiedade e impaciência dos primeiros momentos - quando Vargas Salinas chegou à pista de Vallegrande, disse não recordar o lugar exato e jovens soldados deram os primeiros golpes de picareta na terra dura do lugar - foram cedendo com o passar dos dias, semanas e meses.

As primeiras buscas em Vallegrande tiveram três etapas: entre 1º e 21 de dezembro de 1995; de 7 de janeiro a 15 de

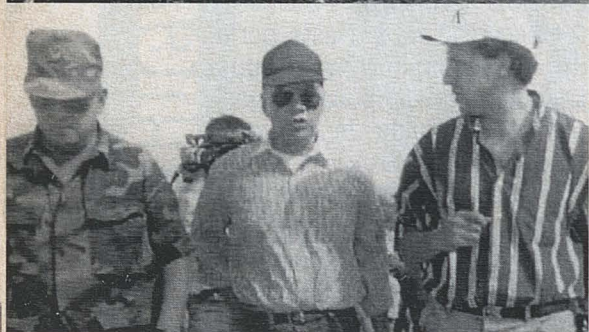
janeiro de 1996, e de 1º a 31 de março de 1997. Contaram com a participação de uma equipe mista de Antropologia Forense, integrada por argentinos e cubanos, geofísicos cubanos e técnicos italianos. Neste período, conseguiu-se exumar quatro cadáveres na zona conhecida como Cañada de Arroyo, a cinco quilômetros de Vallegrande, dos quais se identificou o do combatente boliviano Jaime Arana Campero (Cilapaco). Em junho de 1996, foram encontrados em Florida, província da cordilheira, os restos do guerrilheiro cubano Carlos Coello (El Tuma).

Investigação histórica

Entre abril e outubro de 1996, desenvolveu-se uma fase de investigação histórica, a cargo da historiadora e socióloga cubana Maria del Carmen Ariet, a qual concentrou seu trabalho no cotejo das versões da época, em testemunhos e na cobertura dada pela imprensa aos acontecimentos da guerrilha em 1967.

Neste sentido, frisou ainda Ariet, as declarações de Vargas Salinas tiveram grande importância para medir a significação da figura de Che, já que, então a 28 anos de sua morte, se evidenciou a sensibilidade e o interesse, em âmbito internacional, por aquele que foi um dos principais dirigentes da Revolução Cubana, e que depois se embrenhou pela África e culminou, na Bolívia, sua luta em busca da justiça e da libertação dos povos.

A historiadora cubana, que trabalha com o arquivo pessoal de Guevara, em Havana, recordou que a desinformação foi a



Ao alto, o aeroporto; ao centro, o gen. Mário Salinas, ladeado pelo gen. López, da Bolívia, e pelo coordenador da exumação, o cubano Hugo San Martín; abaixo, o boliviano Demétrio Bonilla aponta o local onde viu ser feito o enterro dos guerrilheiros

arma utilizada pelos militares bolivianos, desde a captura do Guerrilheiro Heróico, a 8 de outubro de 1967, e seu assassinato um dia depois, na escolinha do povoado de La Higuera, a uns cinco quilômetros de Quebrada del Churo, onde se travara o combate final. O cadáver de Che foi exposto no hospital Nosso Senhor de Malta, em Vallegrande, depois de ser transportado de helicóptero desde La Higuera. Ali o lavaram, aplicaram formol e, momentos an-

tes de desaparecer, na madrugada de 10 para 11 de outubro, cortaram-lhe as mãos e fizeram uma máscara funerária.

As truculentas informações sobre esses fatos e posterior sepultamento, naquela fria noite de outubro, viraram lenda entre o povo, que o mitificou como santo e apropriou-se dele como patrimônio, durante todos estes anos.

Contra a história da incineração dos restos mortais de Che, difundida pelo general aposentado Gary Prado, que na época era capitão e que comandava a patrulha que capturou Che na localidade de Churo, apareceram cerca de 60 outras diferentes versões para o que havia acontecido com o corpo. Falava-se desde o lançamento do corpo à selva até o emparedamento num poço do antigo clube de oficiais ou debaixo do piso da cozinha do antigo regimento Pando, no povoado, ou em seu transporte para outros países.

Investigação técnica

No plano técnico, as três primeiras etapas cobriram em Vallegrande as seguintes áreas adjacentes entre si: a pista, o sistema de estradas, a lixeira, o viveiro, o cemitério, o antigo regimento Pando, o hospital, o Rotary Club e a área da Canada de Arroyo. Até 31 de março de 1996, abriram-se 210 fossas, das quais 32 assinaladas por georadar, 28 pela geofísica cubana e 150 pelas versões históricas, para um total de 1.295 metros quadrados.

Com a finalidade de aprofundar as investigações científi-

Eram 20:10 de sábado, 12 de julho de 1997, quando o avião cubano, em voo especial desde a Bolívia, tocou a pista do aeroporto militar Vitória de Girón, em Santo Antônio dos Banhos, nos arredores de Havana. Trazia as pequenas urnas de madeira com os restos mortais de Ernesto Che Guevara e seus companheiros de luta. Era um retorno que muitos consideravam impossível, quase três décadas depois do fim da epopéia.

Familiares dos revolucionários e a alta direção cubana, com Fidel Castro à frente, aguardavam o momento de render homenagens àqueles homens que giraram meio mundo, movidos pelo ideal de partear, de armas nas mãos, uma nova história para os pobres.

Colocados sobre carretas, as urnas foram levadas ao salão da base aérea, onde o comandante Ramiro Valdés, um dos companheiros de Che nas batalhas da revolução, em Cuba, e agora responsável pela viagem de volta dos combatentes, comunicou oficialmente a Fidel

cas, criou-se uma equipe multidisciplinar cubana, que realizou estudos geológicos entre dezembro de 1996 e março de 1997, mas a última fase começou em 21 de maio deste ano. O grupo de especialistas que participou da localização da fossa, em 28 de junho último, era formado por Jorge González, representante dos familiares dos combatentes cubanos; a historiadora Ariet, o arqueólogo Roberto Rodríguez e o antropólogo forense Héctor Soto.

Colaboraram ainda os geofísicos Noel Pérez, José Luis Cuevas e Carlos Sacasas, os quais utilizaram tecnologia de ponta na delimitação de 10 mil

30 anos depois, a volta a Cuba

Castro e ao alto comando que tinha cumprido a missão.

Em nome dos familiares dos guerrilheiros, falou a filha de Che, Aleida Guevara. Em discurso entrecortado por momentos de contido pranto, Aleida fez a entrega oficial das urnas ao governo cubano: "Faça-nos a honra de receber estes restos mortais, comandante Fidel Castro. Mais que nossos pais, são filhos deste povo que tão dignamente representas."

"Trinta anos atrás" - continuou Aleida Guevara - "nossos pais se despediram das famílias. Partiram para continuar os ideais de Bolívar, de Martí: um continente unido e independente. Mas eles também não alcançaram o triunfo. Estavam conscientes, porém, de que os grandes sonhos só viram realidade com imensos sacrifícios. Nunca mais voltamos a vê-los. Hoje, recebemos seus restos mortais. Eles não chegam vencidos, retornam transformados

em heróis, eternamente jovens, valentes, fortes, audazes."

"Ninguém poderá nos tirar esta certeza: eles sempre estarão vivos conosco, seus filhos, no povo. Pátria ou morte, venceremos. Até à vitória, sempre", concluiu ela, lembrando o lema revolucionário cubano e a frase com que Che se despediu de Fidel, ao deixar a ilha para os combates afro-americanos.

Após as honras militares aos mortos, as urnas foram levadas ao Ministério das Forças Armadas, onde ficarão até serem depositadas, no próximo mês de outubro - trigésimo aniversário da captura e execução de Che Guevara e seus companheiros - em um mausoléu que está sendo construído na Praça Ernesto Che Guevara, em Santa Clara, no centro de Cuba. Foi em Santa Clara que Che Guevara infligiu uma das maiores derrotas militares às forças de Fulgêncio Batista, em combates que duraram de 28 a 31 de dezembro de 1958.



A cena revela o gênio de Guevara: fita cortada a facão

metros quadrados, na parte antiga da pista. Esta área foi dividida em 12 quadrados de 2.500 metros quadrados, cada um.

A fossa número sete, que correspondia ao achado de sete esqueletos, foi uma das consideradas prioritárias pelos especialistas, desde os primeiros momentos.

A hipótese fundamental do trabalho foi reconhecer, em diferentes campos geofísicos, as anomalias produzidas por atividade antrópica, partindo-se da suposição de que as propriedades elétricas, magnéticas e elásticas sofrem variações em lugares onde se produzem escavações. Pérez aplicou méto-

dos geoeletricos e o georradar, Cuevas é especialista em kapa-metria (susceptibilidade magnética superficial), condutividade elétrica e susceptibilidade magnética, enquanto Sacasas se encarregou da sismica, que estabelece perfis superficiais e a profundidades de 2 e 3 metros.

Em cinco de julho último foram resgatados, com um minuto de silêncio em sua honra, os restos dos combatentes que caíram na Quebrada do Churo e dos que foram assassinados juntos com Che, em La Higuera.

As ossadas encontradas - segundo dados históricos - pertencem aos cubanos René Martínez Tamayo (Arturo), Al-

berto Fernández Montes de Oca (Pacho) e Orlando Pantoja Tamayo (Antonio); aos bolivianos Simón Cuba (Willy) e Aniceto Reynaga (Aniceto) e ao peruano Juan Pablo Chang (El Chino).

No entanto, este é apenas um pedaço do caminho trilhado na busca de outros combatentes, que, com o ideal da justiça e da igualdade, deixaram, ao lado do homem de mil batalhas, uma marca indelével neste canto do continente sul-americano. ■

* Realizou, desde o primeiro momento, a cobertura jornalística de todos os trabalhos de recuperação dos restos mortais de Che Guevara e de seus companheiros da Guerrilha de Nacahuazu/Prela - Exclusivo para cadernos do terceiro mundo

Oposição unida incomoda o governo

**Aliança para
eleições legislativas
pode ser o primeiro
passo para
a conquista
da Casa Rosada
em 1999**

Lula Corrêa



A coligação entre a União Cívica Radical, de Raúl Alfonsín, e a Frepaso pode dar ao ex-presidente a oportunidade de disputar novamente a presidência em 1999



*Presidente
Menem*

Os dois maiores partidos de oposição na Argentina decidiram se unir, criando o fato político do ano, segundo os analistas. Desde a primeira eleição de Carlos Menem, em 1989, não se via uma cartada tão arrojada da oposição. A União Cívica Radical (UCR), liderada pelo ex-presidente Raúl Alfonsín e a Frente País Solidário (Frepaso), de esquerda, cuja máxima liderança é Carlos "Chacho" Alvarez, selaram no dia 2 de agosto o chamado "acordo pragmático". O compromisso vale para as eleições legislativas de outu-

bro, quando estarão em jogo metade das 275 cadeiras do parlamento. Mas, dependendo da aceitação da aliança por parte do eleitorado, a estratégia da unidade poderá vigorar, também, para a eleição presidencial de 1999. Menem não sairá candidato pelo Partido Justicialista (Peronista), já que a Constituição argentina não dá direito a duas reeleições.

Nas palavras dos líderes políticos que a costuraram, é uma aliança pela justiça, trabalho e educação. Três questões que mexem com os argentinos atualmente, já que a cena política é tomada por denúncias de

corrupção, alta taxa de desemprego (16%) e achatamento salarial até mesmo em áreas-chaves, como a do ensino.

A aliança incomodou o presidente Menem, que viu seu partido sair vitorioso de todos os pleitos nos últimos oito anos. Tentando minimizar o impacto da decisão, ele traçou um paralelo entre a recente união da UCR e a Frepaso e a coligação União Democrática, formada em 1946 por comunistas, conservadores e radicais, para vencer Juan Perón. De fato, essa reunião entre agremiações políticas constitui um dos poucos antecedentes da presente aliança. Não é habitual na Argentina o surgimento de coligações com um programa de governo comum e listas eleitorais únicas. No máximo tem havido alianças eventuais em torno de caudilhos.

Apesar de o presidente ter afirmado que com ou sem aliança opositorista o peronismo é indestrutível, as pesquisas indicam que apenas 12% dos argentinos aprovam seu governo. O profundo desgaste de Menem é creditado às crescentes denúncias de corrupção no seu governo.

Há uma convicção crescente no seio do povo de que os ideais de justiça social, que eram a essência do peronismo, foram abandonados por Menem e estão, hoje, melhor defendidos na oposição.

Desafio

O desafio maior para a coalizão opositorista passa agora a ser a elaboração de uma lista comum de candidatos. A legislação eleitoral argentina

não prevê, como no Brasil, o voto em um candidato individualmente e sim numa lista que cada partido ou coligação submete ao eleitorado. Quando é encerrada a apuração, o número de candidatos é determinado de acordo com os votos recebidos por cada lista. Se um partido obteve nove vagas, entram os nove candidatos que encabeçam a lista. O ex-presidente Raúl Alfonsín, da UCR, um dos principais articuladores da aliança, decidiu abrir mão de sua candidatura na província (estado) de Buenos Aires, o colégio eleitoral mais importante do país (concentra 40% do eleitorado). Desta forma, fortaleceu a candidatura da senadora Graciela Fernandez Meijide, da Frepaso. Alfonsín se prepara para uma eventual disputa presidencial, em 1999.

A coligação opositorista é a favorita na província de Buenos Aires, já que Hilda Duhalde, do Partido Justicialista e esposa do atual governador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, vem caindo nas pesquisas.

No distrito federal, mesmo antes do anúncio da aliança entre a UCR e a Frepaso, Carlos "Chacho" Alvarez estava à frente das pesquisas. Agora, ele deverá encabeçar a lista da coligação, secundado por Rodolfo Terragno, presidente da UCR. "Chacho", segundo observadores, deve ser eleito com tranquilidade, já que a candidatura do oponente mais forte da aliança, o ex-ministro Domingos Cavallo, está em queda livre. Se a união de forças der certo, os partidos de oposição prometem uma novidade para o

Apenas 12% dos argentinos aprovam o governo Menem, desgastado por crescentes denúncias de corrupção

pleito presidencial de 1999. A chapa presidencial seria definida a partir de uma consulta democrática entre cerca de dois milhões de partidários das duas agremiações em toda a Argentina.

O desconforto do governo Menem não ficou apenas por conta da coalizão UCR-Frepaso. As recentes investidas de Domingo Cavallo, ex-ministro da economia e candidato ao governo da capital, continuam causando irritação entre os peronistas. Suas acusações costumam pegar sempre os flancos desguarnecidos do governo. Embora em algumas ocasiões defenda até mesmo a política do seu sucessor no Ministério da Economia, Roque Fernández, Cavallo bate firme no governo, denunciando a corrupção e as máfias que atuam nos corredores do poder.

O ex-ministro coloca sob suspeita de conivência o Executivo e o Judiciário argentinos, o que já lhe redeu cerca de 25 processos por calúnia e difamação. Entre eles o que apresentou a única vitória recente para o governo: o juiz Adolfo Canicoba Corral condenou Cavallo a quatro meses de detenção, sentença que deve ser transformada em pagamento de indenização aos membros do governo argentino por ele acusados. □

A estabilidade sobre o vulcão da dívida

Endividamento externo sustenta plano de Menem, que sacrifica os trabalhadores

Marcela Valente

A estabilidade econômica da Argentina flutua tranqüila no mar da liquidez financeira internacional. Alguns entendidos, contudo, advertem que "por baixo desse angu" vai crescendo uma dívida externa volumosa e sem garantias.

Pelos números da classificadora de riscos Moody's, a dívida externa argentina, pública e privada, atingirá 130 bilhões de dólares, neste ano. O governo Menem minimizou o cálculo da agência internacional, mas não consegue disfarçar a inquietação com a aproximação de datas de vencimento para saldar parcelas dos compromissos.

A preocupação pode ser vista em declarações de Carlos Rodríguez, chefe dos assessores do ministro da Economia Roque Fernández. Segundo Rodríguez, será necessário utilizar os fundos provenientes da privatização do Banco Hipotecário Nacional para pagar encargos da dívida externa, como, aliás, recomenda o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas, 1997 é ano de voto na Argentina: em outubro haverá eleições legislativas. O governo já decidiu aplicar o dinheiro que render a privatização do Banco Hipotecário, a mais esperada desestatização deste ano, em programas que ajudem seus candidatos. O destino mais provável do dinheiro é a realização de obras públicas, que criariam muitos empregos e ajudariam a melhorar o clima que um desemprego acima de 15% torna eleitoralmente adverso.

Assim, o mais provável é que a dívida externa continue a crescer livremente. O Estado, com sua política de privatização, detém cada vez menos ativos como patrimônio (em seis anos obteve 20 bilhões de dólares vendendo as estatais, inclusive a de petróleo, e o di-

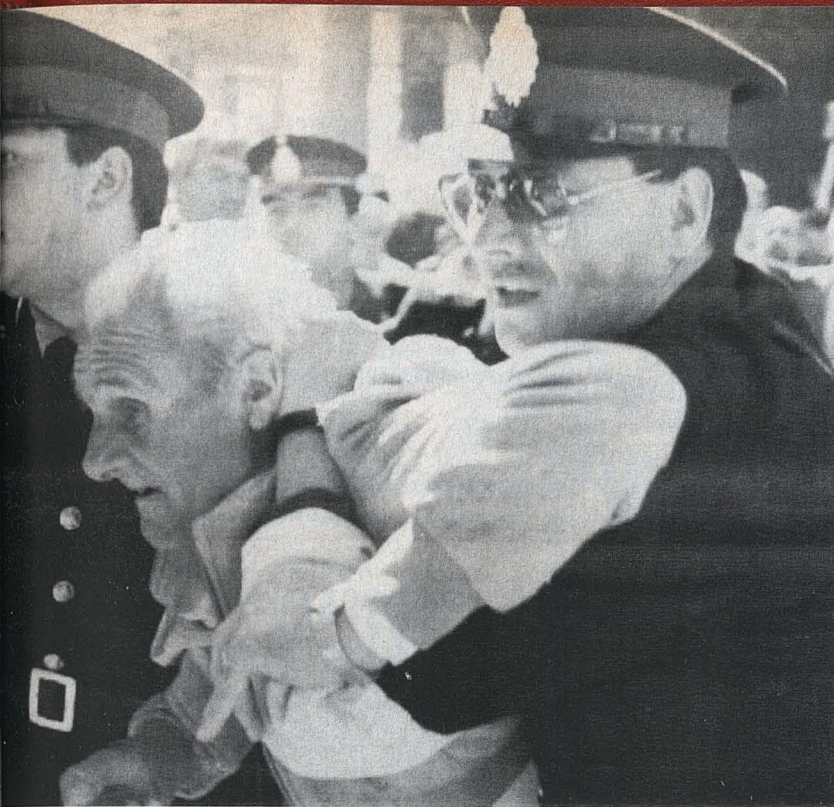
nheiro já foi consumido). As exportações, por seu lado, também não prosperam e continuam a cair.

Semanas atrás, a agência Standard and Poor's qualificou 15 empresas privadas argentinas - algumas delas, multinacionais - com uma nota superior à dada ao próprio país. A avaliação permitirá a tais empresas melhores taxas em empréstimos internacionais.

Parece uma boa notícia, mas é um alerta sobre os riscos de se emprestar ao governo do presidente Carlos Menem. Desde que assumiu o governo, em 1989, a dívida argentina quase dobrou, aumentando 80%.

O endividamento é pouco sentido devido à entrada de capitais externos. Ao contrário dos anos 80, quando os investidores desconfiavam do país, nos anos 90 a Argentina obtém crédito fácil - a altas taxas de juros, é verdade - e assim





As prioridades do plano neoliberal de Menem, propostas e administradas pelo hoje ex-ministro Domingo Cavallo, levaram ao alto desemprego e ao sacrifício de outros direitos sociais, como os dos aposentados, cujos protestos são reprimidos

amplia o problema que terá que enfrentar no futuro.

Até o ano 2000, terá que pagar 39,4 bilhões da dívida externa (8 bilhões neste ano, 10 bilhões em 98, 11 bilhões em 99, e mais 10,47 bilhões em 2.000)

Os integrantes do chamado Clube da Dívida estão de parabéns. Paera alguns economistas, o clube - integrado por financistas internacionais e grupos de pressão que atuam nos países aos quais emprestam - estão lucrando muito com a estabilidade argentina construída sobre novos empréstimos e mais juros.

O subsecretário de Finanças, Miguel Kiguel, tem uma visão otimista. Diz que a Argentina equilibrará as contas, reduzirá o déficit orçamentário, e aumentará a poupança interna, hoje somente 17% do PIB. Há, porém, quem tenha uma visão mais crítica.

Autor de vários livros sobre

economia argentina e colunista do diário Clarín, Daniel Muchnick adverte que "este modelo de estabilidade só se sustenta com mais e mais dívidas". É o que pensa também o economista Eduardo Curia, preocupado com a dependência do modelo ao capital externo disponível. Este ponto é igualmente assinalado pela Fundação Capital, dirigida pelo economista Martin Redrado, como uma vulnerabilidade estrutural.

"Há três anos que a economia não consegue resultados capazes de atender os serviços da dívida, o que vem agravando os encargos do endividamento", analisa o último informe da fundação. Redrado sustenta que aos novos encargos somam-se os próximos vencimentos, que dificilmente serão saldados. "É um flanco vulnerável, altamente dependente da entrada

de capitais de fora e da conjuntura internacional favorável, pois grande parte do déficit está sendo financiado com nova dívida".

Do mesmo modo, o último informe da Fundação América do Prata, presidida pelo economista Jorge Capitanich, assinala que "enquanto a liquidez internacional (a existência de dinheiro abundante circulando no mercado internacional e facilmente capturável através de políticas financeiras atrativas, como juros altos) se mantiver alta, o financiamento da dívida não parece ser uma barreira intransponível. No entanto, se as taxas de juros internacionais aumentarem, podem surgir dificuldades para cumprir os compromissos". A mesma análise conclui que a dívida externa é hoje "um problema prioritário" da economia argentina.

Um ministro do governo Menem ajudou a acender mais uma luz de alarme, na medida em que tentou minimizar a crise comercial surgida com a decisão brasileira de reduzir as importações.

Segundo o ministro, o problema maior não fica por conta desta decisão brasileira, mas a necessidade argentina de chegar logo a um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. Em outras palavras, isto significa dizer que o governo argentino já não vê saídas sem renegociar seus compromissos externos, obtendo, além de novos prazos para pagar a dívida, talvez mais algum empréstimo. □



Marketing m

Juan Gaudenzi

A América Latina volta a ser prioridade para a indústria bélica, que pretende transformar a região num dos mercados mais ativos nos próximos dez anos.

Esta foi a mensagem da Latin America Defentech/LAD-97, feira regional de armamentos, realizada este ano no Rio, com a participação das principais indústrias do setor, como a norte-americana Lockheed Martin, a francesa Dassault, a sueca Saab e a italiana Marconi. A mostra carioca expôs produtos e serviços para as três armas, sendo mais abrangente

*Pressionada
pela diminuição dos
orçamentos militares
dos Estados Unidos,
Rússia e Europa,
a indústria bélica busca
novos mercados
na América Latina*

que a feira realizada nos anos pares em Santiago (Chile), mais dedicada a artigos aeronáuticos.

Oitenta e nove expositores de 12 países se esforçaram em convencer os militares latino-americanos da excelência e oportunidade de seus produtos. Mas, num mercado tão dinâmico, a atenção foi igualmente dividida com mili-

tares de países de outras partes do mundo, especialmente convidados, como a Croácia e o Brunei.

Outra diferença em relação à feira chilena é que a LAD-97 teve um caráter técnico e comercial, dirigida exclusivamente a interessados e potenciais compradores.

Os organizadores evitam falar em corrida armamentista na região. A indústria bélica prefere citar as necessidades defensivas das nações e a contribuição que esse setor industrial dá ao desenvolvimento tecnológico e científico, como reflexo das pesquisas em busca de melhorias militares.

Este aspecto foi enfatizado, pelo vice-presidente Marco Maciel ao inaugurar a feira. Segundo ele, a atividade "nos permite veri-

Corrida armamentista não é do interesse regional

"Uma corrida armamentista na América Latina vai sugar recursos que teriam melhor aplicação se destinados a áreas de interesse do desenvolvimento." Foi esta a mensagem levada a Atlanta, nos Estados Unidos, pelo ex-presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, um dos participantes do encontro "Agenda das Américas para o século XXI", promovido pelo Centro Carter para debater questões como drogas, democracia, comércio, segurança.

Segundo o ex-mandatário venezuelano, a América Latina está

sendo levada a uma retomada do processo de rearmamento. "Esta é uma questão grave, que pode se transformar num fato consumado, se não se adotarem cautelas e se definir um novo papel para as Forças Armadas". Nesse novo papel, ele descarta a possibilidade de transformar as Forças Armadas em polícia de combate ao narcotráfico, idéia que se atribui aos Estados Unidos.

Na análise de Andrés Pérez, a decisão chilena de rearmar as Forças Armadas, ante a iminente aposentadoria de seu líder, o general e ex-ditador Augusto Pino-

chet, vai detonar o processo. Acredita que uma solução seria limitar a pequeno percentual do orçamento o montante a ser destinado na América Latina a gastos militares. Propõe, igualmente, que seja proibida a compra de armas de guerra sofisticadas.

Andrés Pérez considera que a decisão de Bill Clinton de eliminar o veto para a venda de armas à América Latina é consequência da pressão do complexo industrial militar norte-americano, que perdeu mercados para a indústria bélica europeia, russa e israelense.

litar

ficar o desenvolvimento científico-tecnológico do setor e nos ajuda a chegar a resultados que servem também ao desenvolvimento de outras áreas, como a aeroespacial, transportes e medicina".

A indústria militar foi a mais afetada com o fim da Guerra Fria e com a hegemonia única dos EUA. Nesse quadro, o orçamento militar norte-americano tem sofrido seguidos cortes, apesar dos protestos dos republicanos, abalando o faturamento do setor.

Em 1987, o orçamento militar dos EUA chegou a US\$ 363,7 bilhões (metade do PIB brasileiro). Para 1997, o presidente Bill Clinton solicitou US\$ 257,5 bilhões, que os republicanos conseguiram aumentar em cerca de US\$ 13 bilhões. Para o complexo industrial militar norte-americano, destinatário final da maior parte deste or-



As Forças Armadas têm seus próprios planos de reequipamento e modernização

çamento, os cortes são um desastre. A contenção de Washington levou a uma redução de 1,1 milhão de empregos em oito anos.

O fim da Guerra Fria e da União Soviética também aliviou os gastos militares dos europeus. A reação do setor foi unificar companhias, mais poderosas para enfrentar o aumento da competição internacional. A associação da Martin Marietta com a Lockheed e da sueca Saab com a British Aerospace, para produzir o jato múltiplo Gripen na Europa, comprova o processo de concentração.

A competição exacerbou-se

ainda mais com a agressividade comercial de russos e chineses. Na LAD-97, a Rússia participou através de sua principal exportadora de armas, a empresa Rosvorozenie, e da Mig-Mapo, fabricante dos famosos caças MIG. A China trouxe ao Rio a gigantesca Norinco, capaz de produzir desde imitações de armas leves de outros países até porta-aviões.

Dados de 1996 mostram uma queda no consumo de armas de guerra. Poucas regiões, como o Oriente Médio, Sudeste Asiático, Índia, Paquistão e Argélia mantiveram-se como compradoras. □

Depois de Hong Kong, Formosa

Tomás Granado



O presidente chinês Jiang Zemin (esq.) é saudado pelo chefe do Executivo de Hong Kong, Tung Chee-Hwa, na festa pelo retorno de Hong Kong à soberania chinesa

O retorno festivo de Hong Kong à soberania chinesa, sob o inédito lema de "um país, dois sistemas", parece marcar também o início de novos esforços políticos e diplomáticos para que Taiwan siga o mesmo caminho, algum dia. Desde o dia 1º de julho, a Hong Kong capitalista deixou para trás mais de século e meio de domínio inglês para reivindicar seu espaço na pátria de governo socialista. O enclave de Macau prevê fazer o mesmo, tão logo se desfçam os laços com a metrópole portuguesa, em 1999.

Mas todo este processo meticuloso e paciente de transição reúne as peculiaridades de um grande ensaio, um salto no escuro, um meditado esquema político e jurídico que permita, a seu devido tempo, a solução pacífica da questão de Formosa.

Porta-vozes oficiais chineses indicam que a reintegração de Hong Kong e Macau à soberania nacional pode resul-



Nacionalistas de Formosa não admitem a reunificação com a China, mas vêm estreitar-se seu espaço internacional após a reintegração de Hong Kong sem traumas.

tar em bem-sucedida experimentação prática do conceito de "um país, dois sistemas", capaz de influir profundamente sobre Formosa.

A mensagem dirigida à administração de Taipé é a de que seu capitalismo, tal como o de Hong Kong e Macau, pode coexistir, sem antagonismos nem repulsas, com o sistema

China aguarda passos de Taipé para a reunificação e se dispõe a maiores concessões

socialista existente na China, onde ocorre um acelerado processo de abertura e reformas com elementos de uma economia de mercado.

A plena autonomia para conduzir seus assuntos domésticos conta com o compromisso de Beijing a respeitá-la escrupulosamente, sem interferência ou ingerência. Embora o Exército Popular de Libertação (EPL) tenha assumido a defesa de Hong Kong com a saída das forças inglesas, o governo chinês poderá vir a atuar de maneira diferente, neste aspecto, com relação a Formosa.

É o que demonstra o programa de oito pontos sobre a reunificação nacional, apresentado em 1981 pelo então presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional, o parlamento chinês, Ye Jianying. De acordo com este documento, Formosa poderá tornar-se uma Região de Ad-

ministração Especial, com alto grau de autonomia, além de preservar suas Forças Armadas, o sistema social e econômico, e o estilo de vida, mantendo inalteradas as relações culturais e econômicas com países estrangeiros.

A fórmula, que contém os fundamentos do conceito de "um país, dois sistemas", espera o certificado de viabilidade no laboratório de Hong Kong e, daqui a pouco, também de Macau. "Uma experiência bem-sucedida deste conceito em Hong Kong poderá influir profundamente em Formosa", disse um porta-voz oficial.

Mas o chefe da administração de Taipé, Li Teng Hui, insiste na recusa ao lema de "um país, dois sistemas" como base para a reunificação com a China: "Este modelo não funcionaria, nunca antes um sistema socialista coexistiu com outro, capitalista." ■

Para acentuar desde já a rejeição à idéia, Formosa realizou as maiores manobras militares dos últimos anos exatamente uma semana antes que, sob a fórmula criada por Deng Xiaoping, Hong Kong voltasse à China.

Li sustenta que Hong Kong e Macau são realidades diferentes, pois são territórios chineses que foram ocupados por potências estrangeiras. "Este não é o nosso caso, pois Formosa existe como governo inde-

pendente desde 1912", afirma.

O regime do Kuomitang perdeu o poder em 1949 para o governo da República Popular da China e seus remanescentes se refugiaram em Formosa, gozando da proteção dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais, durante todo o período da Guerra Fria. Nos últimos 20 anos, porém, os governos dessas potências, incluída a administração de Washington, transferiram suas

embaixadas de Taipé para Beijing, atestando o reconhecimento de "uma única China".

O presidente chinês, Jiang Zemin, lançou, no início de julho, um convite formal às autoridades de Formosa, para que dêem passos concretos em direção à reunificação da grande família chinesa. Um artigo publicado pela agência Nova China reiterou que o princípio de "um só país, dois sistemas" continua sendo a única solução realista para alcançar aquele objetivo.

Analistas políticos, no entanto, não descartam a possibilidade de que, dentro do mesmo princípio, as autoridades de Beijing incorporem ofertas mais aceitáveis a Taipé, para viabilizar a reincorporação. As mesmas fontes não descartam que a proposta de 1981 passe a incluir também garantias de respeito a uma estrutura administrativa própria. A possibilidade de incluir novos ingredientes à receita da reunificação nacional poderia deixar Taipé numa incômoda situação de intransigência irracional, mesmo diante dos 30 países que ainda lhe prestam reconhecimento diplomático.

Em 2 de julho, dia seguinte à reintegração de Hong Kong, o chanceler de Formosa, John Chang Xiao-Yen, deu início a três semanas de visitas a 11 países da América Central e Caribe, "para esclarecê-los sobre o que se passa nesta parte do mundo", conforme declarou antes de embarcar. Com escala nos Estados Unidos, a viagem de Chang incluiu Honduras, El



Salvador, Panamá, Costa Rica, Belize, Santa Lúcia, Granada, São Vicente e Granadinas, Dominica, Saint Kitts e Névis, e São Domingos. Um dos objetivos foi preparar a participação de Li Teng Hui na Conferência Internacional sobre o Canal do Panamá e a assinatura de acordos de ajuda econômica a países centro-americanos. A assistência financeira é utilizada por Formosa como uma forma de obtenção de reconhecimento diplomático.

Até o momento, este expediente só não deu certo com São Tomé e Príncipe, o pequeno país insular africano de fala portuguesa. O governo de Praia aceitara estabelecer relações diplomáticas com Taipé, em troca de uma ajuda de US\$ 4 milhões, mas as críticas internas foram tão severas que ficou o dito pelo não dito e o dinheiro foi devolvido.

O apressado giro de Chang pelas nações centro-americanas, com o objetivo de minimizar os efeitos diplomáticos da reintegração de Hong Kong, parece indicar que Taipé já não conta com condições suficientes para prolongar sua separação da China. Fontes ligadas ao governo de Beijing calculam que a cúpula chinesa está persuadida que a volta de Hong Kong à pátria é o primeiro passo para a plena reunificação nacional.

Não se pense que Beijing pretenda precipitar os acontecimentos. A propósito, um artigo da agência Nova China cita Deng Xiaoping, segundo o qual "se a reunificação não ocorrer



O vigor financeiro de Hong Kong não foi abalado pela reintegração à China

China investe em Hong Kong

As empresas estatais da China passaram a investir pesado em Hong Kong. Quem temia o fim financeiro do antigo enclave inglês, após a devolução à China, pode ficar tranquilo: os negócios estão aumentando e há muita compra de empresas por parte da China.

Em Hong Kong já existem 1.800 firmas chinesas, com um total de 195 bilhões de dólares dentro da Zona Especial. Segundo consultores financeiros, prevê-se que o número aumentará até o final do ano.

Na visão desses analistas, Beijim decidiu utilizar Hong Kong como vitrine especial dos sucessos econômicos do país. É questão de honra manter o vigor financeiro da região, pois, "confiança em Hong Kong é também confiança na China."

O homem, ao qual estavam reservadas as maiores dores de cabeça com a mudança, diz-se tranquilo. Donald Tsang, secretário de Finanças, afirma que hoje ninguém teme que Hong Kong possa quebrar, como se disse um ano atrás. □



Os cambojanos enfrentam novos impasses que podem levar até à retomada da guerra civil, a menos de um ano das eleições previstas pelo acordo de paz

Sombras do passado tornam futuro incerto



Partidário de Ranariddh denuncia violências em Phnom Penh

Mo Reino do Camboja, parece que ainda não terminou a Guerra do Vietnã. Naquele tempo, 30 anos atrás, enquanto o vizinho ardia em sua luta anticolonial e de reunificação, os cambojanos se viam pouco a pouco envolvidos no conflito. Para evitar o “efeito dominó”, o país foi entregue a generais corruptos e obedientes aos Estados Unidos, que nem por isso deixaram de arrasar parte do território com bombardeios intensivos, na

tentativa de cortar os atalhos abertos na selva pelos vietcongues que escorriam para o Vietnã do Sul.

Perdida a Guerra do Vietnã, foram-se os generais e veio o Khmer Vermelho e seu sonho de regresso rural, a que forçou centenas de milhares de pessoas já urbanizadas. O resultado foi uma carnificina só interrompida pela guerra civil e pela intervenção vietnamita. Um acordo negociado pela ONU mandou os vietnamitas de volta para casa, Norodom Sihanuk passou de príncipe a rei, celebraram-se eleições e inventou-se o precário sistema de dois primeiros-



*Hun Sen, acima, afastou o príncipe Ranariddh (página ao lado), abor-
tando a anistia para os criminosos de guerra do Khmer Vermelho. Na
foto menor, soldados da fora de Hun Sen*

ministros simultâneos e rivais, cada qual com seu gabinete - uma inflação de governo e de autoridades que não poderia acabar bem. Mas a ONU exalta-va a proposta como uma invenção genial para superar casos de guerra civil. Hoje, os próprios funcionários das Nações Unidas em Phnom Penh consideram que a experiência foi um fracasso e o modelo não deve ser aconselhado a nenhum outro país.

A situação resistiu por três anos, aos trancos e barrancos, mas, em julho, explodiu: depois de quatro dias de enfrentamentos de rua, em que morreram dezenas de pessoas, o segundo primeiro-ministro, Hun Sen, depôs o primeiro primeiro-ministro, nada menos que o filho do rei, o príncipe Norodom Ranariddh. O príncipe foi à ONU, à Casa Branca e à União Europeia

em busca de apoio. Pediu que intervissem no país e que, de imediato, estabelecessem represálias financeiras contra Hun Sen. Estranhamente, todos foram muito diplomáticos, mas não se mexeram como teria acontecido em outros tempos, quando a simples citação do nome de Hun Sen, o ex-líder comunista, despertava ódios.

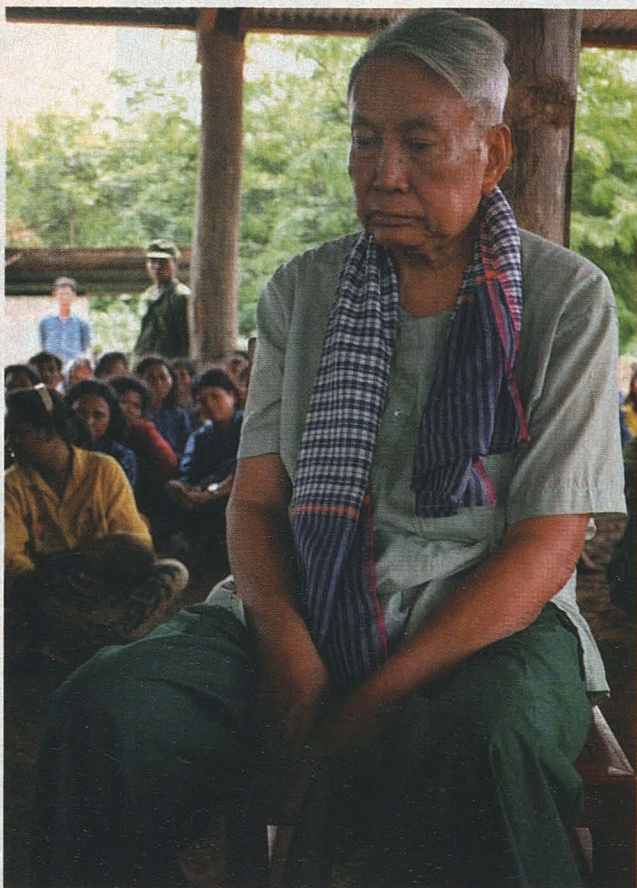
Hun Sen, por sua vez, manteve a iniciativa, anunciando a manutenção das eleições para 1998 e garantindo a permanência da coligação do governo, com um novo representante do Funcinpec, coligação que deu sustentação à Ranariddh. Especula-se que possa ser o chanceler Ung Huot, que assim substituiria o príncipe deposto.

O que aconteceu, o que



estará acontecendo?

O arranjo cambojano patrocinado pelas Nações Unidas e coroado pelo pleito de 1993, a primeira consulta popular após a guerra civil, teria um desfecho democrático no próximo ano, com as novas eleições, onde, possivelmente, se faria uma maioria eleitoral incontestável de alguma das forças políticas. Esta parece ter sido a perspectiva que pôs tudo a perder. Com cada primeiro-ministro armando estratégias para a decisiva vitória própria, a difícil convi-



Um Pol Pot envelhecido apareceu em imagens e fotos no final de julho, sendo julgado por seus próprios companheiros do Khmer Vermelho, episódio que causou estranhezas. Ficar em prisão perpétua, guardado pelo Khmer



O rei Norodom Sihanouk (esq.) reconheceu que o filho Ranariddh agiu mal

vência tornou-se praticamente impossível. As divergências levaram Hun Sen à beira do rompimento e da ação armada, mas, afinal, a situação acalmou-se no final do ano, com um acordo de emergência que visava a garantir o pleito de 1998.

1997, porém, foi pontilhado de acontecimentos graves. Vários jornalistas foram mortos e, em março, uma bomba matou 15 pessoas no centro de Phnom Penh, um atentado que Ranariddh atribuiu aos partidários de Hun Sen. Em abril, certamente como represália, Hun Sen fomentou uma rebelião nas fileiras do partido do príncipe e uma dúzia de deputados se desligou do Funcinpec.

Não seria grave, se não representasse a perda da maioria parlamentar e, conseqüentemente, não colocasse em causa a primazia administrativa do príncipe, que logo denunciou uma "tentativa de golpe constitucional" por parte de Hun Sen. O equilíbrio no parlamento é precário, pois o Funcinpec do príncipe tem 63 cadeiras contra 57 do PPC de Hun Sen, uma diferença de apenas seis votos.

Há três meses atrás, porém, a política cambojana entrou em ebulição. Além das já costumeiras dificuldades do governo compartilhado por adversários, vieram à tona todas as emoções negativas do passado: ressurgiu o fantasma de Pol Pot, o líder do Khmer Vermelho, o homem da ruralização forçada e do milhão de mortes. Ao mesmo tempo, Phnom Penh registrava a presença de milhares de anistiados do Khmer Vermelho, todos pró-príncipe e adversários de Hun Sen, que os derrotara na guerra civil.

De vagamente morto em algum ponto incerto, Pol Pot retornou às manchetes internacionais e à comoção interna cambojana, ora como pronto a retomar operações de guerrilha, ora como prisioneiro dos próprios companheiros, ora como doente terminal em fuga para o exílio.

Aos poucos, porém, ficou-se sabendo que Pol Pot, na verdade, se transformara num interlocutor do príncipe Ranariddh, que negociava com o Khmer Vermelho uma aliança eleitoral para 98, o que resolveria dois problemas com uma só



ÁSIA **Camboja**

Nome oficial: Reino do Camboja

Popula o: 9.222.000

rea: 181.040 km²

Capital: Phnom Penh

Sistema de governo: Monarquia parlamentarista implantada em setembro de 1993. Norodom Sihanuk o rei

Como na frase famosa do Barão de Itararé, no Camboja tudo pode acontecer, inclusive nada. Hun Sen tem milícia armada, o príncipe também, e o Khmer Vermelho é um exército de prontidão nas selvas. As próprias forças armadas do país estão divididas e já houve combates de facções do exército pró-Ranariddh contra facções pró-Hun Sen, tempos atrás. Estas seriam as condições para tudo acontecer.

A possibilidade de nada ocorrer vem do fato de que não há, no momento, qualquer força internacional disposta a patrocinar uma guerra civil. Não interessa às potências asiáticas, muito menos às ocidentais. E a ONU já reafirmou que está pronta a gastar o tempo que for necessário em conversas para novo acordo. Todos concordam em que tudo é possível, menos a ressurreição do amigo de Ranariddh, Pol Pot com seu Khmer Vermelho, com o qual o príncipe fez aliança de 1979 a 1981, na guerra civil, para combater Hun Sen.

Especula-se, assim, que Hun Sen logo começaria a receber o reconhecimento formal de governos estrangeiros, por representar o que seria definido como mal menor e, sobretudo, a única garantia real contra o retorno de Pol Pot. Assim, há possibilidade de os primeiros reconhecimentos partirem da Austrália, Japão, França e Estados Unidos.

cajadada em Hun Sen: o Khmer faria sua estréia na arena eleitoral e na vida partidária, com Pol Pot devidamente anistiado, enquanto o príncipe venceria as eleições e se livraria de seu co-primeiro-ministro.

Mais rápido, Hun Sen decidiu agir no começo de julho e, no dia 5, simplesmente depôs o colega de governo, em meio a combates de rua na capital cambojana.

O príncipe Ranariddh partiu em busca do apoio externo, mas logo deu-se conta do cálculo errado que tinha feito ao dar início a entendimentos com o Khmer Vermelho. Se existe um movimento que não gozará de anistia internacional tão cedo, este é o Khmer Vermelho, a ficha mais suja do faroeste mundial.

Para evitar a ressurreição do Khmer, será preferível engolir Hun Sen e seus comunistas reformados do Partido do Povo Cambojano (PPC) - foi a mensagem diplomaticamente insinuada a Ranariddh.

Até mesmo a Casa Branca ironizou a tardia cruzada democrática do príncipe. O subsecretário de Estado, Thomas Pickering, aconselhou Ranariddh a buscar um entendimento com Hun Sen, enquanto seu porta-voz comentava com os jornalistas que o príncipe deu passo em falso, ao negociar com Pol Pot. Afinal, todos se lembram que Hun Sen foi o adversário do Khmer Vermelho na guerra civil, enquanto Ranariddh já naquele tempo se entendia com Pol Pot.

Educação em vez de armas

O mais grave bolsão de miséria do mundo só mudará se der prioridade ao desenvolvimento social

M

ais de 500 milhões de pessoas passam a vida na pobreza absoluta, 260 milhões carecem de serviços mé-

dicos básicos, 340 milhões bebem água não-tratada e 830 milhões moram em áreas desprovidas de saneamento básico.

Este é o quadro do sul da Ásia, a região mais pobre do planeta, tanto em números gerais quanto em proporção de pobres. Pior do que na África, porque nesta a desnutrição infantil chega a 31%, enquanto naquela parte da Ásia a desnutrição alcança 50%. Mas nem

Protesto dos sem-casa na Índia



tudo está perdido. Analistas acreditam que existe uma oportunidade de mudança, com a melhoria de relações entre a Índia e o Paquistão, o que poderia aumentar a cooperação regional.

O economista Mahbub-ul Haq, ex-ministro de Finanças do Paquistão e funcionário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, hoje diretor do Centro para o Desenvolvimento Humano (CDH), de Islamabad, adverte que a etapa atual talvez seja a última oportunidade da região para superar a miséria.

O CDH acaba de apresentar o "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Sul da Ásia-1997". Os números socialmente desfavoráveis começam com a discriminação contra as mulheres, mesmo antes do nascimento. Calcula-se que 74 milhões de fetos femininos foram abortados.

"A mensagem do relatório do CDH é perturbadora", comentou Mahbub-ul Haq. "O sul da Ásia mostra-se a região mais pobre, mais analfabeta, mais desnutrida e mais insensível à questão feminina no mundo." Haq acredita, contudo, que algumas reformas básicas poderão tornar a região a área mais florescente do continente no próximo século, como o leste asiático o foi no

século atual.

Em 1960, o nível de desenvolvimento de países do leste da Ásia, como Malásia, China, Tailândia e Indonésia era semelhante ao do sul da Ásia hoje. Mas estes países investiram em educação e saúde e desenvolveram programas para a criação de empregos e crescimento econômico. Os resultados apareceram nos últimos 30 anos. Os países do sul ficaram estáticos e neste período regrediram, tendo índices sociais inferiores aos da África subsaariana.

Em lugar de investir em saúde, educação, nutrição e outros serviços sociais, os governos locais preocuparam-se mais com a segurança. Entre 1987 e 1994, o gasto militar regional cresceu 12%, quando, no resto do mundo, a redução média foi de 37%.

Haq se diz otimista em relação ao futuro, pois aposta nos resultados da aproximação entre a Índia e o Paquistão, dois adversários tradicionais e que já estiveram em guerra nos anos 70. "Poderá surgir uma era de paz e cooperação na região".

O relatório do CDH prevê um prazo de 15 anos para que sejam consolidados programas de melhoria da educação, dos serviços de saúde e da condição feminina. A mudança custará em torno de US\$ 130 bilhões, mas é viável, desde que os governos reduzam os gastos militares. Se houver um corte de apenas 5% nos orçamentos militares, em 15 anos se terá feito uma poupança de US\$ 120 bilhões.

Um intocável na presidência

Narayanan foi eleito uma semana após massacre de 13 intocáveis em Bombaim



Coficialmente abolidas, as castas continuam a balizar a vida social indiana, como marca milenar inscrita na mentalidade do país. Assim, quem procede do grupo intocável (*dalit*) continua a sofrer discriminações. Como fruto do esforço modernizador, porém, muitos intocáveis já ascenderam a padrões e cargos de importância. É o caso do novo presidente do país, K. R. Narayanan, que já era o vice-presidente e obteve, na eleição do dia 18 de julho, votação surpreendente no colégio eleitoral. "Quero ser um presidente justo", respondeu aos jornalistas que o provocaram com perguntas sobre sua possível influência na luta dos intocáveis pela igualdade social.

Deve-se notar, contudo, que sua eleição consagradora ocorreu ainda sob o eco do massacre de intocáveis em Bombaim, no dia 11 de julho, quando 13 morreram e dezenas ficaram feridos. Na ocasião, protestavam contra profanação da estátua de Babasaheb Ambedkar, um dos líderes da casta e um dos pais da constituição moderna da Índia.

Preconceito

No estado de Maharashtra, do qual Bombaim é a capital, o governo estadual é formado por coligação integrada pelo semifascista Shiv Sena, que vem desenvolvendo campanha contra os intocáveis. Estes se beneficiam de políticas de promoção social, que lhes destinam 15% das vagas escolares e de empregos, como forma de superação do atraso a que tem sido relegada historicamente aquela população, hoje de 140 milhões de pessoas.

O confronto do movimento *dalit* com o Shiv Sena não é recente: vem dos anos 60, quando Babasaheb liderava o movimento dos direitos civis da casta, inspirado no marxismo, nos Panteras Negras de Malcolm X e nas idéias anticolonialistas e anti-racistas de Frantz Fanon. Naquele momento, como resposta da direita, nasceu o Shiv Sena, como um partido baseado em idéias que reforçavam os preconceitos de castas. Hoje na coligação que governa Maharashtra, o Shiv Sena persegue os intocáveis, que, entre outras queixas, denunciam o crescente desemprego que os afeta. O massacre de 11 de julho

foi atribuído à orientação para a violência que emana do Shiv Sena para a polícia do estado.

Assassinatos

A mentalidade conservadora aumenta sua agressividade na proporção do movimento de afirmação dos intocáveis: anualmente há 2.500 assassinatos de integrantes da casta em Maharashtra, com raros processos contra os autores. No país todo, as atrocidades quase dobraram entre 1992 e 1994. Quase metade de toda essa violência acontece em Uttar Pradesh, o mais populoso estado (150 milhões de pessoas), onde, talvez como símbolo dos conflitos de mentalidade da sociedade indiana, a administração estadual é chefiada por uma primeira-ministra intocável.

Narayanan acende esperanças. A realidade, porém, mostra-se difícil, por envolver aspectos ideológicos - culturais, religiosos, emocionais, políticos - além de econômicos. Mas a decisão de Narayanan de ser "um presidente justo" fortalece o lado da mudança.

Recordações de Betinho

Neiva Moreira

Não me recordo do primeiro dia em que encontrei Betinho. Só sei que foi naqueles tempos turbulentos do fim da década de cinquenta. O país estava fervendo e vivíamos na ilusão de mudança, no rumo do socialismo, desatentos ao que podiam fazer os que a isso se opunham.

Só sei que, no seio das forças de esquerda, coordenadas pela Frente de Mobilização Popular, recebemos com alegria e entusiasmo a participação na luta da juventude católica, de que era uma expressão militante a Ação Popular, com Betinho à frente. Logo a organização ficou conhecida por sua sigla militante, a AP.

Mas foi no exílio, primeiro no Uruguai e depois no México, que mantivemos com Betinho um relacionamento muito próximo e fraterno.

Aquele tempo já vivíamos um divisor de águas entre duas etapas da resistência à ditadura: a da ação armada, em evidente declínio, e a da discussão sobre o futuro político. Betinho esteve nas duas, com o seu carisma, sua visão clara e de alto sentido estratégico e a sua capacidade de liderança.

Em Montevideu, se concentrava a maioria dos exilados, notadamente gaúchos, distinguidos pelo lenço maragato e a disposição guerreira. Depois de muitas ações político-militares com maior ou menor êxito, Brizola tomava a iniciativa de compor um grupo de coordenação da luta. Era uma espécie de

comando de apoio à resistência armada no interior. Atuava muito sintonizado com as ações que se desencadeavam no Brasil, a mais importante das quais foi, em determinado momento, Caparaó.

Betinho ali estava e a ele coube missões decisivas como a busca de apoio externo, principalmente em Cuba. Além de Brizola, o coronel Dagoberto Rodrigues, Aldo Arantes, Max da Costa Santos, Paulo Shilling, eu próprio e mais alguns companheiros formávamos aquele núcleo de resistência, onde se cruzavam muito esforço, decisão de sacrifício e não poucas ilusões.

Recordo-me que, em determinada noite, Betinho e Aldo desapareceram misteriosamente, sem deixar qualquer indício sobre o destino tomado. Haviam desafiado os riscos de cruzar uma fronteira muito vigiada e se embrenharam no Brasil. Consideramos o fato como um dado da situação e esperamos notícias dos dois companheiros.

Anos mais tarde, fomos encontrar Betinho no México, depois de uma dura experiência de resistência no país. Era um novo exílio, com passagem pelo Chile e o Panamá. O destino, e sobretudo a ditadura, novamente nos juntavam. Dividíamos no histórico bairro de Coyoacán uma aprazível casa de fundos, que um senhorio solidário nos alugava por um preço quase simbólico.

No nosso caso, tomáramos o caminho da luta nos meios de comunicação, editando **cADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** no México, cuja circulação fora impedida na Argentina e desaconselhada no Peru.

Betinho enveredou por um caminho paralelo. Começou, então, sua longa e notável jornada, que iria culminar na fundação do Ibase e no extraordinário esforço de mobilização de que a luta pela cidadania e contra a pobreza e a fome são momentos admiráveis, que a consagração popular e a História registrarão.

Desde logo, Betinho deixava claro que sua luta ou, melhor, sua guerra, não se circunscrevia aos limites da vida partidária. Participou com Brizola, Garcia Márquez e intelectuais asilados no México das conversações iniciais para a restauração da atividade partidária no Brasil e outros países onde perdiam força as ditaduras. Foi além. Com Francisco Julião, Benedito Cerqueira, Teotônio dos Santos e outros companheiros viajou a Lisboa, para o encontro histórico que resultou na refundação do Trabalhismo. Mas quando Brizola o convidou para integrar o partido, respondeu que preferia ficar de fora. Preferia estruturar uma instituição, que fosse uma espécie de núcleo de idéias e banco de dados para o Trabalhismo e outros partidos que tivessem como meta a democracia, o respeito à cidadania e a justiça social.

E assim o fez. Sem pausa, sem partidarismos ou discriminações, e com uma extraordinária capacidade para despertar entusiasmo e a crença no Brasil e de mobilizar as pessoas para a luta pela ética e a dignidade humana.

Grande Betinho. Ele nos deixa formidável exemplo - para hoje e, sobretudo, para as novas gerações - de que vale a pena sonhar, resistir e lutar.



LA RESERVE ARPOADOR

Venha conhecer o La Reserve Arpoador, um dos mais sofisticados e luxuosos edifícios de apartamentos do Rio de Janeiro. Nos menores detalhes de acabamento do La Reserve, encontram-se a tradição e a qualidade da Carioca Empreendimentos Imobiliários.

carioca 
empreendimentos imobiliários



*“Vista do mar, a cidade
parece humilde presépio
levantado por mãos puras
e em sua simplicidade
esconde glórias passadas,
sonha grandezas futuras”*

Bandeira Tribuzi



PREFEITURA DE
SÃO LUÍS